

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MARCELLO ZANLUCHI SURANO SIMON

**A IMAGEM DO PAPA BENTO XVI NA IMPRENSA BRASILEIRA –
A COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE A PEDOFILIA**

BAURU/SP
2013

MARCELLO ZANLUCHI SURANO SIMON

**A IMAGEM DO PAPA BENTO XVI NA IMPRENSA BRASILEIRA –
A COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE A PEDOFILIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração – Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Inez Mateus Dota.

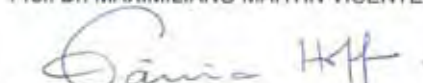
BAURU/SP
2013

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARCELLO ZANLUCHI SURANO SIMON, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICACAO DE BAURU.

Aos 16 dias do mês de agosto do ano de 2013, às 14:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARIA INEZ MATEUS DOTA do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Profa. Dra. TÂNIA MÁRCIA CEZAR HOFF do(a) Departamento de Comunicação / Escola Superior de Propaganda e Marketing, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MARCELLO ZANLUCHI SURANO SIMON, intitulado "A imagem do Papa na imprensa brasileira - análise da imagem de Banto XVI durante a cobertura da Folha de S. Paulo sobre pedofilia". Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. MARIA INEZ MATEUS DOTA


Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE


Profa. Dra. TÂNIA MÁRCIA CEZAR HOFF

MARCELLO ZANLUCHI SURANO SIMON

A IMAGEM DO PAPA BENTO XVI NA IMPRENSA BRASILEIRA – A COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE A PEDOFILIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração – Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Inez Mateus Dota.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Maria Inez Mateus Dota (Unesp)
Presidente

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente (Unesp)
Titular

Prof^a Dr^a Tânia Cezar Hoff (ESPM)
Titular

Bauru, 16 de julho de 2013

A Deus, aos meus pais e minha esposa dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço a Deus pelo dom da vida, principalmente por ser meu amparo nos momentos de alegria e tristeza. Ao Senhor, minha ação de graças por todos os benefícios recebidos, sobretudo pelo apelo e chamado à santidade. Obrigado por me amar e cuidar de todos os meus passos. À Santíssima Trindade, o meu louvor. Do mesmo modo, agradeço à Bem-aventurada Virgem Maria que, com o seu “Sim” ao convite de Deus, é meu modelo de entrega no serviço aos irmãos.

- Agradeço aos meus pais Suely e Roberto, por terem me dado uma sólida formação cristã e humana. Obrigado por terem mostrado com gestos e palavras que ainda é possível construir um mundo justo e fraterno. O incentivo de vocês, desde o ventre, foi importante para perceber que minha missão no mundo é de construir um local melhor para todos, respaldado pelos ensinamentos simples, mas cheios de significado de cada um de vocês. Meu amor por vocês é muito grande!

- À Luciana, minha esposa, obrigado pelo amor e paciência. Seu incentivo foi muito importante para a concretização do presente trabalho. Obrigado por me compreender e me amar de maneira incondicional. Tenho certeza que os planos de Deus são muito benevolentes conosco e que nossa missão, como casal, é a de mostrar a todos que é possível ser feliz e amar sem limites. Te amo!

- Agradeço a meus familiares, de modo especial à querida Vó Maria, que me ensinou que a religião e a caridade são muito importantes para o ser humano; ao Vô Antônio (*in memorian*) pelo exemplo de perseverança; aos avós Quitéria (*in memorian*) e Francisco (*in memorian*) pelas boas recordações contatadas por meu pai; aos queridos padrinhos Edna e Bento por serem uma constante em minha vida e por mostrarem que a caridade e o desapego são importantes no mundo; aos meus sogros José e Arlete e a meu cunhado José Eduardo pelo incentivo e carinho demonstrados na simplicidade de nossa convivência fraterna.

- Um agradecimento especial à Prof^a. Dr^a. Maria Inez Mateus Dota por ter demonstrado ser não só uma orientadora, mas uma mãe. Obrigado por sua paciência, seriedade e dedicação, mesmo nos momentos mais difíceis em que passei. Seu exemplo ficará marcado para sempre

em minha vida, principalmente por ter me mostrado que um professor vai além da sala de aula, pois é um mestre para a vida inteira.

- Agradeço à Universidade do Sagrado Coração (USC), na pessoa da Magnífica Reitora Prof^ª. Dr^ª. Ir. Susana de Jesus Fadel e do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, por ter incentivado seu funcionário a seguir nas pesquisas acadêmicas. Obrigado pela compreensão e pelo apoio no decorrer da presente pesquisa.

- Agradeço ao Instituto Jornada Mundial da Juventude, na pessoa do Exmo. Revmo. Dom Orani João Tempesta e do Revmo. Padre Márcio Queiroz, pelo apoio e facilidades na conclusão desta pesquisa.

- Agradeço ao Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente e à Prof^ª. Dr^ª. Tânia Márcia César Hoff por terem gentilmente aceitado participar da Banca Examinadora da presente dissertação. Agradeço também ao Prof. Dr. Pedro Celso Campos e, novamente, ao Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente pelas contribuições importantes na Qualificação da presente pesquisa e pela gentileza e amizade em colaborar com este pesquisador.

- Agradeço ao Revmo. Diácono Prof. Me. José Rafael Mazzoni pela amizade e incentivo, mostrando a mim que, segundo o Apóstolo Paulo, a “Esperança não decepciona”.

- Agradeço, também, aos professores e funcionários da Seção de Pós-Graduação da Unesp por todo o carinho e consideração que sempre tiveram comigo.

RESUMO

SIMON, Marcello Zanluchi Surano. **A imagem do Papa Bento XVI na imprensa brasileira – a cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre pedofilia**. 2013 123f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em Comunicação)- FAAC - UNESP, sob a orientação do Prof^o. Dr^a. Maria Inez Mateus Dota, Bauru, 2013.

A presente dissertação pretende analisar como o jornal *Folha de S. Paulo* (des)constrói a imagem do Papa Bento XVI no imaginário do leitor brasileiro em notícias sobre a pedofilia relacionada aos membros do clero católico. Para tanto, o estudo será embasado nas Teorias do Jornalismo e da Notícia com a finalidade de compreender como se processa a produção das notícias no periódico e, sob os fundamentos e aparatos metodológicos da análise do discurso, identificar os sentidos produzidos pelos enunciados do jornal. Dentro dessa perspectiva, serão analisadas as notícias, observadas sob o ponto de vista da produção discursiva, presente em cada ator social num determinado espaço de tempo. Desse modo, pretende-se verificar os principais sentidos encontrados nas notícias da *Folha de S. Paulo* que (des)constróem a figura do Papa Bento XVI para o leitor brasileiro durante a cobertura dos casos de pedofilia.

Palavras-chave: Jornalismo; Análise do Discurso; *Folha de S. Paulo*; Pedofilia; Bento XVI; Igreja Católica.

ABSTRACT

SIMON, Marcello Zanluchi Surano. **Pope Benedict XVI's image in Brazilian press – *Folha de S. Paulo's* coverage of pedophilia.** 2013 123f. Final Thesis (Master in Communication)-FAAC - UNESP, under guidance of Maria Inez Mateus Dota, PhD, Bauru, 2013.

This thesis intends to analyse how the newspaper *Folha de S. Paulo* (de)constructs the Pope Benedict XVI's image in Brazilian readers' minds, in the news about pedophilia associated with catholic clerics. To reach this objective, this study will be based on the Journalism and News Theories, in order to understand how news are processed in this newspaper, and will identify the meanings produced by the newspaper utterances under the basis and methodologies of discourse analysis. In this perspective, the news will be analyzed under the discursive production point of view, which is present in every social actor, in a specified period of time. In this way, the objective is to find and analyze the meanings present in the *Folha de S. Paulo* news, that contribute to (de)construct the image of Pope Benedict XVI to Brazilian readers, during the coverage of pedophilia cases.

Keywords: Journalism; Discourse Analysis; *Folha de S. Paulo*; Pedophilia; Benedict XVI; Catholic Church.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. O jornalismo e sua economia de mídia	13
2.1. Teoria social da mídia	15
2.2. O campo jornalístico e sua estruturação	17
2.3. As Teorias do Jornalismo e da Notícia	21
2.3.1 Teoria do espelho	21
2.3.2 Teoria do <i>Gatekeeper</i> ou da Ação Pessoal	22
2.3.3 Teoria Organizacional	23
2.3.4 Teorias de Ação Política	25
2.3.5 Teorias Construcionistas	26
2.3.6 Teoria Estruturalista	28
2.3.7 Teoria Interacionista	30
2.3.7.1 A comunidade profissional	34
2.4. Os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade	34
2.4.1 Os critérios de noticiabilidade segundo Traquina	36
2.4.1.1 Critérios substantivos: os valores-notícia de seleção	37
2.4.1.2 Critérios contextuais: os valores-notícia de seleção	38
2.4.1.3 Os valores-notícia de construção	39
2.5 Os gêneros jornalísticos	39
3. Análise de Discurso: desvelando os sentidos	43
3.1 Os estudos sobre o texto	44
3.2 O discurso	46
3.3 A Intertextualidade	48
3.4 A interdiscursividade	50
3.5 O não-dito	51
3.6 Modalidade	52
3.7 O campo da comunicação e a análise do discurso	54
4. Contextualização da temática da pesquisa	57
4.1 Bento XVI – Joseph Alois Ratzinger	58
4.2 O abuso sexual de menores no seio da Igreja	60
4.3 A <i>Folha de S. Paulo</i>	62

4.4 A Igreja e a Comunicação	63
4.4.1 O mercado da informação e a Igreja Católica	66
4.4.2 O Concílio Vaticano II	67
4.4.3 <i>INTER MIRIFICA</i>	69
4.4.4 Ética nos meios de comunicação	70
5. A (des)construção da imagem de Bento XVI na imprensa brasileira: jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	74
5.1 Notícia 1	74
5.2 Notícia 2	80
5.3 Notícia 3	84
5.4 Notícia 4	89
5.5 Notícia 5	94
5.6 Notícia 6	99
5.7 Notícia 7	103
5.8 Notícia 8	108
6. Considerações finais	114
7. Referências bibliográficas	118

1. INTRODUÇÃO

No dia a dia, a produção discursiva permeia a nossa vida social, muitas vezes dando significados distintos a eles. A construção desses significados, muitas vezes, a partir da escolha de nossas palavras não pode ser percebida pela nossa consciência. Contudo, a enunciação, delimitada pelo momento e situação em que o indivíduo se encontra, corroborará para a produção discursiva, fruto da seleção de enunciados de cada pessoa. A esse selecionar pode-se denominar de ato de linguagem, em que se pode perceber a ideologia e como o enunciador enxerga a realidade que o cerca. Do mesmo modo, ao buscar descrever a realidade, o jornalismo também colabora enquanto influenciador da percepção dos indivíduos a respeito daquilo que permeia a vida em sociedade. Apresentados pelos veículos de comunicação, os fatos são selecionados a partir de critérios de noticiabilidade ou valores-notícia que constroem perspectivas sobre as situações. E é a partir da produção das notícias que será possível observar uma trama discursiva, normalmente expressa por um sujeito enunciator, permeado por posições ideológicas de seu contexto social.

Partindo desses pressupostos, a presente dissertação pretende analisar de que modo a enunciação do jornal *Folha de S. Paulo* (des)constrói a imagem do Papa Bento XVI no imaginário brasileiro. Tal escolha se justifica pelo fato de o Pontífice ter sido envolvido numa rede de notícias relacionadas à pedofilia dentro da Igreja, portanto, justificando a escolha deste tema, com o objetivo de identificar que tipo de discurso o periódico produz e que, de certa forma, influencia a percepção do leitor.

O problema de pesquisa está na imagem do Papa Bento XVI que é apresentada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no Brasil. A imagem do Pontífice presente nos enunciados do periódico difere daquilo que realmente representa? O discurso do jornal sobre a pedofilia, o envolvimento de padres católicos e do líder do catolicismo contribui para desprestigiar a figura do Santo Padre e para incriminá-lo? São perguntas que se pretende responder no decorrer do presente trabalho.

Partindo destes questionamentos, num primeiro momento, serão apresentados pelas Teorias do Jornalismo e da Notícia, quais são os fatores que influenciam as condições de produção das notícias. Com um aparato teórico, pretende-se mostrar qual é a função dos veículos de comunicação na sociedade, pelas teorias do campo jornalístico, com a intenção, também, de verificar qual é o tipo de influência pessoal, organizacional e social atuante na vida do jornalista que, por sua vez, é o grande produtor de notícias e reportagens. Busca-se, ainda, entender como os critérios de noticiabilidade ou valores-notícias, embasado pelas Teorias Construcionistas, movimentam o trabalho jornalístico, embasando a comunidade

profissional para recolher e selecionar os fatos que serão transformados em notícias e pautarão o grande público.

Num segundo momento, observar-se-á que, para uma investigação científica, existe um aparato de técnicas e métodos que vão garantir ao pesquisador um suporte para a elaboração de seu trabalho. Sobretudo, buscou-se que o objeto de estudo fosse definido em compatibilidade com a pesquisa proposta. Destarte, surge, então, a necessidade de explicar a metodologia para se observar os sentidos encontrados nas notícias do jornal *Folha de S. Paulo*. Optou-se, portanto, pelos aparatos metodológicos da Análise do Discurso para encontrar, pelas marcas no texto, a interdiscursividade, a intertextualidade, o não-dito, as modalidades, quais são os sentidos encontrados na produção noticiosa e como eles colaboram para a (des)construção da imagem de Bento XVI no imaginário do brasileiro.

Num terceiro momento, é apresentada a contextualização sobre os principais protagonistas desta dissertação: o Papa Bento XVI e o jornal *Folha de S. Paulo*. A partir de uma apresentação histórica das duas personagens, buscou-se, também, discutir sobre o problema da pedofilia na sociedade e, especificamente, contextualizar o período em que as denúncias sobre o crime dos abusos de menores cometidos pelo clero católico recaiu sobre a figura do Papa. Nessa perspectiva, também é apresentado como o catolicismo enxerga a comunicação e como a põe em prática, principalmente no que toca à comunicação institucional da Igreja e aos pensamentos sobre a ética nos veículos de imprensa.

A partir do referencial teórico e metodológico, num quarto momento, foram realizadas as análises, apenas considerando a linguagem verbal, de oito notícias do jornal *Folha de S. Paulo* que compreendem o período em que o assunto pedofilia na Igreja Católica foi tornado público pelos meios de comunicação. Para tanto, foram observados quais os critérios de noticiabilidade ou valores-notícia que colaboraram para que o jornalista selecionasse o fato e o transformasse em notícia. Também foram observados, por meio da Análise do Discurso, quais foram os principais sentidos produzidos pelo discurso jornalístico do periódico, envolvendo a figura de Bento XVI.

Dessa maneira, busca-se nas considerações finais, apresentar algumas reflexões sobre as discussões relacionadas às Teorias do Jornalismo e da Notícia, amparadas pelos aparatos da análise do discurso, com a intenção de se compreender se a produção de sentidos dos enunciados da *Folha de S. Paulo* (des)constrói a imagem do Papa Bento XVI no imaginário do leitor brasileiro.

2. O Jornalismo e sua economia de mídia

Para uma melhor compreensão do objeto desta pesquisa e para contextualizar a imagem do Papa Bento XVI, construída pela imprensa brasileira, especificamente no período da cobertura midiática sobre a pedofilia praticada por alguns membros do clero católico, no recorte proposto para este trabalho, faz-se necessário entender as práticas e o pensamento do jornalismo na contemporaneidade, no que compreende, com uma maior ênfase, a metade do século XX até os recentes estudos apresentados pelo pesquisador português Nelson Traquina. Para tanto, optou-se por abordar os aspectos teóricos e paradigmas comunicacionais do ser e fazer jornalístico, realizando uma análise também a partir da noção do espetáculo, já que o processo de informação é visto como ponto que não se pode separar do aparelho de produção da indústria cultural.

Levar a informação a todos, sem distinção, é um processo que perpassa, pelo menos, mais de 400 anos. Talvez, a chamada Era da Informação seja o momento propício para a procura de respostas a algumas dúvidas, discussões, perguntas e reprovações, dentro da academia, no que tange à teoria, mas também ao mercado de trabalho com a prática. Porém, alguns questionamentos sobre o jornalismo, como e porque as notícias são como são ou de que maneira o jornalista pode ser um dos protagonistas do processo comunicacional já possuem respostas. Também é necessário responder como a classe jornalística deveria desempenhar seu papel, para isso conhecendo mais a fundo como é essa classe, com que princípios trabalha e atua, além de discutir qual pode ser a formação mais adequada para o desempenho da profissão.

Sabe-se que o jornalismo dentro da percepção de um campo teórico, e mesmo que já tenha dado passos largos rumo à construção de uma epistemologia, ainda está envolto em um debate científico sobre o seu reconhecimento. É certo que dentro das redações, nos escritórios de comunicação ou nas organizações, a classe já comemora muitas conquistas, porém ainda há que se firmar e concretizar quando o assunto é a identidade profissional. No Brasil, ainda se discute sobre a validade do diploma para exercício do jornalismo, já que graduados e aqueles que se dedicam à profissão travam uma batalha para saber quem é mais preparado, ou para discutir se o diploma eficazmente faz com que o jornalista seja um bom profissional. Tal perspectiva também afeta as faculdades que ensinam o ofício para discernirem como seria a melhor maneira de preparar os estudantes da área. A expectativa não é muito diferente na sociedade, mesmo que seja no momento em que a informação torna-se um ponto central, que mais se discute sobre como deve se portar o jornalismo ou o que ele pode se tornar.

É nesse contexto que vale a discussão sobre essas realidades em que a profissão ou o profissional estão envolvidos. Segundo Traquina (2005a), como e porque as notícias são como são é um primeiro passo para saber os pressupostos sobre a concepção sociológica do jornalismo. No campo sociológico do profissional de jornalismo, é necessário colocar aquele que produz a informação que chega à população como protagonista, para que se compreenda também o próprio jornalismo.

Para essa compreensão, o autor parte de dois pressupostos, a consolidação e a exploração teórica, que norteiam seus pensamentos, formulando, a partir do último ponto, a proposição de que a classe jornalística forma uma comunidade interpretativa transnacional. Para mostrar que os jornalistas fazem parte desta comunidade interpretativa, Traquina revela, a partir da história e paradigmas do jornalismo, que a comercialização e a profissionalização foram fundamentais para a evolução da atividade. Por outro lado, a historicidade do jornalismo está atrelada ao processo de profissionalização dos jornalistas, tendo como ponto norteador e embasamento as profissões liberais. Destarte, constata-se que a conquista profissional passou pela estruturação da cultura jornalística, com bandeiras que são hasteadas pelos princípios da liberdade, autonomia, independência, verdade e credibilidade.

Mas é na objetividade, entre as normas e valores, que está uma das controvérsias do jornalismo. Para o autor, hoje ainda se comete um pecado grave na profissão ao se reduzir à divisão entre subjetividade e objetividade. É na objetividade, um dos ideais jornalísticos, que se encontra o sustentáculo da credibilidade. Mas, ao pesquisar o desenvolvimento da identidade profissional é que se pode notar quais são os métodos que são próprios da categoria dos jornalistas para se comunicarem, agirem e enxergarem o que está ao seu redor, bem como entender a construção noticiosa, a partir de critérios de noticiabilidade que trazem ao público uma realidade que passa pelo filtro seletivo do jornalista. Traquina destaca que a comunidade, composta pelos jornalistas, é uma tribo, cuja função, a preparação do produto final jornalístico, está atrelada ao caráter ideológico e às características do grupo.

Quando o autor parte para a segunda etapa de sua pesquisa, há uma inversão para provar que o grupo de jornalistas, além de ser interpretativo é transnacional. E é a partir da comprovação clara de dados que Traquina consegue confirmar sua hipótese de que, mesmo em locais distintos e sujeitos a outras formas culturais, quando o assunto é o jornalismo, a comunidade profissional apresenta referências e valores que se tornam comuns, também no que tange às conformidades do significado do que é jornalismo, como é a atuação, como e de que forma se preparam as notícias e as reportagens. No caso específico do recorte apresentado pelo presente trabalho, algumas notícias são retiradas pela *Folha de S. Paulo* de agências de

notícias, como *Associated Press*, *Reuters* e *FrancePress*, o que tende a legitimar o conceito de comunidade transnacional defendido pelo autor.

Para Traquina (2005a, p.202), o procedimento de profissionalização da classe jornalística, mesmo que incompleto, torna-se impossível de reverter, já que a formação, via Ensino Superior, é uma grande tendência da chamada tribo jornalística. Segundo o mesmo autor, a transnacionalidade da comunidade de jornalistas é verificada pela partilha, com nuances distintas, de valores-notícias por jornalistas de várias partes e isso se torna uma cultura profissional comum entre a classe, favorecendo a construção de uma identidade profissional.

Há que se fazer um recorte para destacar que dentro do aparato informacional, o jornalista tem um papel de destaque. É na hora de dar enfoque ao fato que o profissional encontra opções para retratar um evento, o relato de um episódio ou a argumentação de um tema que se propõe a ser debatido, a partir de regras inerentes à profissão, por vezes rígidas e flexíveis ao mesmo tempo. Contudo, cabe ao profissional do jornalismo a decisão de que fatos escolher e como os conduzir. Há que se destacar que em conteúdo e estrutura, os textos jornalísticos não são ordinários, pois existem diferenças entre gêneros que serão abordadas mais à frente. Neste capítulo, pretendemos mostrar, a partir de pensadores sobre o jornalismo, o que faz com que um fato dê lugar a uma notícia e outro não alcance o mesmo êxito; por que não existe continuidade da notícia no dia seguinte e outras se prolongam por semanas. No presente capítulo será abordado o fazer notícia e os valores profissionais que incidem na elaboração do texto jornalístico, fundamentados nas teorias que tratam da profissão no decorrer dos tempos.

2.1 Teoria Social da Mídia

A sociedade moderna, com todo o aparato comunicacional que permeia a realidade, principalmente no que se diz ao acesso rápido às informações, requer uma maior compreensão sobre o protagonismo da mídia e a ação do jornalismo no ambiente social. Nessa perspectiva, a Teoria Social da Mídia auxilia no esclarecimento, que, segundo Rossi (2011), compreende as Condições de Produção (CPs) da atividade jornalística, aspecto que será mais discutido e aprofundado nas Teorias do Jornalismo e da Notícia, assim concentrando melhor a compreensão de como e por que as notícias são como são.

Primeiramente, faz-se necessário, para entender que atuação a mídia tem na sociedade, localizar qual é o contexto e o espaço social em que ocorre a relação entre os indivíduos. Para Thompson (2008 apud ROSSI 2011, p. 23), a distribuição do poder social não ocorre de

maneira ordenada e igual, mas desequilibrada, já que os objetivos das pessoas são diferentes e múltiplos. Para o autor, a característica apresentada determina ao conjunto social que a distribuição de oportunidades e condições seja, apenas, para uma parcela de indivíduos. Tal poder, estaria relacionado também aos recursos que estão nas mãos de classes, assim chamadas de dominantes, que também buscam controlar a distribuição de posses, sejam elas materiais ou ideológicas, já que, para Thompson, tais protagonistas se colocam à frente para elaborar regras, relações e recursos com o objetivo de dar harmonia social para que os indivíduos atinjam suas finalidades.

Quando se fala em poder, destaca-se que a sociedade é propulsora também do poder simbólico, originado através da produção, circulação e recepção dos conteúdos, sendo que tais mecanismos pretendem dar sua cara e voz aos acontecimentos, cabendo sua eficácia ou não nos aparatos informacionais e de comunicação como protagonistas das ações simbólicas, aliados ao prestígio das empresas e produtores dos conteúdos que garantirão que seu produto, a informação, seja veiculada, recebida e produza frutos nos receptores e consumidores.

Essa série de recursos garante o funcionamento dos meios de informação e comunicação que têm a capacidade de influenciar as atitudes e atividades dos indivíduos de diversas maneiras. Por ter esse poder, a mídia junto com as outras instituições religiosas e educacionais ocupa um papel muito importante em sociedade. (ROSSI, 2011, p.25)

Para La Porte (2012), a atividade jornalística está relacionada à capacidade interpretativa da sociedade. A notícia, portanto, não seria algo palpável que se encontra facilmente. Ao contrário, ela existe porque as empresas de comunicação, sobretudo os jornalistas, aplicam determinados procedimentos de observação, interpretação e representação das coisas e fatos que se passam no seio da sociedade. Ao produzir tais conteúdos, a classe, ou como diria Traquina (2005a) a tribo jornalística, dá voz ao seu discurso. Há que se destacar que o resultado da prática do jornalismo é um ato de linguagem, segundo Thompson (2008 *apud* ROSSI, 2011, p. 25), pois produzirá efeitos ao estar atrelado à contextualização social no momento de sua produção.

O sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto, segundo Brandão (1997, p.62). Já para Orlandi (1988), “O domínio de cada um dos interlocutores, em si, é parcial e só tem a validade no (e do) texto. Consequentemente, a significação se dá no espaço discursivo criado pelos dois interlocutores” (ORLANDI, 1998). Também Pêcheux (*apud* BRANDÃO, 1996, p.62) afirma que “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo... mas é determinado pelas

pressões ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (BRANDÃO, 1996, p.62).

Ao identificar como o discurso é produzido pelos profissionais da imprensa e pelos conglomerados comunicacionais, a partir das notícias e reportagens, faz-se, portanto, necessário compreender a influência do jornalismo e identificar em que ponto no texto o poder simbólico gerado posicionará o contexto social. É necessário, portanto, abordar como se dá a articulação do campo jornalístico, a partir dos pensamentos teóricos que compreendem a abordagem das Teorias do Jornalismo e da Notícia. Além da discussão a ser feita sobre o campo teórico proposto, será feita uma abordagem dos valores-notícia e os critérios de noticiabilidade, com o objetivo de também lançar uma reflexão sobre o jornalismo na atualidade. Para tanto, também será considerada a atuação do periódico *Folha de S. Paulo* e as condições de produção de discurso no maior jornal de característica geral do Brasil em número de tiragem, de acordo com o Índice Verificador de Circulação (IVC). Ao analisar o diário, o objetivo primário será o de compreender como o periódico (des)constrói a imagem do Papa Bento XVI, a partir de sua rede noticiosa, no período que compreendeu a cobertura jornalística dos casos de pedofilia cometidos por alguns membros do clero católico.

2.2 O campo jornalístico e sua estruturação

Para abordar a construção do campo teórico sobre o jornalismo, há a necessidade de voltar para as bases históricas de estruturação da profissão, intermeada pelas mudanças sociais acontecidas nos períodos subjacentes. O jornalismo, com característica ocidental e o atualmente levado em prática, apresenta seus primeiros traços de existência entre meados do século 19 e século 20, alicerces que darão subsídios para uma melhor compreensão sobre as Teorias do Jornalismo e da Notícia, embasadas nos estudos de Nelson Traquina (2005) e Jorge Pedro Sousa (2012), nas discussões sobre o discurso jornalístico.

Destaca-se no estudo do jornalismo uma característica intrínseca, também majoritária, de que ele será fruto do período industrial, assim sendo o portal para o mundo das ações de expressão da sociedade, a partir da comunicação impressa. Nesse contexto industrial, faz-se necessário recordar, segundo Melo (2003) e Santos (2003) que a partir da força do capital, a modernidade amplia, via produção em série, os moldes da comunicação em massa, embasados no desenvolvimento tecnológico que garantirá o aumento da transmissão das informações, ao mesmo tempo em que o conteúdo é socializado e ocorre a democratização da participação, por parte do público receptor, na esfera social, cultural, econômica e política. Traquina (2005a)

também concorda com os dois últimos autores sobre o surgimento histórico do jornalismo aplicado na contemporaneidade, porém acrescenta que a revolução apresentada também é fruto do distanciamento de um jornalismo construído sobre os pilares políticos e de propaganda. Para Sousa (1999, p.42), a preocupação por focar o fato, faz da notícia o principal ponto da discursividade jornalística. É o momento em que a preocupação pelos fatos, com méritos também à comercialização dos periódicos, já que a notícia e o inusitado ajudam na venda dos jornais, faz que o jornalista transforme o acontecimento em material jornalístico e informativo. É o período em que será colocado de lado o foco na opinião, momento em que entra em cena a fonte como intermediação, para dar destaque ao que é exclusivo, rápido e atual. Tais pressupostos colaborarão, segundo o autor, para que seja criada a identidade jornalística e a pedra angular da carreira profissional.

É no desenvolvimento do jornalismo que se observa a potencial força do capital. O aporte econômico agregado na produção dos bens traçou os destinos e as criações das técnicas de edificação da informação. É no conjunto produtivo, com base no lucro, que se obtém a elaboração da representação impressa, gerando, assim, um campo profícuo para a narrativa jornalística e, conseqüentemente, agregando novos aparatos à fábrica da notícia.

O jornalismo, contextualizado na era industrial como momento de seu surgimento, mostra o reflexo da força do parque tecnológico midiático sobre o texto jornalístico. Para Bahia (1971, p.29) é na sociedade industrial que o processo informativo transformar-se-á em um processo cultural. Não se pode deixar de mencionar que também é a partir de pesquisas empregadas durante o período industrial que os meios e as técnicas herdarão e imprimirão características da época.

Partindo do pressuposto que, na atualidade, muitos periódicos utilizam a reprodução de notícias advindas de agências de notícias, observa-se a necessidade de inseri-las também no contexto histórico, ora apresentado. É na imprensa de massa que o desempenho das agências contribuirá para a massificação e globalização das notícias (Traquina, 2005a). Para o autor, existe um aporte muito significativo na estruturação do novo jornalismo, principalmente no que tange à característica industrial de gerar lucros, suscitados pelo alcance das informações e das coberturas realizadas pelos próprios veículos.

Segundo Traquina (2005a), é no novo jornalismo que serão observadas a descrição como técnica de produção da reportagem e o uso de testemunhal como características principais. Sendo consideradas como produto, as notícias passaram a ser padronizadas, ao contrário do estilo literário narrativo, e produzidas em pirâmide invertida, tendo o lide como o

ponto principal em que perguntas como quem, quando, onde, como e por quê deveriam ser respondidas.

O relato estritamente cronológico do acontecimento deu lugar a um relato em que a utilização de um *lead* se tornou uma prática corrente no jornalismo norte-americano, demonstrando o crescente sentimento de autoridade por parte dos jornalistas, a decidir quais são os elementos do acontecimento mais importante e que merecem figurar no *lead*. A utilização da pirâmide invertida reconheceu implicitamente o jornalista como “perito”. (TRAQUINA, 2005a, p.60)

É neste cenário apresentado que o autor destaca que, a partir da industrialização da imprensa, também surge o mito de que o jornalismo seria o “Quarto Poder”, alicerçado, sobretudo, pelo polo econômico, com um apelo comercial maior, e a posição social do profissional jornalista, como prestador de serviço público à sociedade. Estes pontos apresentados são os responsáveis, segundo Traquina (2005a), por determinar o modelo jornalístico de deixar de lado as opiniões e centrar-se nos fatos, conseqüentemente gerando a profissionalização do jornalismo e uma independência relativa.

Carregando as bandeiras da liberdade, verdade, rigor, exatidão, honestidade e objetividade, como valores e normas profissionais, a classe jornalística construiu seu *ethos*, considerado pela sociedade democrática como sendo de grande valia, de trazer informação à opinião pública e realizar seu contributo de contra poder. Nesse sentido, o jornalista deve construir uma rede de conscientização cidadã, via informação, a partir de abordagens sobre defesa de direitos e preocupações sociais. Traquina (2005a, p.130) acrescenta que o profissional do jornalismo é conhecido como o mantenedor da democracia em emergência. Apresentado um pequeno panorama sobre a classe jornalística, será enfocada a questão da objetividade como pressuposto e bandeira do profissional e das empresas de comunicação.

Schudson (1978 apud TRAQUINA 2005a, p.135) afirma que o conceito da objetividade está relacionado com a subjetividade, já que a última é inevitável na profissão. Antes, é uma forma de reconhecer que a subjetividade faz parte do contexto das empresas de comunicação e dos jornalistas. Para Schudson “[...] não foi a expressão final de uma fé que já existia no jornalismo no culto dos fatos mas, pelo contrário, um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança” (SCHUDSON, 1978 apud TRAQUINA 2005a, p.135). Outros fatores que estavam atrelados à desconfiança dos fatos era a propaganda gerada na 1ª Guerra Mundial e o surgimento da profissão de Relações

Públicas como reprodução de fatos que iam ao encontro dos anseios da comunicação empresarial. O “fato” é o que eu vejo.

Do ponto de vista da credibilidade, a tribo transnacional jornalística, conforme nomeia Traquina (2005b), coloca a notícia como ponto de destaque de seus trabalhos, tratando-a como uma das metas de apresentação da realidade. Porém, segundo o autor, a visão de que o real, enquanto fato, é impresso de maneira imparcial ou livre de interpretações já não é uma bandeira que está hasteada, visto que a realidade é uma construção que está intrinsecamente relacionada com a leitura feita por cada indivíduo, portanto subjetivo e de acordo com o olhar de cada um, a começar pelo próprio jornalista. Profissional este que se denomina porta-voz credível do factual, também como mecanismo de blindagem sobre quaisquer críticas que possam sofrer em seu trabalho.

Para Tuchman (1972/1993 *apud* TRAQUINA, 2005a, p.139):

[...] Atacados devido a uma controversa apresentação de ‘fatos’, os jornalistas invocam com a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos.

Nesse sentido, o mesmo autor destaca que para manter sua autonomia e preservar-se dos azares da sociedade, a classe jornalística desenvolveu mecanismos de blindagem de suas produções textuais ou noticiosas, como recursos do testemunhal, atribuir a informação à fonte, para colocar nas palavras das pessoas (eximir culpa futura) informações com caráter de juízo como forma de prova suplementar, a apresentação de possibilidades conflituosas em que o jornalista não consegue identificar os fatos e a capacidade de mostrar provas auxiliares que ajudam com a construção noticiosa do acontecimento. Tais artifícios, segundo o autor, auxiliam para que a tão observada e discutida objetividade no jornalismo otimize o trabalho das redações, mas, também, ajude na conservação do *status quo* da profissão. Segundo Traquina (2005a), a sociedade tem uma forte influência sobre a consolidação do perfil do profissional jornalista, pensamento construído sob a efígie da Teoria Democrática.

Ainda sobre a questão da objetividade, Baccega (1998), acredita que, dentre o discurso jornalístico, os jornalistas, como sujeitos enunciadore, são partícipes, reagem e interagem através da discursividade impessoal e dos meios, não fazendo deles meros espectadores de uma classe social.

São nesses questionamentos e reflexões que as Teorias do Jornalismo e da Notícia entram em cena como forma de explicação dos novos desafios e para focar a objetividade,

como fruto do aparecimento do moderno jornalismo, numa época de corrida industrial (meados do século XIX). Trata-se de pressupostos teóricos complementares, que buscam uma clareza, enquanto fundamentação teórica, na tentativa de uma compreensão mais apurada do processo de se fazer a notícia e de entendimento das condições de produção do jornalismo.

2.3 As Teorias do Jornalismo e da Notícia

Conflituosos ainda no sentido de definição do que vem a ser o campo jornalístico, os primeiros estudos sobre a área surgem nos Estados Unidos, nos primeiros 30 anos do século XX, buscando compreender como se dava o processo jornalístico e por que as notícias são como são. A essa busca, segundo Traquina (2005a), somam-se muitas teorias que buscavam pistas para encontrar o real significado do fazer e ser jornalismo. Contudo, o autor salienta que o termo “teoria” ainda causa muita discussão, pois, embora também possa significar explicações interessantes e plausíveis, não são um conjunto de princípios e proposições. Entretanto, serão as Teorias do Jornalismo e da Notícia que auxiliarão esta reflexão proposta, na tentativa de discernimento do presente trabalho de pesquisa, que tem a pretensão de compreender como a teia noticiosa do jornal *Folha de S. Paulo* (des)constrói a imagem do Papa Bento XVI, tendo como pano de fundo o recorte temporal que compreende a cobertura de um dos escândalos que assolaram a Igreja Católica: a pedofilia cometida por membros da hierarquia eclesial.

Tais fundamentos, retomados historicamente pela presente pesquisa, são uma simples contribuição para auxiliar a compreensão das condições de produção do jornalismo e para atingir os objetivos propostos para este trabalho.

2.3.1 Teoria do espelho

Na abertura das discussões deste capítulo, abordou-se o início do pensamento sobre o novo jornalismo, principalmente contextualizando-o com o período da revolução industrial. No sentido de retroceder ao pensamento e complementá-lo, porém com uma abordagem um pouco diferente, optou-se por apresentar a Teoria do Espelho, como um dos primeiros suportes teóricos do período industrial (fim do século XIX e primeiras décadas do século XX), em que as empresas de comunicação tiveram que objetivar o lucro e a imprensa se formatar como indústria. É o momento em que o jornalismo passa a ter uma visão comercial, apresentando em seu quadro de trabalhadores, jornalistas mais profissionalizados, definindo-se a mídia como porta-voz da sociedade e fiscalizadora do poder público.

Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um *comunicador desinteressado*, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de *informar, procurar a verdade*, contar o que aconteceu, *doar a quem doar*. (TRAQUINA, 2005a, p.147)

Embasados pelo autor e de acordo com a citação acima, nota-se um estereótipo criado na figura do jornalista como a pessoa que enxerga a realidade, porém se isenta de opiniões. É o tempo em que os profissionais observam os fatos, transformando-os em notícias com características informacionais. Tais premissas, segundo Nelson Traquina (2005a), estão relacionadas aos contextos ocidentais, sobretudo com o surgimento do novo jornalismo, que nasce dentro da efervescência do pensamento positivista de Auguste Comte, com a meta de reprodução do real, assim como se registra um momento com uma máquina fotográfica, contando que a objetividade seria fator decisivo para que as notícias fossem as mais credíveis possíveis.

É nessa teoria que haverá a sustentação de que a realidade, a imparcialidade e a objetividade são determinantes para a notícia. A realidade está relacionada ao jornalista, enquanto simples reprodutor dos fatos. Como mediador do fato, o profissional é caracterizado como imparcial e objetivo, o que garante uma passividade profissional perante o acontecimento.

Nesse sentido, a Teoria do Espelho, considerada pobre e insuficiente por Traquina (2005a), coloca o jornalista como reprodutor dos fatos em sua visão de espectador.

O ethos dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento em notícia. (TRAQUINA, 2005, p. 149)

2.3.2 Teoria do *Gatekeeper* ou da Ação Pessoal

Tendo o processo de produção de notícia que passar por alguns portões, em inglês *gate*, o *gatekeeper*, nomeadamente o jornalista, é quem escolherá o fato que virará notícia ou será deixado de lado. Assim, a reconhecida primeira teoria, a ser considerada pela academia

de pesquisadores em jornalismo, surgiu na década de 1950, tendo o termo *gatekeeper* sido extraído de um artigo da Psicologia, em que Kurt Lewin, no final dos anos 40, discorre sobre o indivíduo que passa por um filtro de escolhas para se atingir a meta de uma decisão.

Posteriormente, Manning White traz ao jornalismo a expressão *gatekeeping*, se referindo à produção de conteúdo jornalístico. Trata-se de, novamente, colocar o jornalista como protagonista, no centro das discussões, pois a seleção dos assuntos a serem transformados em notícia é resultado de escolhas subjetivas e próprias, também de acordo com o repertório e formação de cada profissional. É o advento das experiências pessoais, arraigadas em valores sociais e morais, distantes do gosto dos conglomerados organizacionais.

Tal protagonismo do jornalista pode ser lido, até por assim dizer no nome aplicado também à teoria, que sua ação pessoal tinha um grande peso para a escolha do que seria noticiado ou não. Trata-se de apenas um ponto para se averiguar e começar a compreender o motivo pelo qual as notícias são como são. Portanto, para os pesquisadores, segundo Traquina (2005a), ao se debruçarem sobre o pressuposto apresentado pelo pensamento da teoria do *gatekeeper*, verifica-se que ela está relacionada, no olhar acadêmico, ao indivíduo. Para o autor, tal marco teórico, pelo seu olhar focado no protagonismo do jornalista, o que causa prejuízo quando se deixa de enxergar um aspecto macro, como por exemplo observar com maior cuidado a realidade social e as próprias empresas de comunicação no contexto em que o pesquisador está inserido.

Apresentada como ponto de vista teórico pessoal, a teoria perdeu território, por trazer poucos acréscimos à área, e importância no decorrer dos avanços sobre o jornalismo e no aparecimento de novos pensamentos, como a Teoria Construcionista.

2.3.3 Teoria Organizacional

Se a teoria apresentada, há pouco, colocava o jornalista como protagonista na produção de notícias, a Teoria Organizacional insere nas pesquisas os fundamentos organizacionais para a construção da teia noticiosa.

Surgida na década de 50 e inspirada pelas reflexões de Warren Breed, o aparato teórico lançou um olhar mais apurado e focado nas organizações que se ocupavam do jornalismo para, assim, determinar como as empresas de comunicação exerciam sua influência quando o jornalista ia transformar o fato em notícia. Nesse arcabouço teórico, para o pesquisador, segundo Traquina (2005a), há um direcionamento de que o jornalista não faz o filtro ou a escolha do que noticiar a partir de seus valores ou pontos ideológicos, mas que a empresa tem um poder sobre seu empregado, especificamente o introduzindo no mundo das

regras e dos pensamentos organizacionais. Conforme o autor (2005a, p. 152) “[...] o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele tivesse trazido consigo”.

A um período de adaptação empresarial, o jornalista, inserido dentro dos princípios norteadores de seu trabalho, transforma o fato em informação, a partir da produção da notícia. Contudo, conforme Traquina (2005a), Breed também acredita que a pressão laboral exercida pelos patrões nos jornalistas, de certa forma, não determinaria que o profissional somente realizasse o que fosse de acordo com os padrões impostos pelo empregador. Há uma negociação implícita: nem só a organização, nem só o jornalista. Antes, a classe jornalística possui certa liberdade e autonomia para pôr em prática suas técnicas e, sobretudo, funções, o que poderia causar certo mal-estar quando o assunto em voga fosse a liberdade de escrita e pensamento. Na verdade, tanto o jornalista quanto a organização são “pautados” ou “apertados” pelo receptor. Para Sousa (1995, p.198), “ a noção de recepção é construída pelo campo emissor com base em certas referências que o primeiro recebe do segundo, mediante o jogo de envios e re-envios de signos situados sociodiscursivamente” (SOUSA, 1995, p.198). Tais campos se estruturam relacionalmente, não gozando, nenhum deles, de hegemonia, no que diz respeito à posição estrutural de campos enunciadores.

Para Traquina (2005a), contestando Breed, na tentativa de burlar certos procedimentos impostos pelo sistema organizacional, o jornalista poderia utilizar certos subterfúgios para encampar seu trabalho. Tais procedimentos poderiam ser adotados se a política editorial da empresa não estivesse às claras ou mesmo para dar nuances distintas aos fatos, escolhendo a melhor maneira de enquadrá-lo. Porém, para Breed (*apud* TRAQUINA, 2005a, p. 157) “a fonte de recompensas do jornalista não se localiza entre os leitores, que são manifestamente seus clientes, mas entre seus colegas e superiores. Em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, o jornalista redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redatorial” (TRAQUINA, 2005a, p.157).

Em outra margem do pensamento, mira-se o olhar nas empresas de comunicação. São nelas que a Teoria Organizacional também vai revelar que o capital terá grande importância para o exercício do jornalismo. Para que uma organização se estruture, mantenha seu quadro de funcionários, realize investimentos ou outras aplicações, existe a necessidade de avaliar as contas a receber e a pagar. Do resultado das contas, o balancete demonstrará quais serão os procedimentos a serem feitos para aumentar a audiência e, em consequência, o trabalho de apuração dos fatos, ou sua limitação. Observa-se que a tendência escolhida pela política editorial estará relacionada com o consumo de notícias e com a atualidade de novas

informações ou diversidade de fatos. Não se pode esquecer que determinadas opções convergirão para atender aos anseios do leitor, mas também do anunciante.

Entretanto, a Teoria Organizacional muda o foco de estudos do campo jornalístico ao apresentar uma premissa nova que sai do protagonismo do jornalista e recai sobre as empresas comunicacionais, mas não oferece outros aportes importantes que desembocarão no trabalho do profissional em jornalismo, conforme abordado por outras teorias ou hipóteses.

2.3.4 Teorias de Ação Política

É no campo histórico das manifestações e efervescências da década de 60, que as Teorias de Ação Política ganharão terreno. Sobretudo, foi para responder a indagações ou propor novas realidades, que os pensamentos recaíram sobre a ideologia, tendo como um dos máximos representantes o pensador italiano Antônio Gramsci, de identidade marxista.

É na década de 70, nascimento das Teorias de Ação Política, que se verificará o papel e a influência do jornalismo na sociedade. O pensamento central estava em compreender, também, de que maneira as notícias poderiam ter mais peso social, além dos resultados que a política ou a sociedade causavam no jornalismo.

Na nova fase de investigação, a relação entre jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria *teoria democrática* (TRAQUINA, 2005a, p.161).

É a partir desse pensamento que a parcialidade jornalística e seus efeitos começam a ser aprofundados e estudados. Com foco na objetividade ou na sua ausência é que os pesquisadores conseguirão descobrir se o jornalismo está exercendo seu papel na sociedade, portanto, informações da realidade distorcidas estariam fora dos padrões ou atenderiam ao comando de determinado grupo. Ao considerar que os profissionais do jornalismo formam parte de uma nova classe política, alguns estudiosos afirmam, segundo Traquina (2005a), que a distorção jornalística da realidade servirá para transmitir ideias contra o capitalismo. Já para Herman e Chomsky, segundo Traquina (2005a, p.163), os jornalistas são fundamento, por meio de suas notícias, para favorecer e solidificar o capitalismo.

Nessa disputa entre direita e esquerda, as Teorias de Ação Política destacam que produtores de notícia reconstroem os fatos de acordo com a visão, inclusive política, dos grupos sociais envolvidos.

Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção de sua visão do mundo, da sociedade, etc. (TRAQUINA, 2005a, p. 163)

É nesse panorama apresentado que Traquina (2005a) aborda o papel do jornalista frente a essa realidade. Para o autor, o profissional da área apresenta um controle pessoal na produção noticiosa, ao mesmo tempo em que, no processo produtivo, consegue apontar suas preferências do produto final, por contar com a estabilidade e coerência dos valores políticos.

Parecendo uma teoria de conspiração de ambos os lados, a direita e a esquerda apresentam visões distintas sobre o papel do jornalista. É na passividade da produção noticiosa que os jornalistas serão rotulados pela esquerda como simples comandados e coniventes do sistema capitalista. Chomsky e Herman, segundo Traquina, ao aprofundarem seus estudos, demonstrarão que será o nível externo, ou macroeconômico, que determinará o fazer e o conteúdo das notícias, pois é o comando de dirigentes da classe capitalista que “[...] dita aos diretores e jornalistas o que sai nos jornais” (TRAQUINA, 2005a, p. 164).

Mesmo sendo teorias que irão ampliar as visões sobre o campo jornalístico e auxiliar a visão de uma tendência social e política no exercício da profissão, o autor ressalta que acredita nas divisões de uma elite capitalista e que, tão pouco, haja um método capaz de verificar quais as reais finalidades de quem produz as notícias.

2.3.5 Teorias Construcionistas

Na década de 1970, observa-se a necessidade da obtenção de um novo modelo, em oposição ao pensamento de que as notícias eram distorcidas, que também colocaria em xeque a ideologia jornalística e a reflexão teórica de que o espelho da realidade era concretizado nas notícias. É nesse cenário que têm início os estudos sobre as Teorias Construcionistas. Nesse sentido, aflorará a importância dos meios de comunicação na construção da realidade, de certa maneira, indagando o fato dos profissionais jornalistas serem os responsáveis pela distorção ou reprodução do real.

Para esse modelo os investigadores da teoria se posicionarão ao afirmar que o produto final jornalístico será uma convenção, e não uma ficção, porém identificando um caráter narrativo da notícia, uma estória, sem contestar sua relação com o real e com o comprometimento informativo.

[...] dizer que a notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os

documentos públicos, ser uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna (GAYE TUCHMAN, 1976 e 1993, p.262 apud TRAQUINA, 2005a, p.169).

Contudo, para a classe jornalística, o fruto de seu trabalho não pode ser considerado estória. Para Itzhak Roek (1989, p.162, *apud* TRAQUINA, 2005a, p.170), os jornalistas acreditam na transmissão de um fato, pois se firmam na ideia de uma transparência da linguagem, porém, no real eles são contadores de estórias.

Verifica-se, dentro dos estudos sobre as Teorias Construcionistas, que o contributo das inovações metodológicas está intimamente ligado aos avanços dos estudos sobre o jornalismo, pois com o apoio de pesquisas antropológicas, pode se observar o desenvolvimento de um enfoque etnometodológico, nos espaços de trabalho dos jornalistas. Com este novo olhar, foi possível verificar quais eram seus posicionamentos e atitudes dentro do território laboral. De tal iniciativa surgiram pressupostos de entendimento sobre qual seria a visão social e de mundo dos jornalistas, em que circunstâncias e de que forma eles agiam na produção de notícias, bem como que conflitos internos ou externos eram gerados durante a produção noticiosa. Para Traquina (2005a), os contributos metodológicos serviram para compreender como na produção das notícias o relacionamento do jornalista com sua rede de contatos, o papel da fonte, seria pertinente, além de como a rotina profissional influenciaria no produto jornalístico final. Também, pode se afirmar que as Teorias Construcionistas auxiliaram para que houvesse um questionamento das Teorias de Ação Política, no sentido de que as últimas enxergavam a notícia como uma distorção da realidade.

Nesse sentido de avanço, o paradigma construcionista alavancou as pesquisas que culminaram nas Teorias Estruturalista e Interacionista, com reflexões destinadas a compreender como a notícia poderia corroborar na construção social. Mesmo com distanciamentos relacionados com o construcionismo, existe a complementação deste último.

Destaca-se a importância cultural registrada no trabalho jornalístico, perpetrada nos valores-notícia, sendo os jornalistas artífices na construção da notícia, por extração dos fatos da realidade.

As notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração (SCHUDSON, 1995, p.14 apud TRAQUINA, 2005a, p.171).

É na construção da realidade, ao mesmo tempo em que há uma oposição a outras teorias, que a Teoria Construcionista confirma a participação *sine qua non* na produção

noticiosa. A afirmação encontra bases porque observa o trabalho jornalístico como fruto de seu intercâmbio social, em que o profissional pode ser encarado como artífice e resultado da realidade ao seu redor.

2.3.6 Teoria Estruturalista

Tendo como expoente representante o pesquisador Stuart Hall ¹e seus co-autores, a Teoria Estruturalista, também de inspiração marxista, abordará como a mídia, a partir de sua produção, impregnará os valores dominantes da sociedade. O modelo se assemelhará com a visão de esquerda sobre as notícias, contemplada nas Teorias de Ação Política. A diferença existente entre as duas reflexões está, conforme Traquina(2005a), no sentido de que o estruturalismo contempla uma visão de que a classe jornalística possui uma liberdade relativa, quando inserida no contexto de uma controladoria incisiva da economia, fato que não está considerado nas Teorias de Ação Política. Segundo os pensadores do paradigma estruturalista, para que as notícias sejam consideradas um produto social, elas terão que passar ou responder a alguns pressupostos, como a burocracia que provoca a rotina na mídia noticiosa ou a posição dos jornalistas no condicionamento do que é ou não notícia, de acordo também com uma hierarquia de valores-notícias. Somam-se aos demais fatores a capacidade e poder dos valores culturais, fruto de uma visão culturalista da Teoria Estruturalista, para transformar um fato em algo compreensível para os receptores.

Não há forma de conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas; os jornalistas nunca tomam a iniciativa, nunca desafiam os “definidores primários”, por exemplo, através de iniciativas como a reportagem, o jornalismo de investigação, ou os furos. Segundo a teoria estruturalista, nunca há um processo de negociação antes da definição principal. Encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial como objeto de *enjeu*, como recurso potencial para todos os diversos agentes sociais (TRAQUINA, 2005a, p.180).

Contrariamente, Hall explanará que a classe jornalística não agirá para atender os anseios de quem tem o poder. Para o autor, os jornalistas atuarão de acordo com a estrutura laboral oferecida, como inclinações para a objetividade, imparcialidade ou mesmo o *deadline* para a entrega do produto final. Por conta disso, as notícias, como produção final, auxiliam na construção da sociedade, e também colaboram para a conservação dos valores sociais dominantes. Ao mesmo tempo, as notícias colaboram para a manutenção do sistema na

¹ Stuart Hall é um teórico cultural da Jamaica, que trabalha no Reino Unido, e um dos principais pensadores da teoria da recepção.

medida em que o jornalismo, em si mesmo, é elitista e pouco preocupado em explicar os fatos para “prestar” serviço ao leitor. Além de elitista é preguiçoso porque prefere as fontes oficiais que entregam tudo pronto e manipulam a mídia. A prerrogativa inserirá as fontes como instrumentos de definição, em primeiro grau, para um fato, sendo que os meios de comunicação serão inseridos num conjunto secundário no arcabouço dominante, já que a mídia reproduzirá o que for definido pelos *primary definers* (definidores primários), ou seja, as fontes oficiais, organizadas, que possuem livre acesso aos veículos de imprensa.

Por mais que pareça que a engrenagem funcione perfeitamente, Stuart Hall e seus coautores, segundo Traquina (2005a), mostram que poderá haver um choque entre mídia e fontes, já que são distintas personagens, com motivações e pensamentos que, por vezes, poderão ser díspares. Entretanto, serão ocasiões extraordinárias que não terão o poder de modificar o conteúdo teórico proposto pela corrente estruturalista, que ainda acredita que a imprensa espelhará em seus conteúdos a visão de valores pertencentes a quem mantém o domínio da sociedade em suas bases.

Hall et.al. têm o cuidado de admitir que este processo não está totalmente fechado quando reconhecem que: 1) os *media* são institucionalmente distintos das `outras agências do Estado`; 2) os *media* possuem os seus próprios motivos e lógicas que os podem levar a entrar em conflito com os “definidores primários”; 3) as instituições que compõem a estrutura do poder podem entrar frequentemente em disputas” (TRAQUINA, 2005a, p.179).

Finalizando seu pensamento, Traquina (2005a) apresenta um panorama de conversão de pensamento entre a Teoria Interacionista e a Teoria Estruturalista no sentido de enxergarem que a notícia é construída. Porém, tais teorias se distanciam quando existe um posicionamento acerca do relacionamento entre jornalistas e suas fontes. No estruturalismo, não existe alteração estrutural quando se fala em fonte, mantendo ela uma via de mão única com os jornalistas. Porém, essa visão vem carregada de determinismo, pois seu ponto frágil está no não acreditar que exista ativismo dos profissionais de jornalismo na composição de poder, já que o relacionamento da fonte com o jornalista geralmente envolve negociação de fidelidade, de confiabilidade, não podendo ser unilateral. É uma relação complexa que envolve também a questão do “off”.

Dentro deste contributo, surgirá outro aparato teórico apoiado no intercâmbio de distintos fatores, sendo que o fato caracterizar-se-á com um polo de rica base ou fundamento das relações que são feitas entre emissor e receptor.

2.3.7 Teoria Interacionista

A Teoria Interacionista partirá do pensamento de que a notícia é fruto de uma construção social, como resultado de uma interatividade construída por agentes sociais que, por sua vez, executam uma figura ativa dentro do complexo processo de constante negociação.

Dentro de seu embasamento teórico, o paradigma interacionista amplia o horizonte sobre o trabalho jornalístico, já que se consegue observar, a partir da notícia, como se dá o selecionar e transformar os fatos no produto final jornalístico, ao mesmo tempo em que podem ser percebidos os aparatos utilizados pelo profissional para informar. O destaque está na avaliação da noticiabilidade, ou seja, quais e em que circunstância as ocorrências ou eventos serão noticiados. Amparado por Wolf, Traquina (2005a) discorre sobre a importância da compreensão do que é a notícia, ao mesmo tempo, percorrendo uma pista para avaliar se a noticiabilidade estaria alicerçada sob quais fatores e/ou critérios, passados sob o filtro do jornalista. Também Hohlfeldt (2001) ressalta o contexto da produção de notícias, embasado na hipótese do *newsmaking*, que:

[...] dá especial ênfase à produção de informações, ou melhor, à potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia. Deste modo, é especialmente sobre o emissor, no caso o profissional da informação, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e sua narratividade, que é a notícia, que está centrada a atenção destes estudos, que incluem sobretudo o relacionamento entre fontes primeiras e jornalistas, bem como as diferentes etapas da produção informacional, seja em seu tratamento e edição e, enfim, em sua distribuição (HOHLFELDT, 2001, p.203).

É na captação de notícias que as empresas de comunicação organizam o tempo de seus jornalistas. Aliás, o fator temporal, segundo a teoria, criará um sentido de pressão em toda a atividade, já que também há o pensamento que o jornalismo, por sua práxis, estaria voltado para os acontecimentos diários. Destarte, existe a necessidade de tomar alguns indicações, sobretudo de espaço, para que a rotina laboral seja formatada. Quando se aborda o espaço, as empresas constroem uma teia noticiosa que cuidará das coberturas, principalmente dos locais circunvizinhos e de relevada importância, segundo a organização, para a sociedade local. Porém, tal escolha tenderá a deixar, por exemplo, espaços menos importantes fora do raio de cobertura de captação e produção de notícias. Quando o assunto for tempo, os conglomerados comunicacionais elegeram alguns pontos para otimizar o trabalho jornalístico. Figuras na literatura jornalística, sobretudo o que concerne à presente teoria, enfatizam um ritmo de

trabalho que seja coerente com as redações e que objetivem o que é imediato, deixando que as problemáticas sejam deixadas de lado na cobertura do jornalismo.

Pressionadas pela tirania da “hora do fechamento”, as empresas do campo jornalístico são ainda mais obrigadas a elaborar estratégias para fazer face ao desafio colocado pela dupla natureza de sua matéria-prima: 1) os acontecimentos (a matéria-prima preponderante do trabalho jornalístico) podem surgir em *qualquer parte*; 2) os acontecimentos podem surgir a *qualquer momento*; 3) face à imprevisibilidade, as empresas jornalísticas precisam impor ordem no espaço e no tempo (TRAQUINA, 2005a, p.181)

Cabe mencionar a autonomia relativa que o campo jornalístico possui na sociedade. Dessa maneira, não seria incorreto afirmar que existe um processo de intercâmbio entre os agente sociais, na negociação do que deve ser noticiado. Para tanto, Molotch e Lester (1974/1993 apud Traquina, 2005a, p.184) discorrerão sobre o posicionamento dos indivíduos, inseridos no contexto da estrutura do trabalho jornalístico, tendo o entendimento do chamado “xadrez” jornalístico.

Para os dois pesquisadores, entre os agentes se encontram os promotores de notícias (*news promoters*) que conseguem que o fato seja observável; os jornalistas (*news assemblers*) que têm a capacidade de transformar e veicular um conjunto de ocorrências em fatos públicos; e os consumidores de notícias (*news consumers*) que se encaixam como os receptores do fato que pela mídia é transformado em notícia. Segundo os autores, o profissional do jornalismo ocupa um protagonismo estratégico na sociedade, pois é nele que ocorre a gestão dos fatos que são importantes, embora nem sempre os fatos importantes sejam noticiados. Desse modo, o reflexo dos pontos de destaque do real estará inserido na notícia, ainda que nem sempre a notícia seja verdadeira, por sua parte construída de acordo com as necessidades informacionais dos receptores, assimiladas e seguidas pelas empresas jornalísticas.

De fato, após as constatações anteriores, Molotch e Lester (apud TRAQUINA, 2005a, p.184) creem que existe uma intenção por detrás dos acontecimentos que são repassados pelas fontes. Nessa promoção noticiosa, há, por parte de quem repassa os acontecimentos, de definição de quais casos chegarão ao público em forma de notícia e qual será a maneira, como definição de formato, chegará ou será assimilado pelo receptor.

Assim, nas sociedades mass-mediatizadas, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais; em particular, dos profissionais do campo político. Um objetivo primordial da luta política consiste em fazer concordar as suas *necessidades de acontecimentos* com as dos profissionais do campo jornalístico (TRAQUINA, 2005a, p.186)

Para a Teoria Interacionista, os jornalistas possuem um papel ativo na elaboração das notícias, o que de certa forma está atrelado aos desejos de agentes sociais. O jornalista tem necessidade de um acontecimento e determinados agentes, como os políticos, têm a necessidade de acontecimentos que pudessem corresponder à precisão de fatos, o que, de certa forma, colaboraria para a produção de uma agenda jornalística. Entretanto, entre os agentes com influência no meio jornalístico estão aqueles que detêm o poder, principalmente aqueles que são dotados de patrimônios econômicos. Divergindo da Teoria Estruturalista, a Interacionista acredita que outros agentes sociais encontram a porta aberta junto aos meios de comunicação e que os jornalistas possuem autonomia para deliberar sobre o fato que passará pela construção, até se tornar notícia aquilo que interessa à fonte ou ao jornalista e à organização, e os procedimentos e circunstâncias em que tais fatores acontecerão.

Traquina (2005a) defende que para conseguir cobrir os fatos, principalmente aqueles que acontecem sem previsão, há a necessidade de se conseguir acesso ao campo jornalístico e de ter na rede noticiosa aportes fundamentais para o exercício da atividade jornalística. Em seu livro, o autor baseia-se em Gaye Tuchman para abordar que a teia noticiosa deverá estar articulada com os critérios de noticiabilidade, variáveis de acordo com o posicionamento editorial de cada meio, estes que darão ênfase às fontes inseridas em esferas sociais importantes. Dessa maneira, optam-se por setorizar assuntos para determinados jornalistas, compondo a rede noticiosa, para que seja formada uma confiança entre profissional do jornalismo e fontes, além de ser fortalecida uma troca mútua de confiabilidade e de negociação de interesses, o que, de certa forma, com o tempo e a confiança faz com que o jornalista receba mais informação e pistas ao invés de ter que sair à procura de fatos.

[...] as relações entre os jornalistas e as fontes oficiais poderão ser descritas como uma “relação simbiótica” entre as fontes e os jornalistas: os dois agentes beneficiam-se da “troca”. Para os jornalistas, os benefícios são: 1) a eficácia; 2) uma maior estabilidade no trabalho; e 3) uma autoridade que valida a notícia. Para as fontes oficiais, os benefícios são: 1) a publicação dos seus atos; 2) possivelmente, uma saliência social; e 3) o reforço de sua legitimidade (TRAQUINA, 2005a, p.196).

Por outro lado, o autor destaca a rotina como ponto importante do trabalho jornalístico. A empresa de comunicação e o jornalista buscam encampar uma rotina laboral também com o objetivo de otimizar e controlar seu trabalho, conservar ou administrar o domínio técnico e de escrita corroborados para a produção das notícias.

É na Teoria Interacionista que se encontrará a constatação que a relação dependente entre jornalistas e fontes oficiais será resultado da rotina. Para alguns agentes sociais que não

conseguiam implantar seus atos em notícia, foi importante e decisivo conhecer os critérios de noticiabilidade que regiam o periódico e que transformariam o acontecimento em produto jornalístico, de acordo com o perfil editorial de cada jornal. Sem esse conhecimento, fica difícil aos agentes sociais encontrarem uma brecha de entrada no campo jornalístico, pois o mesmo é bem solidificado, e as fontes, por serem distintas, acabam por não conseguirem se aproximar do profissional em jornalismo.

Partindo do pressuposto apresentado por Tuchman, Traquina (2005a) apresenta que os acontecimentos estão relacionados às fontes oficiais, de modo que existe a intencionalidade do poder social da localidade em influenciar as notícias. Dessa forma, grupos que estão inseridos fora do esquema determinado pelo poderio, como os movimentos sociais organizados, serão reféns da falta de proximidade com os veículos de comunicação, por conta de que a noticiabilidade se coloca como catalisadora do grupo dominante. A esse ponto existe uma aproximação do estruturalismo com o interacionismo, pois há o reconhecimento que o sistema organizacional com mais prestígio tem a característica de influenciar a produção noticiosa.

Contudo, a Teoria Interacionista não prevê que o relacionamento entre fontes e jornalistas seja determinista, já que a relação é resultado de uma procura por vantagens, sendo considerada uma ação estratégica. Porém, segundo Traquina (2005a):

[...] seria importante identificar quais são os recursos determinantes que os “promotores” (as fontes) devem possuir para impor os seus acontecimentos e problemáticas na agenda dos jornalistas e fazer passar os seus enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de significação. Apesar da falta de mais pesquisa sobre esta questão importante, avançamos quatro tipos de recursos: 1) o seu capital econômico; 2) o seu capital institucional, isto é, o grau de institucionalização da fonte; 3) o seu capital sócio-cultural, na forma de autoridade, “saber” e credibilidade; e 4) a sua estratégia e táticas de comunicação (TRAQUINA, 2005a, p. 200).

Destarte, fica claro, para o autor, quais seriam os pontos a serem percorridos, caso os agentes sociais, sem acesso à mídia, quisessem que seus fatos fossem transformados em notícia e terem uma projeção midiática. Conforme Traquina (2005a), o modelo interacionista vê no jornalismo duas faces: 1) força conservadora; e 2) aliado dos grupos contra o poder. Para tanto, o jornalismo é considerado um “Quarto Poder”, pois justifica e fortalece seu *ethos*, mesmo que, ao orientar sua atuação em justificação ao seu *status quo*, em determinadas situações ele atue como opositor ao sistema.

2.3.7.1 A comunidade profissional

Sendo as notícias consideradas fruto de intercâmbio social entre jornalistas e fontes, mas também entre os próprios profissionais de jornalismo, considera-se, na Teoria Interacionista, o arquétipo de uma comunidade profissional o grupo que estará, no processo de interação, dividindo conhecimento, opiniões, desafios, favores, trocas, linguagem própria, releitura jornalística com o objetivo de transformar os fatos em notícias.

Assim sendo, existe uma concordata entre as classes no que tange à equalização de obrigações profissionais e que envolvam a máquina burocrática das empresas de comunicação, para que haja a noticiabilidade das ocorrências. É neste sentido que, para se observar a realidade, seja necessário a unidade a partir de critérios de noticiabilidade ao compartilhamento de valores, entre eles: a verdade, independência, objetividade e imediatismo.

Para Traquina (2005a), o poder está inserido na comunidade profissional, ou “tribo jornalística”, na decisão do que é notícia, em ser a última palavra do fato que será construído como notícia e influenciando os receptores em como pensar e no que pensar. No tema influência, o autor destaca que os estudos sobre o jornalismo, sobretudo do final do século XX, indicam haver uma variação de influência sobre indivíduos e temas. Porém, terá maior atuação em pessoas que sejam abertas ao jornalismo ou desejando se informar, principalmente sobre assuntos com que não possuem intimidade ou conhecimento.

Encerrando a visão da Teoria Interacionista, nota-se o forte apelo de que os jornalistas possuem voz ativa na produção noticiosa, a partir da realidade. Para culminar no fator apresentado, o processo de intercâmbio social que irá gerar a construção das notícias dependerá de alguns fatores, sendo que o real possibilitará, ao menos, uma das condicionantes para que os fatos consigam alcançar, sob o filtro jornalístico, o público. Somam-se a estes quesitos, a narrativa jornalística, os valores-notícia, a rotina, identidade e relacionamento das fontes, as sujeições da organização.

Para Traquina (2005a), mesmo que valores profissionais jornalísticos sugeriram o contrário, para a Teoria Interacionista, os profissionais do jornalismo, por sua ampla atuação, vão mais adiante da realidade produzida.

2.4 Os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade

Dentro do contexto das redações, aglomeram-se jornalistas à procura de fatos que, estampados em seus jornais, poderiam responder à audiência do leitor, mas também massagear o ego do profissional que ultrapassa, por vezes, barreiras, para enfrentar a rotina

diária dos periódicos. Saber qual o nível de noticiabilidade será de extrema importância para transformar um acontecimento em notícia. Trata-se do processo de seleção da ocorrência, que, filtrada por alguns critérios, será responsável por otimizar o labor jornalístico. Trabalho dinamizado, o profissional conseguirá planejar a execução de seu serviço, sobretudo para responder aos anseios organizacionais de tempo, impostos pela organização, mas, principalmente, para não perder o ineditismo do fato que poderia chegar à opinião pública e deixar o jornal em que trabalha na frente da concorrência. Dessa maneira, a comunidade jornalística utiliza de algumas ferramentas que estão unidas à práxis que, tendo sido acertadas entre os próprios jornalistas, contribuirão para a produção noticiosa. O que será transformado em notícia, geralmente, estará relacionado a fatos que são próximos ao receptor, que possuam dramaticidade, sejam distintos às leis da sociedade.

Para Wolf (2005, p.202):

Tendo definido a noticiabilidade como um conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção de notícias, podemos definir os valores/notícia (*new values*) como um componente da noticiabilidade. Eles representam a resposta à seguinte pergunta: quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias? (WOLF, 2005, p.202)

Complementando o que diz o autor acima, Sousa (1999) acrescenta que a natureza social, cultural e ideológica, também acrescida da atuação individual do jornalista contribuem para a seleção dos critérios de noticiabilidade que serão pertinentes na função jornalística de produção noticiosa. Porém, faz-se necessário focar na pessoa do receptor para compreender que os valores-notícia irão eleger fatos que atenderão às perspectivas do público. Para Bourdieu (1997, p. 12 apud TRAQUINA, 2005b, p.77): “Os jornalistas têm óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado”. Será a visão que transformará os acontecimentos que serão consumidos pelo público, porém, segundo Charaudeau (2009 apud ROSSI, 2001, p.45), os meios de comunicação ainda não conseguem medir e nem definir quais foram os efeitos provocados no receptor, mesmo que a mídia suponha que efeitos poderiam causar. É importante destacar que os critérios de noticiabilidade, na visão de Sousa (1999), não podem ser encarados como imutáveis ou genéricos ou mesmo que se respaldam somente no que é imprevisto ou negativo. Antes, eles possuem uma variável que também dependerá da própria comunidade jornalística, do fator cultural, tempo ou da empresa de comunicação na apresentação de seu *modus operandi*.

2.4.1 Os critérios de noticiabilidade segundo Traquina

Para o presente trabalho, optou-se por tomar como referencial teórico o pensamento do jornalista português Nelson Traquina, um dos autores mais recentes sobre os valores-notícias. Porém, no decorrer da apresentação das reflexões, outros autores serão inseridos para que haja um diálogo de pensamento entre pesquisadores.

Traquina (2005b) parte do pressuposto de que é a política elegida pelo conjunto editorial da empresa de comunicação que ditará as normas que convergem na escolha do fato para ser transformado em notícia. Para tanto, o autor coloca em primeiro plano o jornalista, como primeiro responsável pela seleção de matéria-prima, iniciando, assim, uma construção de pensamento, dividindo os critérios de noticiabilidade em valores-notícia de seleção, ou seja, o fato que será escolhido para se transformar em notícia, e valores-notícia de construção. O primeiro grupo se dividirá em critérios substantivos e critérios contextuais.

[...] a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia, e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2005b, p.78).

Nos critérios substantivos, Traquina (2005b) aponta a notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia e a infração como valores a serem considerados pelos jornalistas na seleção do fato. Já para os critérios contextuais, o autor apresenta os valores disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso que estão inseridos no processo de análise qualitativa do acontecimento para a estruturação da notícia. No que se referem a subsídios da ocorrência, com merecimentos a serem considerados na produção noticiosa, o autor volta a falar dos valores-notícia de construção. Nesse sentido, Traquina destaca a simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância como pressupostos para entender a partir de que pressupostos o jornalista construirá a notícia, derivada do fato escolhido. Para uma melhor compreensão do significado de cada critério, na sequência serão apresentados, segundo a categorização de Traquina (2005b), os valores-notícia que fazem parte da rotina diária da comunidade jornalística.

2.4.1.1 Critérios substantivos: os valores-notícia de seleção

Neste tópico serão apresentados os critérios substantivos, valores-notícias de seleção, segundo Nelson Traquina, a fim de haver um entendimento dos valores-notícias que são utilizados pela classe jornalística.

- **Morte e negatividade:** o primeiro fator reflete um valor-notícia presente entre a comunidade jornalística, o que representa, de certa forma, que os jornalistas se pautam na máxima *bad news is good news* (más notícias são boas notícias). Esse pressuposto implica que o fato negativo ou que compreende uma situação de morte serão sinônimos de audiência entre o público, principalmente por serem fatores que envolvem o inesperado ou mesmo a comoção, para os periódicos sensacionalistas;
- **Notoriedade:** considerado, também, pelos jornalista como sendo basilar, este valor-notícia está relacionado ao protagonista de um acontecimento e sua importância para a sociedade, pois, de certa forma, há uma importância na notícia pela relevância pública do envolvido no fato;
- **proximidade:** está relacionado à condição geográfica, porém com nuances culturais também a serem observadas, pois avalia o que está próximo da sociedade, como pressuposto de importância a um fato pela comunidade local;
- **relevância:** como a visão de um acontecimento pode ter valor e importância para os indivíduos;
- **novidade:** relaciona-se à ocorrência do novo em um fato, tenha ele sido noticiado ou não. É um desafio para o jornalismo, já que o profissional deverá buscar novos elementos, principalmente quando deseja retornar ao assunto abordado;
- **tempo:** segundo o autor, poderá ser utilizado de várias maneiras. Refere-se ao atual de um fato, porém pode ser utilizado como elo para se reportar a outra ocorrência. Também pode ser empregado no sentido de retorno a uma data específica em que assuntos noticiados no passado tenham tido relevância para a sociedade;
- **notabilidade:** está relacionada à visibilidade e ao que pode ser palpável, tendo forma evidente para ser manifestada, principalmente mais no acompanhamento do acontecimento em detrimento às problemáticas. Também faz alusão ao que pode ser inverso do normal. Para exemplificar o item, Traquina (2005b) apresenta que seria mais noticioso um homem mordendo um cachorro, do que o habitual, sendo a pessoa mordida pelo cão;
- **inesperado:** aquilo que é capaz de movimentar e mudar a rotina dos jornalistas. São acontecimentos que surgem a qualquer momento, mas pelo grau de imprevisibilidade exercerá

surpresas e expectativas na comunidade jornalística, além de colaborar para a audiência e curiosidade do público;

- **conflito ou controvérsia:** faz menção à ordem de violência física ou simbólica, como por exemplo um embate verborrágico entre políticos. Também terá relação quando a violência for resultado da quebra de organismo social;

- **infração:** acontecerá quando as regras forem violadas ou transgredidas. É por este valor-notícia que os crimes, sejam eles de qualquer ordem, conseguem ganhar espaço na mídia. Escândalos também são contemplados, pois, conforme Traquina (2005b) diz respeito ao mito de que o jornalista é o fiscal das instituições democráticas.

2.4.1.2 Critérios contextuais: os valores-notícia de seleção

Sobre os critérios que estão relacionados à produção de notícias e não ao acontecimento em si, optou-se, também, por utilizar a classificação de Nelson Traquina.

- **disponibilidade:** trata-se de verificar se um fato poderá ser coberto ou não, também vislumbrado de acordo com a questão financeira da empresa jornalística, no sentido de avaliação se determinada ocorrência será importante para a linha editorial ou mesmo para o público;

- **equilíbrio:** ponderação relativa à quantidade de notícias que são produzidas pelos meios. As empresas e jornalistas avaliam se determinado fato já não foi exaustivamente coberto anteriormente, racionalizando se as ocorrências possuem noticiabilidade;

- **visualidade:** trata da averiguação se o fato terá expressividade, não só em informações, mas nos elementos visuais, como filme, fotografias. Destarte, a presença de informações visual será uma condição *sine qua non* para o jornalismo televisivo;

- **concorrência:** fazendo parte da corrida capitalista pelo lucro, este critério terá visibilidade na busca incessante pela audiência, provocando uma disputa entre os concorrentes jornalísticos, no sentido do “furo” de notícias;

- **dia noticioso:** segundo Traquina (2005b), para que o acontecimento seja noticiável, o dia em que ele ocorre também será importante, pois os eventos concorrem entre si. “Há dias ricos em acontecimentos com valor-notícia e outros dias pobres em acontecimentos com valor-notícia” (TRAQUINA, 2005b, p.90).

2.4.1.3 Os valores-notícia de construção

Nesse item, segue-se o mesmo critério de adotar o estudo de Nelson Traquina, para compreender os critérios de seleção de elementos inerentes ao fato e que são relevantes para compor a elaboração da notícia.

- **simplificação:** para o bom jornalismo, quanto melhor for a clareza dos fatos, mais compreendidos e assimilados eles serão. Somam-se ao fator apresentado, a ausência de complexidade e ambiguidade. Para o autor, os jornalistas precisam redigir com uma forma fácil de entendimento para o público, assim reduzindo as muitas vertentes de uma ocorrência;
- **amplificação:** é a característica de dar abrangência ao acontecimento, pois haverá maiores chances de ele ser percebido. Por exemplo: Católicos choram a morte de João Paulo II;
- **relevância:** trata-se do sentido que o jornalista dará na notícia para um acontecimento. Seria como uma defesa da importância do assunto para que também ele fique mais notável aos olhos do público, mas também da comunidade jornalística;
- **personalização:** é um valor-notícia capaz de dar prioridade à presença de pessoas que estão envolvidas no acontecimento. Tal critério, pela presença de determinado indivíduo ou personalidade, também fará que a notícia gere uma importância e noticiabilidade. Traquina (2005b) destaca que estudos, sobretudo os de discurso jornalístico, mostram a importância da personalização para buscar mais público, já que as pessoas se interessam pelos seus pares;
- **dramatização:** o sensacionalismo é uma vertente deste valor-notícia. Há o uso de emoção e conflito como aspectos mais relevantes na construção da notícia;
- **consonância:** a notícia deverá ser decodificada num contexto conhecido para o receptor. Para tanto, o jornalista deverá acrescentar algo novo numa circunstância já conhecida, no sentido de propor uma narrativa que tenha sido estabelecida anteriormente.

Para avaliar a noticiabilidade dos acontecimentos, os critérios, ora apresentados, são de suma importância para a comunidade jornalística. Dessa forma, os jornalistas conseguem observar e estruturar o mundo a partir dos valores-notícia como fundamentos principais do trabalho jornalístico. Para Rossi (2011), é possível notar a presença de significados sociais diferentes, acordados com alguns valores-notícias, o que representa que os critérios de noticiabilidade transmitem os valores sociais da classe jornalística, dentro de uma disputa de forças sociais atuantes.

2.5 Os gêneros jornalísticos

Não são só os critérios de noticiabilidade que funcionam como ferramentas para que jornalistas produzam o conteúdo informacional. Na atividade do jornalismo, a comunidade

jornalística se serve também dos gêneros, os quais modificam e se harmonizam com as circunstâncias de cada época. Optou-se por se falar dos gêneros, pois eles também serão abordados a partir do material recolhido do jornal *Folha de S. Paulo* para o presente trabalho. Portanto, a investigação sobre a produção jornalística pretende realçar, principalmente, os gêneros informativo e opinativo, como instrumentos mais presentes no discurso construído pelos jornais. Tais discursos que serão aprofundados mais à frente, são responsáveis, objetiva ou subjetivamente, por estruturar novos signos na sociedade contemporânea.

[...] o jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas – universos culturais e ideológicos (MELO, 2003, p.17).

Na prática profissional, segundo La Porte (2012), será associada esta divisão de gêneros informativo ou opinativo a algumas observações que atingem a estrutura e o estilo dos textos. Nos informativos trata-se de se reportar aos dados que são essenciais aos acontecimentos, apresentando os aspectos da realidade, sem comentários. Já nos gêneros opinativos, se oferece uma valorização do significado, com liberdade expressiva, manifestando livremente as ideias de quem escreve. Contudo, La Porte (2012) apresenta um outro pensamento sobre o gênero informativo:

[...] como nos mostra a experiência, também a “pura informação” contém um valor, ou seja, uma *opinião* sobre a importância de seu conteúdo. Se uma notícia se publica e é merecedora, por exemplo, de figurar na primeira página do diário, é em virtude de um juízo de valor que se expressou sobre seu conteúdo. Cabe deduzir, portanto, que nos textos informativos existe, ao menos, uma interpretação implícita (essa avaliação que acabamos de mencionar); às vezes, podem mostrar inclusive uma interpretação explícita, que se converte em palavras [...] ² (LA PORTE, 2012, p.110).

Para ele, os manuais buscam incutir no profissional que, ao escrever notícia, a linguagem deverá ser impessoal, evitando, explicitamente, valores e colocando, sempre que possível, afirmações. Melo (2003) oferece as distinções dentro dos gêneros informativos:

² [...] como nos muestra la experiencia, también la “pura información” contiene una valoración, es decir, una *opinión* sobre la importancia de su contenido. Si una noticia se publica y se hace merecedora, por ejemplo, de figurar en la primera página del diario, lo ES em virtud de un juicio de valor que se há expresado sobre su contenido. Cabe deducir, por tanto, que en los textos informativos existe, cuanto menos, una interpretación implícita (esa valoración que acabamos de mencionar); a veces, pueden mostrar incluso una interpretación explícita, que se vierte em palabras (LA PORTE, 2012, p.110)

A distinção entre a *nota*, a *notícia* e a *reportagem* está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público. A *nota* corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e na televisão. A *notícia* é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A *reportagem* é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística. Por sua vez, a *entrevista* é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade (MELO, 2003, p.65).

Melo, portanto, classifica as categorias jornalísticas da seguintes forma:

- 1) O jornalismo informativo será composto dos gêneros nota, reportagem, entrevista, notícia. Tais definições já foram apresentadas pelo autor na citação acima;
- 2) O jornalismo opinativo com representação nos gêneros editorial, artigo, resenha, comentário, coluna, crônica, caricatura e carta, que serão apresentados, em síntese como o informativo, para que haja uma melhor compreensão dos conceitos de opinião e informação.

Melo define o editorial como o gênero que irá expressar, de forma oficial, a opinião da empresa jornalística, diante de fatos de grande repercussão no momento ou que sejam destaque da edição do jornal. Seguindo o mesmo raciocínio, o autor apresenta o comentário como a forma de se apreciar os fatos, com o objetivo de tecer conexões com os eventos sociais, propor desdobramentos e valores diante das informações obtidas. Embora assinado, irá ser diferente do editorial, pois não terá a prerrogativa de ser a voz oficial da organização jornalística e sem a necessidade de examinar as particularidades dos acontecimentos que se tornam notícia.

Já o artigo virá acompanhado de duas variáveis, segundo Melo (2003). A primeira está relacionada com o que é de domínio comum e está definido como toda a matéria que é estampada na imprensa. Já a segunda diz respeito ao gênero capaz de expressar opiniões e ideias de um colaborador que é convidado pelo jornal. O artigo é totalmente opinativo e constrói argumentos sobre o que é relevante numa notícia.

Gênero jornalístico voltado à apreciação cultural, a resenha possui seu fim na orientação do público-alvo do periódico. Não se trata de análise crítica de arte, mas de uma breve apresentação, ou uma pequena imersão, nas obras artísticas. Para o gênero coluna, Melo destaca como sendo o espaço especializado de um jornal ou revista, com publicação regular e mantendo, geralmente, assinatura, que possui mais liberdade e personalidade do que as notícias comuns. Possui tipos comuns, como o esportivo, policial, social, econômico que inserem a

figura do colunista como sendo uma pessoa de livre acesso, pelo seu *status* e pela capacidade de trânsito em todas as esferas.

Considerada pelo autor como sendo o “relato poético do real” (MELO, 2003, p.149), a crônica pode ser considerada gênero jornalístico e literário, pois é um misto de poesia e realidade, com o objetivo de emocionar o leitor através de uma construção narrativa. Já a caricatura, para o pesquisador, é o além-textual que agrega imagem para capturar um número maior de leitores, do que aqueles apenas acostumados com a leitura. Melo destaca que embora nem toda a imagem na imprensa possua um caráter opinativo, na caricatura a opinião será explícita, pressupondo um juízo de valor de determinado fato ou personagem. Contudo Pinto (1999, p.33) afirma: “ A análise de discursos defende a ideia de que qualquer imagem, mesmo isolada de qualquer outro sistema semiótico, deve sempre ser considerada como sendo um discurso” (PINTO, 1999, p.33).

Meio mais direto para que o público se relacione com a organização jornalística, a carta é o espaço destinado, com certo sentido democrático, para que as pessoas consigam se expressar sobre determinados assuntos ou situações. Para o autor, mesmo que haja a participação, ela ainda continua não tendo a expressividade dentro do conjunto dos jornais e das revistas.

A partir de uma síntese apresentada dos gêneros jornalísticos informativos e opinativos, além das Teorias do Jornalismo e da Notícia, pode-se avançar nas discussões sobre o discurso produzido pela mídia, num contexto de espetáculo. Mediante as discussões, opta-se por escolher os pressupostos das Teorias Construcionistas, justamente pela relação dos critérios de noticiabilidade na seleção dos fatos e na produção das notícias, como fator decisivo, também, da produção de sentido. Antes, contudo, será necessário a apresentação da fundamentação metodológica inserida dentro das perspectivas da Análise do Discurso.

3. Análise de Discurso: desvelando os sentidos

Das características e pressupostos abordados nas Teorias do Jornalismo e da Notícia, sobretudo dentro dos parâmetros dos critérios de noticiabilidade ou valores-notícia, deduz-se que as notícias possuem, de certa forma, uma estrutura um pouco rígida. No geral, observa-se que não seguem uma ordem cronológica de acontecimentos, mas um critério de relevância social ou pessoal. Para La Porte (2012), é um erro quando se atribui às notícias um caráter apenas de relatos ou histórias. Segundo o autor, elas não estão restritas às ações, mas também apresentam fatos, dados ou discursos. Portanto, o pesquisador conclui que a notícia poderá conter uma estrutura narrativa, mas também expositiva ou discursiva, com frequência apresentando as três num mesmo texto.

Já Sousa (2004) acredita que as notícias são representações sociais, fruto do panorama do mundo em determinado período de tempo. Porém, servirão também para expressar o eu do jornalista e da empresa de comunicação para a qual o profissional trabalha.

As notícias são representações (...) [e] não um reflexo dos fatos isentos de valores. Há sempre maneiras diferentes de dizer as coisas e elas não são (...) acidentais. As diferenças na expressão contêm distinções ideológicas (e, portanto, diferenças na representação) (FOWLER, 1991 apud SOUSA, 2004, p.19).

Portanto, no presente trabalho, serão aplicadas algumas contribuições teóricas surgidas nas últimas décadas no campo da linguística, mas também nos estudos relacionados ao discurso e à mídia, perpetradas por autores como Jorge Pedro Sousa, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, Roger Fowler e Norman Fairclough. Segundo Contreras (2004), ao contrário de outros estudos empíricos sobre a Igreja Católica na imprensa, que são baseados na análise de conteúdo, propõe-se uma metodologia predominantemente qualitativa, que visa tornar explícitos os aspectos que estão implícitos nos textos ou a ele são latentes. Este capítulo pretende apresentar, sucintamente, o que é esta perspectiva, rumo a um possível entendimento de como o jornal *Folha de S. Paulo* (des)constrói a imagem do Papa Bento XVI no imaginário dos brasileiros.

Nessa perspectiva, como os textos selecionados são partes integrantes de um jornal, parece também apropriado conjugar a análise do discurso à comunicação, com enfoque no jornalismo. Será, portanto, o jornalismo como mediação interpretativa a discutir o problema da objetividade. O segundo aspecto será o de analisar o equilíbrio que deve existir entre a essência do acontecimento, aquilo que é mais importante noticiar, e o que é interessante, o que pode gerar audiência para a notícia, ao selecionar e traduzir o fato para o conteúdo jornalístico, a partir da relação entre os valores-notícia. Porém, para se compreender a análise

do discurso, há que se fazer uma retomada histórica e destacar alguns pontos pertinentes nos estudos sobre o texto.

3.1 Os estudos sobre o texto

Difundida a partir de 1960, a análise do discurso, que teve o filósofo Michel Pêcheux como um de seus maiores pensadores e é resultado da junção de conhecimentos do Marxismo, Linguística e Psicanálise, vai se ocupar do discurso, seu principal objeto, para traçar um relacionamento entre a linguagem e o campo histórico-ideológico. O objetivo da relação é encontrar quais as determinações culturais, políticas, sociais, religiosas que vão colaborar no processo de produção e construção de sentido. E é pela indicação do sentido que será possível observar como um sujeito enunciador constrói a representação da realidade que está ao seu redor, já que para a análise do discurso, seu discurso, enquanto prática da linguagem realizada pelo homem, pode ser histórico, descentrado e social. Segundo Pechêux (apud BRANDÃO, 1997, p. 62), o sentido não está restrito a ele próprio, mas tem a capacidade de revelar quais são os posicionamentos ideológicos que estão arraigados dentro de um processo histórico, no qual ocorre a produção das palavras.

Dentro do contexto apresentado acima sobre o histórico, descentrado e social, o discurso pode ser descentrado, pois é dividido pela ideologia e pela memória, ou seja se apropriando de discursos já realizados anteriormente e de modos diferentes. É histórico porque integra o contexto e o momento em que está inserido. Por fim, é social, pois se trata de indivíduo imerso num espaço que evoca a coletividade. Portanto, nota-se que a análise do discurso não está presa somente às questões que concernem ao texto, mas ao que pode estar além do campo textual, com a missão de compreender as razões pelas quais os fatores determinaram a produção do discurso.

[...] a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito. [...] O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (MAINGUENEAU, 1997, p.11).

Na prática social de produção da mídia, o momento discursivo é fundamental.

Já que, como mencionado acima, a ideologia tem uma presença forte na produção discursiva, é possível verificar a partir de Roger Fowler (1994) que a discursividade jornalística está permeada por outras vozes que dão ao texto uma conotação, mesmo que nas

entrelinhas, daquilo que pensam seus produtores ou as empresas que empregam o jornalista. Segundo Fowler, o discurso da imprensa também está interligado a uma posição econômica e social, bem como institucional, fato que também pode ser percebido em outras modalidades discursivas. Para tanto, a ideologia, em sua produção e reprodução, é direcionada pelas características econômicas e culturais dos veículos de comunicação e, sendo considerado um trabalho ideológico, pode apresentar formatos que são socialmente arquitetados e lançados ao mundo da informação. Dessa forma, o quadro ideológico presente no jornalismo impresso é construído por palavras e termos que classificam as personagens que são representadas pela mídia. Para Fairclough (1995), o discurso nada mais é do que a representação de práticas sociais a partir de pensamentos ideológicos, crenças, repertórios e posições individuais, podendo, desta maneira, utilizar um tipo de discurso ou mais para atingir o objetivo da enunciação pretendida. Comumente, pode-se observar que muitos órgãos de imprensa utilizam o discurso midiático a favor de grupos dominantes. Na verdade, o jornalista deverá posicionar o fato ao leitor de acordo com a visão da empresa em que trabalha ou de seu contexto social. A partir desses pressupostos, seria correto afirmar que a formação discursiva que produz sentido perpassa as posições ideológicas de um sujeito enunciador.

Segundo Fairclough (1995), a teoria social deu grandes passos para que a sociedade contemporânea compreendesse a natureza social da língua e seu funcionamento. Para tanto, é uma das missões da análise do discurso incrementar os estudos de linguagem que já existem. Segundo Fairclough, observam-se vários pontos de pensamento para definir o que de fato se entende por discurso. Para ele, não encontramos vestígios só na linguagem, especificamente a escrita e falada, porém em outras formas de expressão que transmitam e produzam um significado. Tais formas podem ser encontradas também nas imagens, no gestual e movimentos corporais, como formas de comunicação que extrapolam a verbalização, contudo podem ser ricas de sentido. Dentro da mesma perspectiva, Fairclough salienta que a linguagem, considerada uma prática social, é dialética e por conseguinte traça uma conversação com outras linhas de convívio social. Dessa forma, o autor quer nos dizer que a linguagem além de produzir sentidos, pode ser moldada pela ação da sociedade.

Amparados pelas Teorias do Jornalismo e da Notícia, abordadas no capítulo precedente, é possível verificar que os sentidos produzidos pela linguagem e sob a influência social também estão presentes no discurso produzido pela imprensa, enquanto resultado de um ato de linguagem. Conforme Benetti (2008), na identificação dos sentidos e no mapear das vozes é que a análise do discurso irá auxiliar os estudos do jornalismo.

A metodologia ajuda no sentido de perceber aquilo que está oculto, implícito, a partir de mecanismos utilizados na linguagem e que produzirão sentidos diversos, por exemplo no jogo ou uso de palavras para descrever determinado fato, que contém, sobretudo, o olhar do jornalista e da empresa para a qual ele trabalha. Portanto, é importante ressaltar que o aparato está além do que propõe o estruturalismo linguístico, disposto a não verificar o contexto e a exterioridade do que se enuncia.

É na lógica de encadeamentos do além frase para se abordar o texto, a partir das categorias criadas pelo formalistas provenientes da Rússia, que a análise do discurso ganha novos suportes teóricos e é criada para auxiliar nos estudos linguísticos. Por volta da década de 50, recebe a influência de Zellig Harris, pesquisador americano, que torna o modelo como disciplina, porém sem a consideração de que o contexto sócio-histórico pudesse produzir significação dentro do esquema discursivo. Haverá no decorrer dos estudos, a contribuição de Jakobson e Benveniste para o desenvolvimento da área. Mas, é no último pesquisador que notar-se-á a centralidade das discussões da análise do discurso, versando sobre o relacionamento entre locutor, enunciado e mundo. A partir daí, há o desenvolvimento da disciplina que culminará no surgimento de suas vertentes: a europeia e a anglo-americana. A linha originada na Europa se ocupa com a produção de discursos como sendo o centro de seus estudos, tendo como eixos a ideologia, estudada a partir de Althusser, e o discurso, originado pelo pensamento de Michel Foucault. Já a anglo-americana, com estudos iniciados na Inglaterra e estendido aos Estados Unidos se baseará nos fundamentos sociológicos, psicológicos e etnológicos, tendo como principais representantes Roger Fowler, Norman Fairclough e Allan Bell, nas pesquisas embasadas na realidade social.

Tendo como premissa a utilização da vertente europeia, de linha francesa e língua inglesa, como fundamento do presente trabalho, verifica-se a análise do discurso não só como aporte para a linguística, mas também para a história, psicologia, sociologia e filosofia, e mais recentemente para a comunicação, no que concerne também aos estudos sobre a formação ideológica.

3.2 O discurso

Para Orlandi (2007), não existe separação entre emissor e receptor, na língua, pois ambos realizarão a significação juntos. Portanto, o discurso, enquanto palavra em movimento, será considerado como consequência de sentido entre os locutores. Dessa forma, poderá ser visualizada uma diferença entre discurso e comunicação, já que a última contará com emissor,

mensagem, referente, código e receptor como sequencial estabelecido e o discurso se distancia da linha de transmissão de informação.

Já para Fairclough (2001), o discurso será a praxis da significação do mundo, formando e erigindo o mundo em significados, ao mesmo tempo que atrela seu pensamento de que a linguagem também será responsável pelas transformações sociais e culturais. Para ele, o discurso é capaz de posicionar o indivíduo como sujeito social, não só como porta-voz de instituições ou relações sociais. A partir desse ponto, o autor afirma que ocorre a junção de vários discursos, realizando uma mistura de condicionamentos sociais, porém produzindo um discurso novo, mas ao mesmo tempo complexo. Althusser, segundo Pinto (1999), revelará que o contexto histórico e social é quem determinará que os discursos sejam considerados praxis sociais que constituem o panorama e momento vividos.

Outra vertente, encontrada em Foucault, aproximará o discurso do poder.

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes, perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004, p.8).

Com a constatação do pesquisador, consegue-se fazer uma aproximação e um entrelaçamento com o jornalismo, já que existe uma seleção e distribuição de informações, realizadas pelo filtro jornalístico. Os valores-notícia, a ideologia do jornalista e da empresa de comunicação auxiliam na formatação e produção das notícias e controle das mesmas.

[...] toda a notícia é de determinada maneira devido à acção enformadora de uma série de forças, que, como vimos, poderão, parece-me, ser categorizadas numa acção pessoal, numa acção social, numa acção ideológica, numa acção cultural e numa acção física e tecnológica, sem esquecermos que essas acções não são estanques e admitem várias submodalidades, como a força conformadora da história, que se faria sentir, sobretudo, ao nível socio-cultural, ou a força conformadora da economia, quer a um nível socio-organizacional quer ao nível social mais abrangente dos mercados (SOUSA, 1999).

Conforme o pensamento de Sousa (1999), descrito acima, o produto jornalístico é determinado pelas ações, sejam de caráter pessoal ou empresarial, que vão surtir sentidos diferentes no leitor. Para encontrar pistas dessas ações, no discurso jornalístico também serão verificados alguns critérios que ajudam a reforçar o posicionamento de quem escreve, a partir de constatações relacionadas ao olhar do pesquisador sobre a intertextualidade, interdiscursividade, o não-dito e as modalidades. Tais perspectivas serão apresentadas nos

tópicos que se seguem para facilitar a compreensão das análises propostas por esta dissertação.

3.3 A Intertextualidade

É na análise do discurso que se estudará os textos jornalísticos a partir da intertextualidade e interdiscursividade, a junção de discursos anteriores e enunciados. A enunciação será entremeada, portanto, com textos, transformados no decorrer do tempo, com a memória de textos passados, mesmo que orais ou escritos.

Tomados os pensamentos dialógicos de Bakhtin, Kristeva (apud FAIRCLOUGH, 2001, p.134) introduziu o termo intertextualidade para denominar a multiplicidade de textos, a partir da constatação explícita de outros discursos em um só. Também é da mesma autora a constatação que o intertextual também é reflexo da história.

Kristeva observa que intertextualidade implica “a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história” (1986^a: 39). Por “a inserção da história em um texto”, ela quer dizer que o texto absorve e é construído de textos do passado (textos sendo os maiores artefatos que constituem a história). Por “a inserção do texto na história”, ela quer dizer que o texto responde, reacentua e retrabalha textos passados e, assim fazendo, ajuda a fazer história e contribui para processos de mudança mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subsequentes (FAIRCLOUGH, 2001, p.134).

A autora, citada acima, também traçará um paralelo entre a hegemonia e a intertextualidade, pois existe a probabilidade da mudança de textos anteriores e reestruturação de gêneros e discursos próprios ao intertextual, socialmente restringidos pelas relações de poder. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p.288), a intertextualidade “[...] designa ao mesmo tempo uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto de relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos. Na primeira acepção, é uma variante da interdiscursividade”.

Já para Sousa (2004, p.81), a intertextualidade, incorporada ao discurso jornalístico, estará na capacidade do jornalista ao extrair frases familiares pertencentes à cultura de um povo, mesmo que extraídas de filmes, canções, ditados populares, e que serão aproveitadas no contexto da produção da notícia. Na notícia, a intertextualidade trará um novo reenquadramento, segundo o autor, para o significado do discurso midiático.

Para os analistas da corrente francesa, o conceito de intertextualidade manifesta estará relacionado aos textos que estão de maneira explícita adjacentes ao texto e poderá ser verificada pelas aspas, citações de outros autores ou pelos relatos. Sobre as aspas, há que se

distinguir que elas poderão sustentar um posicionamento próprio ou responsabilizar o discurso que foi relatado por se inserir no contexto da fonte que fala (externo). As marcas citadas também poderão estar inseridas no texto por meio do discurso indireto. Porém, haverá mais suscetibilidade a imprecisões no que tange o saber quem, de fato, será a fonte da informação ou o autor. No discurso direto, o ator estará propenso a reproduzir de maneira fiel as palavras de outros. Para Fairclough (2001), os detalhes sobre o discurso representado deverão ser observados pela esfera da escolha do verbo do ato da fala ou o verbo representador.

Na intertextualidade, como critério de análise, também se pode verificar aspectos textuais como a negação, metadiscurso, ironia e pressuposição. A negação estará representada pelo conjunto de frases negativas, com a meta de polemizar. Conduzir o leitor à interpretação antagônica ao sentido da frase, será uma das circunstâncias em que as pressuposições darão novo eixo às frases negativas.

Já o metadiscurso, discurso sobre discurso, diz respeito aos outros textos que se fazem presentes num mesmo texto, que podem ser diferenciados pelo uso de paráfrases ou expressões, como “tipo de”. Destarte, o autor tem autonomia para assinalar, dentro do texto, sua própria produção textual. Na ironia, o analista poderá ver suas nuances quando houver uma desarmonia entre o significado e o contexto em que está inserido o texto. Poderá ser verificada pelo uso das aspas nos textos escritos ou pelo tom da voz do enunciador.

Acompanhadas pela partícula “que” ou por artigos definidos, as pressuposições poderão estar relacionadas ao contexto de manipulação do receptor, pois estão intrinsecamente ligadas a textos anteriores do mesmo autor ou à produção textual de outras pessoas.

Para a intertextualidade deverá haver a legitimidade de uma sujeição de outros textos. Por exemplo, em um discurso religioso, transformado em notícia, podem se fazer presentes as instituições, fontes, e a mídia em uma só cadeia. Contudo, Fairclough (2001) diz que há uma limitação nas cadeias intertextuais, pois as práticas sociais e as organizações se pautam por uma articulação e maneiras particulares de ser. Para o autor, os tipos de textos, e suas transformações, divergirão de acordo com as cadeias intertextuais e as redes de distribuição.

Com o objetivo de conferir sentido às notícias, será possível observar, por exemplo, a intertextualidade em uma notícia a partir das declarações de fontes, já que a seleção de frases dos entrevistados não será casual, mas para construir sentido e dar vida noticiosa aos fatos.

3.4 A interdiscursividade

Baseados em Mikhail Bakhtin, os pesquisadores franceses da análise do discurso versaram sobre a probabilidade do texto absorver convenções discursivas, daí a aparição do conceito de que da intertextualidade foi criado o conceito de interdiscursividade. Contudo, ela também pode ser nomeada pelo termo intertextualidade constitutiva, já que ela busca por outros textos, diferentemente da intertextualidade, que estão sob o véu da obscuridade, ou seja, de maneira não explícita. Para Fairclough (2001) as ordens de discurso possuem prioridade sobre os tipos de discurso. Embasado em Foucault, Pinto (1999, p.53) afirma que o pesquisador francês trata a interdiscursividade como “a gêneros de discursos produzidos no interior de uma instituição social ou de uma comunidade discursiva, quer para divulgação externa, quer para circulação interna”. Nesse sentido, Milton Pinto explica o significado do termo comparando-o com a ordem discursiva presente em uma organização jornalística, constituída por gêneros de notícias, como o político, econômico, entrevistas, colunas, artigos etc.

Pela historicidade, o interdiscurso determina também o que, em um contexto de produção, é importante para o discurso. O funcionamento do interdiscurso anula a exterioridade de uma enunciação a fim de colocá-la no interior de um texto. O interdiscurso determina, segundo Pêcheux (1983 apud ORLANDI, 2003a, p.33), como “[...] um acontecimento histórico [...] é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio em uma memória” (ROSSI, 2011, p.75).

Segundo Fairclough (2001), a constituição das ordens de discurso está relacionada a alguns elementos, de forma diversa, como os gêneros, estilos e discursos. Para o autor, os gêneros são resultado de uma atividade social comprovada, ou seja, um convencionalmente estabilizado, em que estarão contidas as fases de produção, emissão e consumo dos textos pelos receptores.

Amparado pelo pesquisador, também se pode afirmar que as ordens de discurso estão relacionadas à rotina de uma instituição, uma vez que a cadeia de textos pode ser modificada até que se chegue a um produto final.

Já para Charaudeau e Mainguenu (2004), o interdiscurso será o resultado das unidades discursivas, pertencentes a discursos do passado, porém do mesmo gênero, discursos hodiernos de outros gêneros, de modo que o discurso particular estará numa analogia explícita ou implícita.

Para os mesmos autores, baseados em Courtine, o interdiscurso estará relacionado também com as formações discursivas, sendo, do mesmo modo, uma junta conflitante de

formações discursivas, fazendo referência às formações ideológicas que são antagônicas. Seria, então coerente dizer que as notícias estão ligadas ao interdiscurso, cuja função será a de chamar para outros discursos com especificidades distintas.

Sousa (2004, p.107) destaca que na mídia ocorre o aproveitamento de vários discursos em um só. Sob este aspecto, o autor destaca:

Do mesmo modo, os discursos aproveitam muitas vezes outros discursos (por exemplo, quando se cita alguém está-se a integrar outro discurso num novo discurso, com novo enquadramento). Os discursos remetem muitas vezes para outros discursos, por vezes esquecidos, mas presentificados e lembrados no novo discurso. O analista pode aprofundar estas relações interdiscursivas, que sujeitam os discursos a novos enquadramentos (SOUSA, 2004, p.107).

Caberá à mídia e a seus interesses próprios a construção de sentido nos discursos, pois os interdiscursos funcionam como ferramenta na produção textual a fim de comunicar o que se pretende, ao mesmo tempo em que se realiza um agenciamento ideológico.

Para a presente dissertação, prefere-se eleger a definição de Fairclough (2001, p.147) sobre intertextualidade como sendo a incorporação de partes de outros textos num mesmo texto e a de interdiscursividade de Sousa (2004), que trata dos discursos presentes, seja pelos que são inseridos no texto para reforçar uma informação ou reforçando outros no texto, que garantem um novo enquadramento ao sentido que se deseja dar ao produto jornalístico.

3.5 O não-dito

Na análise do discurso e das formações discursivas, há que se focar no enunciado, já que sua concepção apresenta conteúdos explícitos e implícitos, para buscar o não-dito enquanto formações textuais que estão implícitas, ou velados, na enunciação. Para Sousa (2004, p.106), o pesquisador dentro da pesquisa qualitativa deverá observar com maior afincamento o dito e o não-dito, pois o que não se diz está latente e implícito no texto.

Embasada em Ducrot, um dos estudiosos do tema, Orlandi (2007) destaca que os pesquisadores apresentam duas abordagens distintas que dizem respeito aos conteúdos implícitos que se contrapõem ao explícito, dentro da perspectiva do não-dito: o pressuposto e o subentendido. O pressuposto, apoiado na teoria semântica argumentativa, é originado na linguagem, e diz que o dito, ou seja o posto, traz o não-dito, o pressuposto, com clareza aos olhos. Já o subentendido, não há a necessidade de estar ligado ao dito, pois está conectado com o contexto.

Para a pesquisadora, o não-dizer faz parte dos pressupostos da análise do discurso, a partir dos aspectos relacionados ao interdiscurso, ideologia e formação discursiva. De acordo com Orlandi, existirá sempre um não-dizer necessário no dizer. “Quando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de ‘x’. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra” (ORLANDI, 2007, p.82).

Destaca-se também a presença do silêncio e seu relacionamento com o não-dito, pois o ato de silenciar pode ser verificado quando existe uma palavra que extingue outra ou pela censura, quando não se pode dizer algo sobre determinado grupo que está no poder. Contudo, existe a necessidade de o analista focar no que não é dito, pois o silêncio estabelecerá o dito de maneira igualitária.

Para Paro (2005, p.26), ideologia e opinião estarão relacionadas com o implícito e o explícito, ancorada pelos estudos de Van Dijk. É neste sentido que observando do ponto de vista da informação, interpretada de maneira semântica, existirá clareza ou subentendimento de acordo com a presença ou não do conteúdo informacional produzido pelo jornalista. Para a autora será neste ponto que [...]reside a influência ideológica: tornar explícitas as informações e as opiniões consideradas boas para o grupo (“Nós”) e ruim para os indivíduos de fora do grupo (“Eles”) e vice-versa” (PARO, 2005, p.26).

Nesse sentido, a construção da notícia poderá conter silêncio na expectativa de tornar visível alguma ideologia, no contexto em que nem todas as perguntas serão ou deverão ser respondidas pelo texto.

Portanto, será com o auxílio dos aparatos metodológicos da análise do discurso que poderá ser observado o contexto de coletividade como responsável por expressar ideais importantes para o determinar e compor sentidos. Destarte, a prática jornalística, da produção textual à chegada até o receptor, estará embasada no ponto de vista pessoal de cada jornalista, mas também sob o prisma das empresas de comunicação, produzindo discursos que são incorporados à práxis noticiosa. Nesses termos, a construção de sentidos, mesmo que absorvidos pelos leitores, passará despercebida por eles, funcionando como propagação de ideologias.

3.6 Modalidade

Outro ponto que poderá ser observado pelos analistas do discurso diz respeito às modalização. Para o presente trabalho, opta-se por trabalhar com a teoria das operações enunciativas de Antoine Culioli. Linguista francês, discípulo de Émile Benveniste e um dos

mentores intelectuais de Catherine Fuchs, Culioli formula a teoria das operações enunciativas, sobretudo tratando da modalidade.

Dota (1994) apresenta a proposta de Culioli e suas decorrências para que os textos sejam produzidos e/ou compreendidos. Segundo a autora, o linguista destaca que quando é produzido um conteúdo verbalizado ou há o entendimento de um interlocutor, existe aí formada uma atividade da linguagem, que nos indica traços de operações subjacentes na superfície dos textos, ou seja, um encadeamento de um sistema de regras que auxiliam a produção dos enunciados, tendo como objetivo a construção de sentido. Segundo a autora, a representação mental que está diretamente ligada à produção e reconhecimento dos textos está ligada a um dos conceitos estipulados por Antoine Culioli que faz referência à operação de orientação, ou seja, de situação de um termo em relação a outro. De modo claro, Dota destaca que um objeto só vai adquirir forma, se passar por um processo de orientação, um posicionamento em relação ao contexto e à situação em que ele está inserido para determinar as sinalizações do enunciador assumidas no enunciado. Estas localizações são efetuadas pelo enunciador através do emprego dos tempos, dos aspectos e das modalidades.

Para Culioli (apud DOTA, 1994, p.176-184), a modalização é o processo que compromete o enunciado por uma modalidade, uma emissão de julgamento (tomada de posição). Segundo o linguista, todo enunciado é modalizado, principalmente quando nele se pode observar um julgamento emitido pelo enunciador. Tal característica pode ser percebida por alguns verbos, como “poder”, “dever” e advérbios, como “provavelmente”, mas também pela combinação de três elementos: o elemento modalizado (um predicado e seus argumentos); um operador linguístico de modalização (pode ser verbo, adjetivo, advérbio, substantivo) e o enunciador (que origina o julgamento).

Conforme diz a teoria das operações enunciativas, Culioli apresenta quatro tipos de modalidades que fundamentam a análise de textos, embora ele mesmo saliente que uma operação de modalização pode pertencer a mais de um tipo. A partir dos pressupostos da teoria, Dota faz um apanhado das proposições do autor em relação a estes tipos de modalidade.

Na modalidade 1 nota-se a sua ocorrência na asserção (validação afirmativa ou negativa do conteúdo da relação predicativa), interrogação (enunciador não toma partido sobre o posicionamento, deixando para o co-enunciador um ponto de vista), injunção (relacionada à súplica) e hipotético (colocação da hipótese na construção do enunciado).

Já na modalidade 2, conhecida como epistêmica, Culioli explica que o enunciador não possui certeza sobre a validação da relação predicativa, por este motivo ela oscila entre o

improvável, o provável, o possível e o incerto. Esta modalidade é caracterizada pelos verbos “poder”, “dever”, “parecer” e alguns advérbios (provavelmente, talvez), adjetivos (provável, possível) e substantivos (possibilidade).

É característica da modalidade 3, ou apreciativa, a qualificação da relação predicativa, ou seja, é uma dimensão que está centralizada no sujeito enunciador que, por sua vez, emite uma marca em seu enunciado, como por exemplo a citada “É importante”.

Culioli ainda descreve a modalidade intersubjetiva ou radical, também chamada de modalidade 4, em que são impressas as relações de poder entre sujeitos (sujeito enunciador e sujeito do enunciado e sujeito enunciador e coenunciador) carregadas de valores, como ordem, permissão, desejo, sugestão, vontade, causação, possibilidade, capacidade.

A perspectiva apresentada pode ser empregada no discurso midiático, pois tem-se como enunciador o jornal, por detrás os jornalistas, e os enunciados que se apresentam como forma de notícias. A partir das modalidades, os analistas poderão perceber aquilo que é inerente ao processo de enunciação, para auxílio na descoberta de sentidos dentro do contexto da produção noticiosa.

3.7 O campo da comunicação e a análise do discurso

No campo da comunicação, a análise do discurso, segundo Sousa (2004, p.33), é uma das metodologias mais utilizadas, sendo também de interesse para as ciências humanas e sociais. Para Baccega (1998), a quantificação não era mais suficiente dentro das pesquisas que buscavam entender a complexidade da sociedade e da cultura. Portanto, os pesquisadores buscam o estudo qualitativo, partindo do pressuposto de que a mídia protagoniza um papel de coesão social. Segundo a autora, essa possibilidade existe porque a versão francesa da AD enxerga o campo da comunicação como um espaço ideológico-discursivo, onde o processo enunciativo servirá para que as enunciações propaguem, no contexto de uma disputa de forças sociais, os valores de um grupo ou classe. Portanto, a análise do discurso busca a historicidade no texto para compreender a relação de sentidos proposta pela mediação social feita pelos veículos de comunicação.

Por outro lado, Sousa (2004, p.64) destaca que:

Quem anuncia um discurso tem determinados objetivos. Nas notícias, há que distinguir, normalmente, entre os objetivos das fontes citadas e os objetivos do jornalista. O objetivo do jornalista pode ser *informar*; mas os objetivos das fontes podem ser tão vastos como *informar, acusar, questionar, testemunhar, prometer, aconselhar, desculpar, pedir desculpa, estabelecer consensos*, etc. Algumas notícias de *fait-divers*, visam ainda o *entretenimento*. Nos textos jornalísticos

argumentativos, o objetivo do discurso é, habitualmente, claro: *sustentar uma tese, questionar, polemizar, acusar, problematizar*, etc (SOUSA, 2004, p.64).

Nesse mesmo contexto da enunciação e seus sentidos, a mídia, segundo Charaudeau (2009), é capaz de gerar um aspecto do real construído, porém aparentando ser um olhar natural de mundo. Nesse sentido, o autor traça uma divisão dos modos discursivos gerados pelos veículos de comunicação que estarão relacionados aos atos de relatar o acontecimento; comentar o acontecimento; e provocar o acontecimento.

No que se refere ao relatar o acontecimento, o autor diz que se trata da preparação de um assunto, de modo discursivo, pelo intermédio de diferentes naturezas textuais, como “o anúncio (os títulos), de notificação (as notas), de relatório (artigo) etc” (CHARAUDEAU, 2009, p.152). O relato estará relacionado com a constatação, visto que a construção da realidade passará pela comprovação, mesmo que esta seja fantasiada. De certa forma, o que é relatado possibilitará ao leitor um sentido de identificar e saber o acontecimento que estará sendo exposto. No aspecto do acontecimento, Charaudeau mostra a existência de dois tipos que são relatados: os fatos e ditos. Os fatos são relacionados ao que é descrito, explicado ou fruto de uma reação. Já o dito traz uma menção ao que já foi repetido, retomado ou imitado do discurso dos outros, ao mesmo tempo em que o enunciador busca uma reconstituição, apropriação, ou inovação daquilo que foi dito.

O acontecimento comentado faz menção aos desdobramentos, ou questionamentos, daquilo que já foi relatado. Para Charadeuau (2009) é um espectro do real, pois é pelo comentário que se consegue uma ordem explicativa para os acontecimentos. Destarte, o autor ressalta a importância do comentário, sobretudo aqueles que estão presentes nos editoriais, crônicas, colunas, reportagens, que terão a capacidade de estimular o receptor a refletir a partir dos questionamentos surgidos da leitura de uma notícia, por exemplo.

Sobre o acontecimento provocado se destaca o papel da construção da opinião, gerada no espaço público, já que a mídia também é responsável, segundo Charaudeau (2009, p.188), pela contribuição para que haja um debate social constante, provocando, assim, um acontecimento que será discutido nas entrevistas, tribunas do leitor, cartas, inseridas no contexto por um especialista.

Nesse contexto, é possível verificar como os modos discursivos estão intimamente ligados à comunicação, especialmente à prática jornalística. É certo que se observa, num texto produzido pela imprensa, as impressões, repertório e conceitos de quem o articula, ou seja, o jornalista, mesmo que por detrás estejam os pensamentos da empresa de comunicação. Na verdade, o conceito de neutralidade ou imparcialidade não pode ser atingido, na sua

totalidade, seja pelas características que estão descritas e são inerentes ao profissional, ou pelo posicionamento da instituição em que ele trabalha. Trata-se, portanto, de inferências que vão dar corpo ao discurso midiático. Na construção da notícia, o profissional vai se expressar e, de certa forma, construir valores e posições sobre determinado fato ou personagem. São as sinalizações da subjetividade impressas no discurso próprio ou de outros marcando a linguagem, na intenção de formular (ou formar) o repertório do receptor da mensagem.

Para discorrer sobre a questão da subjetividade da linguagem verbal na construção do discurso midiático é necessário contextualizar que a discursividade é a linguagem em movimento entre sujeitos. Para tanto, a análise do discurso leva em conta a exterioridade, dialogando no campo histórico-social, também perpassando pela psicanálise. De certa forma, presume-se no discurso jornalístico a voz ideológica do emissor, o jornalista ou a empresa, que se expressa, sob a bandeira da objetividade e imparcialidade, já discutidas no capítulo anterior, para se posicionar sobre determinado fato. O jornalista, portanto, é o “portão” (*gate*) que irá filtrar o acontecimento e transformá-lo em notícia, a partir dos critérios de noticiabilidade que regem sua linha editorial, mas também imprimirá sua marca, construída sob o arquétipo de seu repertório de vida.

Para Fairclough (2001), o poder circunda, penetra a produção, o conteúdo e a estrutura de um texto. Na mesma visão, Fowler (1994) salienta que o discurso da imprensa está atrelado às questões institucionais e econômicas que vão dar ou ajudar na construção da visão de fato que será passada ao receptor. De outra forma, também não se pode deixar de lado a posição do sujeito que recebe a informação. Ele, assim como o produtor da notícia, está embasado e formado por pontos de vista estruturados por sua trajetória, educação e arcabouço de conhecimento. Nesse contexto de riqueza de sentido, encontrado na escrita, fala, imagens e no gestual, a linguagem, além de produzir sentido, pode ser moldada pela sociedade, ou seja, ela é socialmente formada e socialmente construtiva.

Apresentados os pressupostos, é possível, com os aparatos da análise do discurso, discutir e investigar como as produções são capazes de (des)construir imagens a partir da construção de sentidos presentes no discurso jornalístico. Antes de aplicar a metodologia nas notícias selecionadas, faz-se necessário apresentar uma contextualização sobre o período escolhido para a dissertação e seus personagens envolvidos.

4. Contextualização da temática da pesquisa

A Igreja Católica Apostólica Romana, ao longo do tempo, tornou-se uma das mais importantes instituições sociais em nível mundial que a história conheceu e conhece. Atualmente, pesquisas do Anuário Pontifício (2012) apontam para um número de 1,2 bilhão de católicos no mundo, o que revela, ao menos, quantitativamente, a influência da ação católica romana cuja cosmologia tem sido propagada junto à humanidade por meio de mensagens e práticas. Essa visão de mundo, em tese, está embasada principalmente no Evangelho e na sua própria Tradição.

Essa influência revela-se presente, ainda que em medidas diferentes, junto àqueles católicos cuja inserção na Igreja limita-se a uma certa prática ritual, bem como junto àqueles cristãos de outras denominações, fiéis de outras religiões (não cristãs) e até mesmo pessoas sem uma convicção religiosa. Por isso, a importância do catolicismo não é ignorada pelos seus opositores, que dentro ou fora da Instituição, tecem críticas positivas ou negativas sobre suas atitudes e posicionamentos, colocando-a como objeto de pesquisa em todos os níveis e em várias áreas, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais, e, mais recentemente e com destaque, na Comunicação Social. Há também que se destacar que a relação entre o Brasil e o catolicismo, iniciada no período da colonização, realizada pelos portugueses, torna o país, com os seus aproximadamente 64% de população professos da Igreja Católica, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a maior nação católica do mundo.

A prática comunicacional do catolicismo confunde-se com a história milenar da Igreja, cujo percurso está marcado pela vocação à universalidade (a palavra “católica” deriva do grego e significa “no mundo inteiro”), o que significa dizer que o Cristianismo se fundamenta na comunicação da “boa nova” a todas as pessoas, sem exceção. Em virtude da representatividade da Igreja Católica e do Papa Bento XVI, este trabalho pretende analisar a imagem atribuída ao Pontífice durante a exposição do tema pedofilia nas reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*. Nos capítulos precedentes, buscou-se abordar as Teorias do Jornalismo e da Notícia e a metodologia da Análise do Discurso, para compreender o processo de produção de notícias e os discursos que permeiam os textos produzidos pelos jornalistas. No presente capítulo, acredita-se ser oportuno apresentar um breve histórico sobre o cenário em que se encontra a presente dissertação. Abordar-se-á uma breve biografia de Bento XVI (Joseph Alois Ratzinger), na expectativa de conhecer as circunstâncias relacionadas a estereótipos assumidos durante a vida do pontífice, um panorama sobre o escândalo da pedofilia atrelado ao clero católico e ao Papa, bem como a visão comunicacional

do catolicismo, para tentar compreender a máquina informacional e o pensamento da Igreja sobre a comunicação.

4.1 Bento XVI – Joseph Alois Ratzinger

Nascido aos 16 de abril de 1927, em Marktl Am Inn, Alemanha, Joseph Alois Ratzinger é filho de um comissário da polícia alemã e de uma ex-cozinheira de hotéis da Baixa Bavária. Vivendo boa parte de sua adolescência na cidade de Traunstein, próxima à fronteira com a Áustria, viveu a experiência dos tempos do regime nazista que pregava um clima de hostilidade contra a Igreja Católica. Alistado pelo regime, pertenceu à Juventude Hitlerista, vindo a desertar por incompatibilidade de pensamento.

Em 29 de junho de 1951, é ordenado sacerdote junto com seu irmão Georg Ratzinger. Sendo padre, dedica-se também, além da música como paixão de sua vida, à docência. Foi professor de teologia das Universidades de Bonn, Münster, Tübingen e Ratisbona. Reconhecido como brilhante teólogo, foi convidado para ser consultor teológico do Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965.

Nomeado arcebispo de Munique e Freising, em 1977, Paulo VI no mesmo ano o criou cardeal. Mas é no início do pontificado de João Paulo II que o papa polonês o transfere da Alemanha para ser Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cargo que ocupou de 1981 a 2005. Entre as funções exercidas pelo cardeal Ratzinger junto à Congregação, também conhecida como Ex Santo Ofício, numa menção ao setor da Santa Sé responsável pela Inquisição, estão a de salvaguardar as questões relativas à doutrina de fé e da moral, examinar novas matérias relacionadas à dogmática e moral, reprovar doutrinas que não estejam de acordo com os princípios de fé católicos, examinar crimes contra a fé, moral e a celebração dos sacramentos e, a partir de 2001, observar e julgar os delitos relativos ao abuso de menores cometidos por clérigos. Para Bento XVI (2011, p. 225), o último item está relacionado diretamente ao desejo de investigação dos casos pelo cardeal Ratzinger. Depois que a matéria passou a ser competência da Congregação para a Doutrina da Fé, 3 mil casos foram estudados, resultando em normas executivas no Vaticano, a partir de 2001, e na Alemanha.

Em 19 de abril de 2005, Joseph Ratzinger é eleito sucessor do Apóstolo Pedro, escolhendo o nome de Bento XVI e o lema de seu pontificado: Colaborador da Verdade. A tarefa grande seria a de substituir João Paulo II, papa que reinou durante 26 anos, sendo um dos pontífices mais estimados e midiáticos da História.

Para Bento XVI (2011, p.35), sua eleição como Pontífice, e sucessivamente do Papa João Paulo II, foi, no princípio bem aceita por católicos e representantes da sociedade.

O pontificado de Bento XVI começou com uma onda de entusiasmo: “Sua eleição é uma boa notícia”, afirmou até mesmo o chefe dos pós-comunistas italianos, Massimo D’Alema. Dizia, ademais, ter “simpatia por pessoas inteligentes e cultas”. Em seu primeiro ano de pontificado, o novo Papa reúne, na Praça de São Pedro, quase quatro milhões de pessoas, o dobro em relação ao primeiro pontificado de seu predecessor. Sua primeira encíclica, somente na Itália, vendeu mais de três milhões de cópias. À Jornada Mundial da Família, em Valência, na Espanha, para rezar e festejar junto com o Papa, ocorreu um milhão de pessoas. E o consenso perdura: “A partir do *habemus papam*, no dia 19 de abril – escrevia o semanário alemão *Der Spiegel*”, “a simpatia da opinião pública por Bento XVI, aliás, Joseph Ratzinger, jamais diminuiu”. (BENTO XVI, 2011, p.35)

Porém, para outros autores, Bento XVI ao assumir o papado, traz para seu reinado uma identidade já construída quando era cardeal prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cargo que ocupou por 24 anos. Segundo Rodari e Torielli (2010), há a existência de um clichê, não somente midiático, construído depois da metade dos anos 80 que coloca Ratzinger como retrógrado e conservador. Tal identidade é carregada de negatividade e, conforme os autores, o coloca como inimigo da liberdade de consciência, da modernidade e da ciência.

No dia 11 de fevereiro de 2013, o Santo Padre, de modo inesperado, renunciou ao papado, alegando falta de forças físicas e dinamismo para comandar a Igreja Católica. A renúncia do Papa, fato que não ocorria há mais de seiscentos anos, surpreendeu o mundo, que viu o líder máximo do catolicismo se despedir do papado. No dia 28 de fevereiro de 2013, a Santa Sé entrou no período de vacância, que culminou com a eleição, no dia 13 de março, do Papa Francisco (Cardeal Jorge Mario Bergoglio), 266º sucessor de São Pedro, considerado o primeiro Papa.

Mas, o que mais vai caracterizar o papado de Bento XVI acontece entre o final de 2009 e do ano de 2010, com uma série de denúncias de casos de pedofilia cometidas por alguns integrantes do clero católico que serviu de pano de fundo para uma rede noticiosa de informações sobre o assunto. Especialmente, o assunto foi muito abordado pela imprensa durante a sucessão papal e, precisamente, tema recorrente das congregações gerais dos cardeais, antes do conclave que elegeu o Papa Francisco. Sobre este pressuposto da veiculação do nome de Bento XVI nos crimes de abuso contra crianças, que também serve como ambientação para a presente dissertação, haverá uma discussão mais aprofundada no próximo item.

4.2 O abuso sexual de menores no seio da Igreja

Apresentado um breve histórico sobre o Papa Bento XVI, faz-se necessário discorrer e contextualizar o abuso de menores na sociedade. Dessa maneira, pretende-se, de modo conciso, apresentar um panorama sobre o tema e inseri-lo nas discussões sobre o envolvimento do clero católico, sobretudo no envolvimento e exposição da figura do papa nas notícias selecionadas.

Antes de se inserir o tema dentro do contexto eclesiástico, principalmente o ligando com a figura do Papa Bento XVI, faz-se necessário buscar compreender o significado do termo. Para Lowenkron (2010), o abuso de menores está relacionado com a interação sexual de um adulto com uma criança, de modo que não há o consentimento do menor, sendo normalmente associado a relações de poder, ameaça, promessa etc. Segundo a autora, a imprensa destaca o termo abuso quando está relacionado com a prática desempenhada por membros próximos às vítimas. Porém também está inserido no contexto do “[...] termo ‘pedofilia’, quando o ‘abuso’ é praticado por pessoas de status social elevado (médicos, clérigos, professores etc), por artistas famosos ou por estrangeiros” (LOWENKRON, 2010). Embora a pedofilia esteja ligada ao estado psicológico de perversão sexual, a autora destaca que o termo apresenta uma amplitude maior na contemporaneidade.

No entanto, nos debates públicos contemporâneos (matérias jornalísticas, processos judiciais, debates políticos etc), a “pedofilia” não é utilizada apenas para definir um estado psicológico, mas tem aparecido cada vez mais como categoria social que se refere tanto a atos sexuais com crianças (principalmente, quando esses atos envolvem famosos, estrangeiros ou pessoas de status social elevado), quanto ao fenômeno da “pornografia infantil na internet”, uma problemática que só ganhou notoriedade pública a partir da segunda metade dos anos 1990 (Landini, 2006), com a introdução e a difusão da internet comercial no Brasil e a consequente popularização de espaços de sociabilidade on-line que têm conquistado cada vez mais adeptos, tais como: ferramentas de bate-papo, sítios de relacionamento e programas de trocas de arquivos digitais (textos, músicas, fotos e vídeos) (LOWENKRON, 2010).

Apresentada uma breve definição sobre o termo e como ele é visto pela sociedade, entra-se na discussão sobre o abuso sexual de menores dentro da Igreja Católica. Passando pela Irlanda, Alemanha, Estados Unidos e Brasil, os casos, que se referiam a um passado, vieram à tona e, de certa maneira, atingiram o Papa, referente aos anos em que o Cardeal Joseph Ratzinger, hoje Bento XVI, era o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé,

órgão da Santa Sé responsável pela conservação da tradição católica. O recorte proposto para a análise deste trabalho diz respeito, conforme Rodari e Torielli (2010), à Semana Negra. Trata-se de fatos noticiados, sobretudo pela imprensa americana e repercutida em várias partes do mundo, de uma possível omissão na apuração, pelo então Cardeal Ratzinger, de crimes cometidos por padres pedófilos, encontradas em correspondências entre o Vaticano e as dioceses envolvidas. No início do ano 2000 já era observado o relato de casos nos Estados Unidos, porém a divulgação do Relatório Ryan, preparado pelo governo irlandês, trouxe grandes sombras para a Igreja e para o papado de Bento XVI. Tratou-se de uma avalanche devastadora para os fiéis, vítimas e clérigos.

[...] Foi devastadora para todos nós. De repente, toda aquela imundície. Foi quase como se uma cratera de um vulcão tivesse inopinadamente vomitado uma grande nuvem de sujeira que tudo emporcalhava e tornava sombrio, de modo que acima de tudo o sacerdócio repentinamente aparecia como lugar da vergonha, e todo sacerdote era suspeito de ser “um daqueles”. [...] havia-lhes pedido que “estabelecessem a verdade sobre o que aconteceu no passado, que tomassem todas as medidas aptas para evitar que se repita no futuro, que se certificassem de que os princípios de justiça fossem plenamente respeitados e, sobretudo, que cuidassem as vítimas e de todos aqueles que foram atingidos por esses crimes anormais” (BENTO XVI, 2011, p.41).

Outra polêmica suscitada naqueles dias foi a declaração do pregador da Casa Pontifícia, Frei Raniero Cantalamessa, que na celebração da Sexta-Feira Santa de 2010, durante a homilia, causou indignação entre judeus e vítimas de pedofilia, ao supostamente comparar os ataques proferidos contra a Igreja ao antissemitismo. Em meio às denúncias, durante a cerimônia do Domingo de Páscoa e perante os fiéis na Praça de São Pedro, o cardeal decano, Ângelo Sodano, religioso que preside o Sacro Colégio Cardinalício, faz uma saudação ao Papa Bento XVI, em que menciona, do seu ponto de vista, o apoio de um membro da Igreja ao Pontífice e introduz a primeira referência aos ataques e à polêmica dos abusos. De março a abril de 2010, o Vaticano e o pontífice foram alvo das principais notícias relacionadas aos delitos, principalmente divulgadas pelo *The New York Times* e pela *Associated Press*. No caso do Brasil, as manchetes foram estampadas na *Folha de S. Paulo*, motivo pelo qual a escolhemos para tentar compreender como a imagem de Bento XVI foi construída pelo jornal de maior circulação no Brasil. Sobre esse aspecto, busca-se conhecer um pouco sobre a história e pensamento do periódico.

4.3 A *Folha de S. Paulo*

Sua história começa em 1921 com a fundação da *Folha da Noite*, porém em 1930, após o prédio ter sido depredado, é fechada devido ao apoio dado ao então candidato à presidência da República, Julio Prestes, pela direção do periódico. A partir de 1931 retoma suas atividades, troca seu nome para *Folha da Manhã*, passando a ser administrada por novos proprietários e a contar com uma nova linha editorial.

Na década de 60, é realizada uma nova estruturação no diário. A partir de então, o jornal é adquirido por Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira, cuja família mantém o controle do jornal, e se transforma na *Folha de S. Paulo*. Mas é por volta da década de 80 que o periódico passa por mais um processo de reestruturação, tanto gráfica quanto editorial, e passa a ser identificado no formato norte-americano de jornalismo, sobretudo empresarial. Segundo Silva (1988), o que passa a vigorar em suas editorias e a soar como uma ruptura da tradição, sendo que o mais importante será combater estruturas consolidadas e tradicionais, como por exemplo a Igreja Católica e seus líderes. Nesse novo panorama, o Grupo Folha, responsável pelo jornal *Folha de S. Paulo*, se baseia em princípios relacionados à produção da informação, pautada na credibilidade, transparência, independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo.

Atualmente, a *Folha*, como é comumente conhecida, é o diário brasileiro de interesse geral mais vendido no país, possuindo, em 2012, a maior circulação nacional, média de 301 mil exemplares semanais, auditada pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC). O jornal está dividido em nove cadernos: Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Saúde, Ciência, Folha Corrida, Esporte e Ilustrada. Em Poder, a *Folha* se dedica a relatar fatos relacionados à vida política, instituições e movimentos sociais. Já em Mundo, caderno em que são encontradas as notícias analisadas na presente dissertação, segundo descrição do site institucional do jornal trata-se de um espaço para publicação das principais notícias internacionais e que, segundo o periódico, são “sempre acompanhadas de análises precisas e enfoque didático”, além de disponibilizar material de outros meios de comunicação do mundo.

Já em Mercado, é possível verificar notícias relacionadas à Economia, investimentos e negócios. Informações sobre o dia a dia, segurança, saúde e matérias sobre as principais capitais do país são encontradas em Cotidiano, um dos principais cadernos que também possui material sobre direito do consumidor, saúde, trânsito e meteorologia. Em Ciência, o jornal publica pesquisas recentes em âmbito nacional, com ênfase a explicar os assuntos, segundo dados oficiais da *Folha*, de maneira didática e por recursos visuais para facilitar o entendimento do leitor. Folha Corrida, uma proposta da última reforma gráfica, apresenta ao

público um resumo das principais notícias, extratos dos colunistas, dicas com a finalidade de apresentar uma maneira mais simplificada de acesso e interesse à notícia. Em *Esporte e Ilustrada*, a *Folha de S. Paulo* apresenta as principais notícias e fatos relacionados ao mundo esportivo, cultural e do entretenimento.

Para a presente dissertação, as notícias selecionadas foram divulgadas no caderno Mundo, em páginas ímpares em sua maioria, e como notícia principal da seção. Uma das metas da análise será a de verificar se o jornal prioriza, conforme descrição institucional, que as análises dos fatos sejam precisas em informações sobre a cobertura noticiosa da pedofilia, envolvendo o Papa Bento XVI.

4.4 A Igreja e a Comunicação

Para uma melhor compreensão deste trabalho, faz-se necessário, também, uma abordagem sobre como a Igreja enxerga a comunicação. A presente dissertação também pretende abordar, enquanto “pano de fundo” no qual se insere seu objeto propriamente dito, os aspectos fundamentais relacionados às orientações pastorais e teológicas da Igreja sobre Comunicação Social a partir do Concílio Vaticano II e, em especial, as mais recentes orientações dessa Instituição sobre a comunicação institucional da Igreja, como pressuposto para também compreender as manifestações da Santa Sé sobre o período em que os clérigos católicos foram acusados pelo crime de abuso de menores, especialmente recaindo a culpa, pela imprensa, no Papa Bento XVI. Essas reflexões, ainda que básicas, deverão oferecer um panorama acerca do posicionamento da Igreja sobre o acesso e uso da mídia, seja no âmbito interno da comunidade católica, seja na relação desta com a sociedade em geral.

A comunicação, palavra derivada do latim *communicare*, significa tornar comum, partilhar, repartir, associar, trocar opiniões. É uma atividade humana cuja atuação profissional está voltada para a utilização de conhecimentos e técnicas por meio dos diversos veículos de comunicação (impressos, audiovisuais, eletrônicos, etc) ou para a pesquisa e o ensino desses processos. Nesse sentido, segundo o Dicionário de Comunicação (2001, p.155), a comunicação mantém distintas especificações:

(...) a comunicação abrange diferentes especializações (jornalismo impresso, jornalismo audiovisual, publicidade e propaganda, marketing, relações públicas, editoração, cinema, televisão, teatro, rádio, internet etc.), que implicam funções, objetivos e métodos específicos (DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, 2001, P.155).

Como a Igreja Católica é nosso objeto mais amplo de estudo, procurou-se saber seu pensamento sobre a comunicação social. De acordo com o Catecismo da Igreja Católica (1993, p.558), documento base de sua doutrina, a informação dos meios de comunicação tem que estar a serviço do bem comum. O documento afirma que a sociedade tem o direito à informação alicerçada na verdade, justiça e solidariedade. O mesmo Catecismo ressalta ainda que algumas mídias tornam os indivíduos passivos.

Os meios de comunicação social (especificamente a mídia)³ podem gerar certa passividade entre os usuários, tornando-os consumidores pouco criteriosos a respeito das mensagens e dos espetáculos. Os usuários não de se impor moderação e disciplina quanto à mídia. Não de formar em si uma influência esclarecida e correta para resistirem mais facilmente às influências menos honestas. Devido a sua profissão na imprensa, seus responsáveis têm a obrigação, na difusão da informação, de servir à verdade e não ofender a caridade. (CIC 2496, p.558).

Paulo VI, na instrução pastoral *Communio et progressio*, afirma:

A comunhão e o progresso da convivência humana são os fins primordiais da comunicação social e dos meios que emprega, como sejam: a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão. Com o desenvolvimento técnico destes meios, aumenta a facilidade com que maior número de pessoas e cada um em particular lhes pode ter acesso; aumenta também o grau de penetração e influência na mentalidade e comportamento das mesmas pessoas (COMMUNIO ET PROGRESSIO, 1971).

Essa instrução evidencia como os meios de comunicação não são apenas simples instrumentos úteis que alcançam, com graduações diversas, as vozes ou as mensagens nos lugares mais distantes, mas que desempenham um papel importantíssimo e determinante sobre a mentalidade e o comportamento da humanidade. Nesse sentido, a presente dissertação também ressalta, a partir dos pressupostos abordados por Pighin (2003), a influência do acesso à informação, a partir das novas tecnologias, às pessoas. Antigamente, os jornais estavam disponíveis apenas para quem os comprava. Hoje, as matérias que serão analisadas também podem ser acessadas, de maneira democrática, por qualquer um que queira se aproximar mais do assunto.

Em uma palestra no Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, realizada em 2003, no Vaticano, o jornalista Cláudio Pighin, na época diretor e professor do Centro de

³ Para a Igreja, a comunicação deve ser tratada desde seu âmbito mais simples, que contempla a relação pessoal entre os sujeitos, o que inclui a comunicação verbal no seio das suas comunidades, a exemplo do que acontece no púlpito das igrejas.

Comunicação Social da Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma, tratou dos novos desafios dos meios de comunicação, especificamente da Internet. Segundo Pighin, nunca, como nos dias atuais, dá-se conta da força que possuem os *mass-media* ao influenciar a vida do ser humano. Hoje em dia, participa-se ao vivo em eventos a que nunca seria possível estar presente fisicamente e se tem acesso a uma grande quantidade de informações, sobretudo de meios de comunicação que disponibilizam seu conteúdo para acesso da população.

No século passado, a introdução das novas tecnologias – começada pela telemática e depois na rede mundial de computadores conhecida por Internet - tem marcado muito a vida do ser humano. Pighin (2003) disse que o filósofo Martin Heidegger falava da tecnologia que influencia o existir na sua relação consigo mesmo e com o mundo. Segundo o filósofo, essa relação é organizada para satisfazer os anseios dos indivíduos autônomos e estáveis. A tecnologia é vista não como um simples instrumento, mas como um modo de revelar o todo. A resposta positiva de Heidegger à tecnologia parte da consideração que se uma pessoa é capaz de programar-se sobre a base da flexibilidade tecnológica, sente-se afortunado quando a ela são abertas muitas possibilidades de transformar-se. Com a sua ajuda, os homens podem exaltar-se e colocar-se na posição de senhores da Terra.

O filósofo alemão (apud PIGHIN, 2003), porém, revela o outro lado que a tecnologia pode constituir, isto é, o de ser uma ameaça ao mesmo ser humano se tais instrumentos tecnológicos assumem um papel que substitui a pessoa. Ontologicamente, ameaça a objetividade e a subjetividade do ser humano.

Em sua palestra, Cláudio Pighin (Ibid) destacou que a tecnologia, hoje, promove uma dinâmica de informações e conhecimentos sempre maiores, reduzindo, porém, a ação dos indivíduos a um espaço sempre mais restrito. É um processo que determina uma maior dependência dos instrumentos tecnológicos e, quem não se adequou, é marginalizado do contexto, seja local ou mundial. Para muitas sociedades, à pessoa é importante que esta possua um vínculo estreito com os meios de comunicação. Os conceitos de tempo e espaço são trocados, sendo comumente traduzidos em simultaneidade e participação. Nesse sentido, favorecem uma certa capacidade no ser humano, privando, talvez, do conhecimento.

Pighin (Ibid) diz ainda que a nova tecnologia reduziu o tempo e os espaços, fazendo, assim, nascer um ser humano bombardeado por muitas notícias e conhecimentos, até então, inimagináveis. A tendência a não escutar, em geral ligada à insuficiente formação individual, é exaltada, ampliando reações do tipo: “agora não somos mais ignorantes, porque, através da Internet, sabemos tudo”.

Com o aparato tecnológico, confirma o jornalista, se pode conviver com línguas, culturas e etnias diferentes e com muitas maneiras de pensar e agir. Para exemplificar, os produtos podem ser adquiridos nos lugares mais remotos do mundo.

O novo modo de pensar e de agir tende, naturalmente, a sobrepor-se àquele do passado ao passo que, ao contrário, a capacidade de saber discernir entre uma cultura e outra é determinante para garantir uma convivência pacífica.

4.4.1 O mercado da informação e a Igreja Católica

Esta pesquisa tem ainda como “pano de fundo”, no amplo âmbito da comunicação social, a prática da comunicação institucional aplicada ao catolicismo, visto que a Santa Sé teve que, em certos pontos, se posicionar sobre o período e tema escolhidos para esta dissertação.

Segundo Fausto Neto (2002), mesmo com o amplo uso de novos métodos e instrumentos de comunicação oficiais católicos, o marketing católico, a criação de emissoras de rádio e televisão católicas, padres cantores, enfim, um autêntico mercado de bens religiosos (especialmente de informação), os fiéis não estão aderindo a uma religiosidade concreta, compromissada com o Evangelho. Ao invés, ocorre, em muitos lugares, expressões de uma fé meramente emotiva, sentimental, transformando-se, em alguns casos, numa espécie de terapia coletiva para os problemas cotidianos, o que, de certa forma, não insere o fiel na busca eficaz pela verdade em sua fonte, mas coloca a imprensa como porta-voz da mesma verdade, que por diversas vezes, é traduzida como absoluta.

Nesse sentido, há, inclusive, deturpações no culto. Por outro lado, há de se considerar que, ao longo da história da Igreja, esse comportamento não é absolutamente novo, pois já esteve presente na caminhada da Instituição em outros momentos, em menor ou maior grau. Em razão disso, recentemente, o Vaticano divulgou um documento com observações acerca da Liturgia, em especial da Eucaristia, para que não ocorra uma deturpação do ministério litúrgico.

Mola (2002) afirma, no entanto, que não se pode prever o quanto o mercado da informação pode afetar a espiritualidade dos indivíduos. A autora explica que “esse é um processo lento, pois implica conhecer uma nova linguagem, conciliá-la com a realidade da Instituição e ainda administrar os resultados dessa inovadora forma de comunicar”. Nessa nova forma de comunicação, especialmente a partir da utilização dos mais novos recursos tecnológicos, a Igreja busca animar os fiéis na prática do Evangelho a partir de subsídios que, por exemplo, a Internet propõe aos seus usuários e mantenedores.

O problema atual é a visão “*fast food*” da religião, como relação comercial com Deus (de troca, interesse) no lugar de trabalhar na construção do Reino de Deus. Nesse quadro, a comunicação religiosa que leva a essa superficialidade é uma das suas principais responsáveis pela falta de um compromisso amplo do fiel com a Igreja enquanto comunidade e Instituição, o que é substituído por uma postura individualista da prática religiosa, bem nos moldes da massificação instituída pela mídia. Conforme Fausto Neto (2002):

Abandonam-se as formas tradicionais de comunicação estruturada nos limites e nos parâmetros dos próprios rituais religiosos, bem como as “comunicações alternativas” centradas nas experiências dos grupos, e se instauram estratégias “mass mediáticas” envolvendo uma complexidade que ultrapassa, largamente, as tradicionais formas de interação com que cristãos estruturam suas práticas e sua fé (FAUSTO NETO, 2002, p.156).

A ideia de comunicação institucional católica surgiu logo após a segunda década pós-conciliar (Concílio Vaticano II –1960 a 1965), como forma de responder ao evolucionismo protestante, em especial das Igrejas Pentecostais nos EUA. O pensamento comunicacional aplicado à Igreja Católica buscou suas fundamentações nos documentos produzidos ao longo do Concílio Vaticano II, em especial no Decreto *Inter Mirifica-IM*.

4.4.2 O Concílio Vaticano II

A comunicação está na vida e na missão da Igreja Católica. Atualmente, a Santa Sé possui um aparato comunicacional composto pelo jornal *L’Osservatore Romano*, a Rádio Vaticano, o Centro Televisivo Vaticano, página na internet, Sala de Imprensa, com atendimento para os jornalistas credenciados, um assessor estratégico de comunicação e uma penetração nas redes sociais, com a criação de uma conta no Twitter para o Papa Bento XVI e um canal do Vaticano no Youtube. Tal perspectiva informacional é fruto da sensibilização da Santa Sé para com a comunicação, com uma maior força a partir do Concílio Vaticano II. Para o presente trabalho, procura-se também encontrar em que ponto o Vaticano é citado ou procurado pela *Folha de S. Paulo* para dar respostas acerca da figura do Santo Padre, visto que seu aparelho de comunicação é completo.

Mas o que foi o Concílio Vaticano II (CV II)? Segundo um de seus padres conciliares, Kloppenburg (1976, p.08), foi, antes de mais nada, uma ampla assembléia dos bispos da Igreja Católica que visava um novo pensamento da Instituição acerca de sua ação evangelizadora no mundo moderno. O Concílio expandiu a visão teológica, espiritual e

pastoral que a Igreja possuía de si mesma, o que a fez rever sua postura, em vários assuntos, especialmente na perspectiva da sua relação com a própria sociedade.

A essência do CV II, continua Kloppenburg (Ibid), foi a busca do equilíbrio entre severidade e misericórdia, entre a divergência e a convergência pastoral interna e com outros credos. O Concílio Vaticano II chegou a uma visão pastoral de que a Teologia deve constituir-se num corpo doutrinal a ser anunciado às almas e não somente aos teólogos. Além disso, nesse contexto, a virtude salvadora da Igreja é uma realidade histórica.

Refletindo ainda sobre o CV II, a análise elaborada pelos padres conciliares buscou unir a inteligência teológica e pastoral com a vontade teológica e pastoral, doutrina com apostolado e magistério com ministério. Em resumo, o CV II determinou que a função da Igreja Católica Apostólica Romana era de imitar a Cristo como o Bom Pastor; abeirar-se dos fiéis, guiando-os e servindo-os, defendendo-os e amando-os para santificá-los.

Além de temas como o ministério pastoral e a renovação litúrgica, outro ponto importante discutido no Concílio foi a questão do Ecumenismo. A opção da Igreja Católica no Concílio Vaticano II sobre o ecumenismo é definitiva e irrevogável: este é uma dimensão essencial da Igreja. Não algo que agrega ou um acessório.

Kloppenbug (1976, p.13) aponta 9 regras para o Ecumenismo desejado pelo CV II. São elas:

- 1- Conhecer a doutrina, a fé, a liturgia e a teologia de outros credos;
- 2- saber o que pensam outros credos da doutrina católica;
- 3- tomar conhecimento de assuntos em que a doutrina católica é pouco ou quase nada esclarecida;
- 4- buscar uma linguagem pastoral e teológica para evitar erros e preconceitos;
- 5- evitar termos e interpretações falsos e danosos para a análise da doutrina;
- 6- criar um senso maduro nos julgamentos de opiniões;
- 7- avaliar sob o prisma da lógica os argumentos para demonstrar a doutrina católica e suas práticas sem criar com isto dissabores;
- 8- evitar toda polêmica estéril;
- 9- respeitar os erros e advertir as pessoas erradas (KLOPPENBURG, 1976, p.13).

Estes elementos serviram de orientação doutrinal para a publicação de dois documentos importantes, os decretos *Unitatis Redintegratio* e *Inter Mirifica*. Especificamente sobre o Ecumenismo, o decreto *Unitatis Redintegratio* quer propor a todos os católicos os meios, os caminhos e os modos que lhes permitem corresponder a esta divina vocação e graça para a restauração da unidade entre os cristãos. Já, o Decreto *Inter Mirifica* - sobre os meios de comunicação - julga o dever de abordar as principais questões relacionadas aos meios de comunicação social à luz da doutrina da Igreja.

4.4.3 *INTER MIRIFICA*

Historicamente, o Decreto *Inter Mirifica* (IM) foi preparado por uma Comissão Pré-Conciliar que apresentou um pré-projeto deste documento na 1ª Sessão da 25ª Congregação Geral. A proposta constava de 114 parágrafos e ocupava 40 páginas. Terminados os debates e tendo sido o texto aprovado, a mesma Comissão recebeu o encargo de extrair do projeto os princípios doutrinários e as diretrizes pastorais mais genéricos para formulá-los de modo mais conciso.

Após um ano, na 67ª Congregação Geral, em 14 de novembro de 1963, o comitê apresentou ao plenário o novo texto, recebendo as emendas que totalizaram cerca de 368 pedidos de mudança. Isto vem ressaltar a importância dada pela hierarquia a esse documento quanto à ação pastoral da Igreja.

Em princípio, o *Inter Mirifica* define, sob a ótica da Igreja, o que é a comunicação social: um grande engenho humano que deve ser colocado a serviço do homem e a seu benefício, integrando os povos em honra e glória de Deus. Mecanismo de Evangelização e ministério apostólico que congrega todos os povos e nações na plenitude do conhecimento e do dinamismo proposto por Cristo: “Ide pelo mundo e pregai o Evangelho”.

O documento apresenta uma acentuada preocupação da Igreja para as diversas dimensões humanas no tocante à obra de evangelização e esta, na utilização dos meios de comunicação social, cujo propósito último é conceder ao ser humano o direito inalienável à informação de qualidade, capaz de contribuir para a construção do bem comum.

Nessa perspectiva, configura ainda o mesmo documento a relação de direitos e deveres de todos os cidadãos, cristãos e não-cristãos, católicos e não-católicos à exortação para que os meios de comunicação propaguem valores que dignifiquem a Humanidade. E mais: faz alusões importantes aos jovens e adultos, formadores de opiniões e fomentadores familiares, além de lembrar o papel das autoridades civis na manutenção e busca incessante por aquilo que é bom e verdadeiro, sem que jamais se compactue com a intolerância e a tirania.

Em uma atitude de auto-reflexão, comum a todo CV II, o IM debate o papel dos bispos da Igreja ante as inovações e os mecanismos que devem ser apontados para os fiéis católicos na propagação do Evangelho, mediante o uso dos meios de comunicação. Exalta que a atividade católica deve basear-se nos princípios evangélicos e que, portanto, os meios de comunicação elevam esta amplitude redentora.

O IM afirma ainda que a Igreja também deve criar, no seu interior, condições e subsídios para que estes meios propaguem-se pela Terra, em busca de uma harmonia entre os

povos, respeitando suas diferenças, mas diminuindo entre estes as sequelas oriundas da desinformação.

O decreto, enfim, aponta, a Congregação para o Ofício Divino como órgão competente para realizar a análise dos documentos que advém da própria Igreja em busca de uma melhor adequação à doutrina evangélica e ao Magistério Eclesial. Destaca a importância dos bispos para a observância desse quesito e ainda estimula a criação de organismos nacionais e internacionais para a vigilância da prática ética e madura dos recursos utilizados por estes mecanismos. Um dos pontos de destaque nos documentos produzidos pelo Concílio está relacionado com a ética que os veículos de comunicação devem procurar para a produção de material informacional. Para a Igreja, a mídia é convidada a pensar do ponto de vista ético para que as informações sejam mais objetivas e construtivas. Do ponto de vista da comunicação, o próximo ponto será apresentar o pensamento católico sobre a atuação dos meios.

4.4.4 Ética nos meios de comunicação

Ao propor uma análise sobre a imagem do Papa Bento XVI na *Folha de S. Paulo*, durante o período de cobertura sobre os casos de abuso de menores cometidos pelo clero católico, também se busca observar se o veículo produziu seu material informacional de maneira ética. Para tanto, recorre-se aos estudos de Pighin (2003) e Foley (2002) sobre a mídia, para buscar entender como os conceitos éticos poderiam estar presentes no trabalho jornalístico.

Quanto à questão ética, as reflexões sobre o uso dos meios de comunicação partem do questionamento a respeito de até que ponto estes têm contribuído para o desenvolvimento humano autêntico, bem como tem ajudado os indivíduos e os povos a corresponderem à verdade. Isso porque, assim como já acontece com os demais meios de comunicação, principalmente com o advento das novas tecnologias, que têm sido utilizadas tanto para o bem das pessoas (por exemplo, encurtar distâncias, facilitando acesso a outras culturas), como para explorar, manipular, dominar e corromper os indivíduos através de pornografia infantil, desvio de dinheiro por *hackers*, entre outras práticas.

Por essa razão, Pighin (Ibid) aponta que o uso das novas tecnologias de informação e da Internet precisa ser ponderado e orientado por um compromisso decidido em prol da prática da solidariedade e do serviço do bem comum, tanto no seio das nações como entre elas mesmas. Estas tecnologias podem consistir num modo de resolver os problemas humanos, de

promover o desenvolvimento integral das pessoas e criar um mundo governado pela justiça, paz e amor, argumenta Cláudio Pighin (2003).

Além dessas questões fundamentais, o Magistério da Igreja tem se ocupado em promover a discussão de outros temas ligados à utilização ética nos meios de comunicação. Entre esses temas, encontra-se a da marginalização dos que não têm acesso à Internet, por exemplo. Foley, no documento intitulado a Igreja Internet (2002), alerta para o fato de que os indivíduos, os grupos e as nações devem ter acesso às novas tecnologias de modo a participar dos prometidos benefícios da globalização e do desenvolvimento e não ser privados dos mesmos.

Outro aspecto a ser discutido diz respeito ao fato de que a Internet possibilita que culturas possam aprender muito com outras culturas. Contudo, há grande perigo de, nesta relação cultural, haver a imposição de valores de uma determinada cultura sobre as outras, possibilitando, assim, uma “massificação cultural”. Segundo Pighin (Ibid), a Igreja é chamada a enfrentar essa realidade não como uma simples espectadora, mas como uma verdadeira protagonista. O princípio eclesial que provém do mandato evangélico de educar sempre e onde quer que seja é, nesse caso, mais válido, uma vez que, nesse novo mundo digital, as pessoas precisam ser instruídas conforme o mandato de Jesus, o Ressuscitado. A nova cultura virtual requer tempo, espaços e estruturas novas, para uma nova evangelização. Esta cultura virtual é tão veloz que a mesma Igreja tem dificuldade para acompanhá-la.

Para o Magistério Eclesial, não se pode pensar em reduzir a Igreja a uma comunidade virtual, isto é, a uma “Igreja Eletrônica”, tendo em vista melhor encarar os novos tempos. Ao contrário, pode se servir desta realidade midiática para testemunhar o “*Depositum fidei*”, ou seja, o patrimônio sagrado da fé contido na Sagrada Escritura e Sagrada Tradição e que foi confiado à totalidade da Igreja pelos apóstolos, sempre distinguindo o catolicismo na sua história. O meio eletrônico será sempre um meio, e não poderá ser outro, pelo qual a sua função é aquela de servir de suporte à ação evangelizadora da Igreja. O perigo está ali, ou seja, de fazer da realidade digital um fim em si mesma.

Do ponto de vista catequético, Foley (2002) aponta qual deve ser a postura essencial da Igreja ante o uso da Internet:

[...] a Igreja pode e deve proclamar ao mundo as respostas que ela mesma recebeu de Cristo Jesus, tanto hoje como sempre, oferecendo a derradeira resposta satisfatória aos mais profundos interrogativos da vida. Jesus Cristo, que manifesta profundamente ao homem e lhe revela a sublimidade de sua vocação. Assim como o

próprio mundo contemporâneo, também o mundo dos mass media, inclusive a Internet, foi iniciado por Cristo — na sua forma rudimentar mas verdadeira — dentro dos confins do reino de Deus, e colocado ao serviço da palavra da salvação. (FOLEY, 2002).

É neste sentido que a ação evangelizadora tem um papel de testemunhar a importância do valor comunitário na busca da verdade. O ser humano se exprime como tal a partir do aspecto comunitário e, além disso, torna-se difícil viver a mesma vocação cristã isoladamente. A Igreja, como nunca, é desafiada – pelo seu próprio patrimônio doutrinal - a demonstrar sua vocação comunitária. Uma evangelização que não gera comunidade – para usar uma expressão típica do seio da Igreja – acaba tornando tal empreendimento algo inviável e, até mesmo, sem razão de ser. Nesse sentido, pode-se dizer que é por meio da comunidade que se resgata a dimensão humana, dando-lhe uma maior responsabilidade de vida cristã.

Finalmente, Foley (Ibid) diz que “o problema da liberdade de expressão na Internet torna-se complexo à medida que pode também provocar outras séries de preocupações”. Preocupações estas relacionadas à falta de critérios de publicações, autoridade (no sentido de veracidade) e ética responsável.

Contudo, mesmo diante desses desafios, a posição da Igreja em relação à Internet e às maneiras de se construir notícias é de plena liberdade quanto ao seu acesso e utilização. Liberdade⁴ respaldada pela Ética Cristã, moldada em comum com o Magistério Eclesial. O catolicismo condena qualquer tentativa de autoridades governamentais de impedir o acesso às informações presentes na Internet ou em outros instrumentos de comunicação social. No entanto, essa característica ditatorial, comum em alguns regimes políticos, sofre em outros regimes liberais uma analogia reversa onde o acesso aos *mass media* para a expressão política é geralmente vinculado à riqueza, enquanto que indivíduos, em comum acordo, “peneiram” as informações para aumentar seu poder de “mando”.

Conforme afirma Pighin (2003), o saber de hoje é fortemente mediado, por poucos indivíduos - os chamados potentes ou *gatekeepers* (guardiões do portão informativo) -, que decidem aquilo que a eles interessa fazer saber aos outros. Ou seja, no regime ditatorial, tem-se a ditadura política, enquanto num regime liberal, tem-se a ditadura de mercado. Quem não tem poder de compra, tende a permanecer marginalizado do sistema.

⁴ Segundo De Alba (1998), a concepção de liberdade para o cristianismo, fundamentalmente, consiste na opção por fazer o bem e não na simples opção de escolha.

“A globalização aumentou a capacidade dos meios de comunicação social, mas também cresceu a sua exposição às pressões ideológicas e comerciais”, conforme afirmou João Paulo II em seu discurso no Jubileu dos Jornalistas, no ano 2000.

Foley (Ibid) recomenda ainda que,

[...] todos os entes da Internet são obrigados a utilizá-la de maneira ponderada e disciplinada, para finalidades moralmente positivas, além disso, os pais deveriam orientar e verificar o uso que os filhos fazem da mesma. As escolas e as outras instituições e programas de educação para as crianças e os adultos deveriam oferecer uma formação para discernir o uso da Internet como parte de uma educação abrangente sobre os mass media, incluindo não apenas a formação da capacidade técnica, mas também a capacidade de uma avaliação ponderada e judiciosa do seu conteúdo. Aquelas pessoas cujas decisões e ações contribuam para formar a estrutura e o conteúdo da Internet, têm o dever particularmente sério de praticar a solidariedade ao serviço do bem comum (FOLEY, 2002).

Todavia, a Internet, como outros meios de comunicação, deve também estar atrelada a leis razoáveis contra a linguagem ofensiva, à difamação, a fraude, a pornografia infantil e à pornografia em geral, assim como outras violências morais à dignidade humana. O fato é que, no Brasil, especificamente, ainda não existe uma legislação própria para as questões da Internet, razão pela qual certas práticas, entre as citadas acima, estão sujeitas exclusivamente à obediência da consciência moral de cada indivíduo.

5. A (des)construção da imagem de Bento XVI na imprensa brasileira: jornal *Folha de S. Paulo*

Nos capítulos anteriores, procurou-se discorrer sobre o pensamento acerca das Teorias do Jornalismo e da Notícia, traçando um breve perfil histórico que culminou nas reflexões e apresentação dos critérios de noticiabilidade ou valores-notícia, sobretudo embasado nas Teorias Construcionistas. Foi também como pressuposto para a presente pesquisa que foi apresentada a metodologia qualitativa da Análise do Discurso para procurar compreender, a partir do discurso jornalístico, as vozes que compõem a teia noticiosa. Tais pressupostos ajudarão a entender melhor a contextualização apresentada no capítulo anterior, concentrada na figura do Papa Bento XVI frente às notícias produzidas pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre o caso de abuso de menores cometido por alguns clérigos católicos, na intenção de verificar como o periódico (des)construiu a imagem do Pontífice no periódico proposto por este trabalho.

Destarte, a análise será feita a partir de oito notícias selecionadas do jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 2009 e 2010. Essas matérias fazem referência ao período apresentado no capítulo que contextualiza a situação da Igreja, em que o nome do Santo Padre foi vinculado ao surgimento de fatos relacionados aos abusos. Também foi considerado o material jornalístico, cujas notícias são sobre o tema “abuso de menores”, cujo foco, porém não está na figura do Santo Padre, mas faz um retorno para o leitor do período em que se insere a presente dissertação e que, de certa forma, colabora no processo de (des)construção da imagem de Bento XVI. Em todo o caso, no material escolhido, procura-se, em geral, apresentar como a figura do líder máximo dos católicos foi apresentado a partir do discurso jornalístico da *Folha*.

5.1 Notícia 1 – Preocupação de Ratzinger era maior por doutrina – *Folha de S. Paulo* (20/03/2010)

Preocupação de Ratzinger era maior por doutrina

**Como arcebispo de Munique, papa atuou mais contra dissidentes teológicos
Vaticanistas dizem que há poucas evidências de que o cardeal tenha investigado os 200
casos de "padres problemáticos" na diocese**

DO "NEW YORK TIMES", EM MUNIQUE

(1) Na época em que o papa Bento 16 era arcebispo de Munique e Freising, ele foi descrito como teólogo mais preocupado com discussões doutrinárias do que com questões relativas a

pessoal. É isso, dizem seus defensores, que ajuda a explicar porque ele não acompanhou de perto o caso de um padre pedófilo enviado a sua arquidiocese em 1980 e autorizado a (5)trabalhar em uma paróquia. Porém, em 1979, o ano antes de o cardeal Joseph Ratzinger aprovar a transferência do padre Peter Hullerman para Munique, ele bloqueou a indicação de um professor de teologia para a universidade local. E, em 1981, ele puniu um padre por celebrar uma missa em um protesto pacifista, levando-o a abandonar o sacerdócio. (10)Os quatro anos e meio durante os quais Bento 16 foi arcebispo é um dos períodos menos analisados de sua vida. Porém, essa época na qual ele presidiu sobre 1.713 padres e 2,2 milhões de católicos foi um ensaio geral para o cargo que ocupa atualmente, comandando os mais de 1 bilhão de fiéis no mundo todo. Como arcebispo, Ratzinger gastou mais energia perseguindo dissidentes teológicos que (15)predadores sexuais. Já no início dos anos 1980, era possível ter um vislumbre de um futuro papa preocupado em combater movimentos de desvio em relação às tradições da igreja. Vaticanistas dizem que há poucas evidências de que Bento 16 tenha passado muito tempo investigando mais de 200 casos de "padres problemáticos" na diocese, envolvidos em questões que incluíam abuso de álcool, adultério e pedofilia. (20)Andreas Englisch, vaticanista alemão autor de vários livros sobre Bento 16, disse que Ratzinger "nunca se interessou por questões burocráticas" e que, quando ele primeiro foi chamado para ser arcebispo de Munique, cogitou recusar o cargo. "Ele proferia sermões belos e escrevia lindamente, mas deixava os detalhes a cargo de seus subordinados", disse Hannes Burger, que cobriu o período de Bento 16 como arcebispo (25)para o jornal "Sueddeutsche Zeitung". "Era um bispo acadêmico, tendo Roma como sua meta."

Não se sabe com que grau de atenção ele pode ter acompanhado decisões sobre pessoal, especialmente por contar com um chefe administrativo, o vigário-geral Gerhard Gruber, que ocupava seu posto desde 1968. Agora, suas decisões administrativas são o foco central de (30)atenção no escândalo envolvendo a igreja na Alemanha. O reverendo Thomas P. Doyle, que trabalhou na embaixada do Vaticano em Washington e tornou-se um dos primeiros clérigos a lançar o alarme sobre os casos de abusos sexuais na igreja, comentou: "Como dizem os advogados, ou você sabia ou deveria ter sabido. O arcebispo é a autoridade máxima em sua diocese. A responsabilidade última é dele".

Ao realizar a análise de um texto escrito, o analista deve levar em consideração as representações e os contextos sociais presentes em um texto; observar o que é produzido a partir de quem escreve e de quem lê; no relacionamento que se dá entre produtor e receptor de mensagem, na expectativa de conhecer se ela se dá formal ou informalmente, com proximidade ou distanciamento. Essas características auxiliam a verificar na produção textual, especialmente no discurso jornalístico, características que auxiliam na apresentação do enfoque de determinado fato e/ou personagem. Tais pressupostos irão colaborar para as análises presentes neste capítulo.

A notícia a ser avaliada trata de uma reprodução de um produto jornalístico gerado pelo jornal *New York Times* e repercutido na *Folha de S. Paulo*. A matéria objetiva descrever como foi a atuação do então cardeal Joseph Ratzinger, enquanto era arcebispo de Munique,

enfocando como o religioso havia se portado frente à atuação de padres acusados de terem cometido abuso contra menores.

No título da matéria “Preocupação de Ratzinger era maior por doutrina”, o jornal apresenta seu primeiro parecer acerca do protagonismo do prelado alemão enquanto era líder de uma das mais antigas arquidioceses da Alemanha. Observando o modo como o título é construído, verifica-se que o periódico quer ressaltar que o Papa, enquanto cardeal, se ocupava mais com assuntos doutrinários do que na observância da conduta de seus párocos. No primeiro momento, ao leitor, pela palavra “maior”, dá-se o significado de que para a autoridade máxima local, parecia que uma venda escondia o que acontecia de errado, sob os cuidados de sua administração eclesial, e que problemas com o povo seriam menos importantes, sendo que os mais eloquentes relacionados ao cometimento de um crime, eram deixados de lado pela preocupação doutrinária. Abaixo do título, a linha fina afirma que Ratzinger estava mais inclinado a punir dissidentes teológicos, aqueles que se ocupam da doutrina católica, como ênfase de seu pastoreio, deixando a quem lê a livre interpretação de que outros assuntos, por mais que fossem importantes, não compunham a pauta de atuação do arcebispo. A notícia acrescenta, através da intertextualidade, uma informação atribuída aos vaticanistas, jornalistas que cobrem os assuntos da Igreja Católica e do Vaticano, de que é muito pouco provável que o cardeal tivesse investigado os 200 casos de sacerdotes da diocese. Ao recorrer aos vaticanistas, o jornal pretende legitimar, a partir das palavras de quem é perito no assunto, a afirmação de que o arcebispo possa ter fechado os olhos aos problemas que sua circunscrição eclesiástica possuía. Segundo Sousa (2004, p.196), a utilização de especialistas serve para que o jornalista mostre aquilo que gostaria de escrever, mas se torna mais credível pelas palavras de um experto no assunto. Outro destaque feito está na expressão “padres problemáticos” (citados entre aspas) que traz ao leitor, a partir do adjetivo “problemáticos”, a ideia de que os padres já apresentavam alguma postura inadequada para o cargo que ocupavam.

Na L1, no lide, a frase “Na época em que o Papa Bento 16⁵ era arcebispo de Munique e Freising [...]” acentua o fato de colocar a então condição atual de Ratzinger, como pontífice, para introduzir o assunto a ser tratado. A frase, em si, já possui um erro, pois o Santo Padre só é papa quando é eleito pelos cardeais eleitores. No caso de Bento XVI, a ascensão ao papado ocorreu em 19 de abril de 2005. O correto seria afirmar, por exemplo “Na época em que o cardeal Ratzinger era arcebispo”. Porém, verifica-se que, pelo valor-notícia de

⁵ Por estilo de texto, a *Folha de S.Paulo* não utiliza algarismos romanos. Fora do contexto das notícias, este pesquisador optou, no decorrer da dissertação, por adotar os algarismos romanos.

“personalização”, vê-se o motivo pelo qual o jornal escolheu falar do Pontífice, ao invés de colocá-lo apenas como cardeal. Entre L2 e L3, o periódico afirma que as questões doutrinárias eram mais importantes para Ratzinger do que seu cuidado com a questão pessoal de seus clérigos. Partindo desse pressuposto, o jornal, novamente de forma livre, atribui, num sentido de intertextualidade, essa afirmação àqueles que a notícia chama de “defensores”, o que também poderia significar que alguém está sendo acusado por algum delito e têm pessoas advogando ou tomando partido a favor de um criminoso. O que na verdade o jornalista quer é dizer ao leitor que não são palavras dele, mas a afirmação de que Joseph Ratzinger se ocupava mais de questões teológicas a problemas importantes, a partir do recurso de citação de fontes. A partir da citação, o autor da matéria sugere que pode ser por esse motivo que o cardeal não tenha observado de perto a questão envolvendo um padre pedófilo, que fora enviado à arquidiocese para atuar em uma paróquia. Com o trecho “Porém, em 1979, o ano antes de o cardeal Joseph Ratzinger aprovar a transferência do padre Peter Hullerman para Munique, ele bloqueou a indicação de um professor de teologia para a universidade local”, o jornalista está disposto a afirmar aquilo que havia escrito, atribuindo ao prelado a afirmação de fontes de que sua preocupação estava voltada para assuntos menos preocupantes. Tal afirmação está expressa nas linhas 8 e 9 em que é colocado o caso de um sacerdote que foi punido por ter inserido um ato pacifista durante uma missa. O jornalista opta por utilizar a palavra “pacifista” ao protesto, o que pode gerar no leitor o sentimento de acobertamento e preocupação de Ratzinger em colocar a mão forte em casos brandos a assumir uma postura forte contra quem estava cometendo um crime contra uma criança e a sociedade.

Em L10, o autor volta a citar e envolver Bento XVI num clima de mistério. Para tanto, o jornal coloca o período em que Joseph foi arcebispo como sendo um tempo em que a vida do pontífice é menos analisada. Para quem lê pode parecer, com a frase utilizada, que exista algo escondido sobre a atuação ou mesmo sobre o episcopado de Ratzinger, no sul da Alemanha. Contudo, o que fica mais contundente está na L14. Na frase “[...] Ratzinger gastou mais energia perseguindo dissidentes teológicos que predadores sexuais”, o termo “gastar energia” aponta para uma direção que coloca o sentido de que o cardeal estava mais propenso a cuidar de temas relacionados ao estudo de Deus e à liturgia católica. Subentende-se que sua ocupação estava mais relacionada aos desvios da teologia do que com as irregularidades morais. Outro ponto que se pode destacar é a utilização do termo “predadores sexuais”. A palavra “predador” estabelece uma interdiscursividade, apresentando um discurso ecológico dotado de significado para o assunto abuso de menores. Predador se refere a um animal que busca sua presa, muitas vezes indefesa, a captura e a devora. Nesse sentido, os padres que

abusam de menores são comparados, na matéria, com esses predadores que se utilizam de vítimas, detentoras de uma fragilidade natural, como o caso das crianças. O ponto de destaque é que o jornal coloca Ratzinger como aquele que se preocupa com o supérfluo, quando o real e perigoso problema estava à solta como um animal visivelmente faminto por sua presa.

A partir das constatações apresentadas, o jornal apresenta o trecho “Já no início dos anos 1980, era possível ter um vislumbre de um futuro papa preocupado em combater movimentos de desvio em relação às tradições da igreja”, como uma forma de afirmar que os casos que foram apresentados no pontificado de Bento XVI seriam, para o periódico, fruto desse olhar descuidado do cardeal Ratzinger com o caso de abuso de menores.

Num contexto de intertextualidade, o jornalista utiliza o vaticanista alemão Andreas English, a partir da L20, para confirmar e inserir uma fonte confiável aos olhos do público, como se o jornalista quisesse dizer “olhem, não sou eu quem digo, mas fontes seguras”, por exemplo. Tal fato é apresentado quando o autor da notícia insere, para dar credibilidade, a seguinte frase: “[...] vaticanista alemão autor de vários livros sobre Bento 16[...]”, o que, de certa forma, legitima que o vaticanista é especialista na figura do Papa. A partir daí, o jornal inicia uma série de frases, atribuídas à fonte, para sublinhar a sua afirmação de que o cardeal Ratzinger, de fato, não estava interessado em investigar os casos de abuso em sua diocese. Tal característica pode ser percebida em “nunca” se interessou por questões burocráticas”. Nesse sentido, a palavra “nunca” expressa o sentido e reforça que o cardeal não se posicionou para colocar ordem nos padres que se desvirtuaram do sacerdócio e da prática moral da Igreja.

Em L23, o jornal insere outra fonte, desta vez um jornalista que cobriu o governo de Ratzinger na arquidiocese de Munique e Freising, para afirmar novamente que o prelado não dava importância aos assuntos burocráticos. “Ele proferia sermões belos e escrevia lindamente, mas deixava os detalhes a cargo de seus subordinados”, é uma sentença que foi utilizada para reafirmar a tese do periódico. Porém, o uso da palavra “detalhes” passa à percepção do público que os assuntos sobre abuso de menores ou padres criminosos não eram importantes para o comandante da arquidiocese. Com mais uma citação de fonte, o jornal acrescenta uma frase que qualifica a direção de Ratzinger ao chegar à sede do Catolicismo. “Era um bispo acadêmico, tendo Roma como sua meta”. A utilização e construção do discurso pode dizer ao leitor que o então Papa Bento XVI, na verdade, procurou apenas a carreira e não estava preocupado com a missão dos bispos, segundo o catolicismo, de governar e santificar o seu povo.

Em L27, o autor da matéria coloca uma imprecisão e deixa para o leitor uma decisão de interpretação sobre o tempo em que Ratzinger foi bispo ao dizer “Não se sabe com que

grau de atenção ele pode ter acompanhado decisões sobre pessoal, especialmente por contar com um chefe administrativo[...]. Com uma afirmação em L29, a notícia traz à tona que o descuido administrativo, para o jornal, terá um peso maior, pois Joseph Ratzinger agora é Papa e os escândalos se transformaram no centro das atenções na Alemanha e no mundo católico.

Já entre as L31 e L34, o jornalista utiliza novamente o recurso de colocar o pensamento na boca de uma fonte, ao citar o diplomata vaticano Padre Thomas Doyle, segundo o jornal a pessoa responsável por levantar casos de abusos sexuais na Igreja, para afirmar a responsabilidade do cardeal. “Como dizem os advogados, ou você sabia ou deveria ter sabido”. Nesta frase, o jornal está utilizando outro discurso, o da advocacia, para embasar sua tese de omissão do Pontífice. O texto jornalístico terminará com as frases: “O arcebispo é a autoridade máxima em sua diocese. A responsabilidade última é dele”. Com as frases acima apontadas, o periódico está afirmando que a total responsabilidade pelo acobertamento está na figura última do bispo local, no caso em questão do cardeal Ratzinger, principalmente com a escrita da palavra “última”, o que reafirma a competência extrema do arcebispo. O que se percebe na notícia é que o jornal não se preocupa em procurar a versão de quem está sendo acusado. Sequer há um trecho na matéria em que se diga que o Vaticano havia sido procurado para comentar o caso ou mesmo a arquidiocese de Munique. Pode ser que os dois organismos, tanto a Santa Sé como o arcebispado alemão, tenham sido procurados, porém, o jornalista não deixa claro no seu texto, que deixa a impressão ao leitor de uma culpa do líder máximo dos católicos.

Na notícia analisada são encontrados alguns critérios de noticiabilidade que demonstram, dentro da produção noticiosa, o que faz com que o profissional realize a seleção do fato, transformando-o em produto jornalístico. O valor-notícia da negatividade se faz presente ao se verificar que o assunto em destaque se refere ao escândalo dos padres pedófilos. A notoriedade está em apresentar o contexto de Bento XVI quando ainda era arcebispo de Munique e Freising, relacionando-o com o período de apresentação de denúncias dentro da diocese em que ele era responsável. A notoriedade também se dá por retratar o período de administração do atual Papa.

Já o valor-notícia de seleção “relevância” é utilizado, pois a partir de um histórico sobre as características administrativas de Ratzinger, poderia se comprovar que ele era, de fato, culpado no suposto acobertamento de crimes de pedofilia, ou que tenha feito vistas grossas para clérigos notoriamente culpados. Ao mesmo tempo, tais argumentos também podem ser expressos pela “notabilidade”, em o jornal busca, no passado do então Papa, pistas

que poderiam reforçar a construção discursiva de que Papa Ratzinger poderia também ser um criminoso. Também, pelo contexto ser apresentado em meio a relato de crimes, o valor-notícia “infração” é um ponto a ser destacado, pois constitui um artifício para se obter a audiência do meio.

O valor-notícia “personalização” é o grande argumento para a construção da notícia, pois se baseia no histórico de Joseph Ratzinger, traçando um paralelo com a sua condição de líder máximo dos católicos. Ao ser eleito Papa, o cardeal alemão ganhou projeção midiática e um destaque nos meios de comunicação, pois o papado ainda mantém os olhares da imprensa ao redor do mundo. Ao mesmo tempo, na matéria, observa-se o valor-notícia “dramatização” como um dos recursos a ser trabalhado pelo jornalista. Segundo Traquina (2005b), esse critério de construção diz respeito à utilização de emoção como aspecto importante. Na notícia, vemos uma construção embasada em contar a história de Ratzinger, enquanto administrador diocesano de Munique e Freising, dando uma característica de narrativa, o que insere o leitor no mundo de Bento XVI, apresentando-o como relapso diante de tantos problemas que tinham em sua diocese.

5.2 Notícia 2 - Papa pede em carta perdão por abusos na Irlanda – *Folha de S. Paulo* (21/03/2010)

Papa pede em carta perdão por abusos na Irlanda

Bento 16 lamenta "falhas graves" de suspeitos de pedofilia, mas não fala em punir culpados

Texto, primeiro dedicado ao tema por pontífice, vem depois de revelações de décadas de moléstias que vitimaram 15 mil menores

LUCIANA COELHO

DE GENEBRA

(1) Perturbação profunda, pavor, traição. As palavras usadas por vítimas de abuso sexual para descrever a sensação quanto ao crime foram evocadas pelo papa Bento 16 ontem em uma carta aos fiéis na Irlanda, país cuja comunidade católica foi abalada pela exposição nos últimos meses de seis décadas de estupros, abusos psicológicos e violência física em (5) instituições regidas pela Igreja Católica.

No texto de oito páginas, que termina com uma oração pedindo a Deus "perdão e renovação interior" pela igreja na Irlanda, o papa chama os episódios envolvendo mais de 15 mil crianças e adolescentes entre os anos 30 e 90 de "atos pecaminosos e criminosos". "Possam a nossa tristeza e lágrimas, o nosso esforço sincero por corrigir os erros do passado e (10) o nosso firme propósito de correção dar abundantes frutos de graça para o

aprofundamento da fé nas nossas famílias, paróquias, escolas e associações e para o progresso espiritual da sociedade irlandesa", escreveu.

O líder religioso cita as "falhas graves" de alguns bispos irlandeses e seus predecessores, que ajudaram a ocultar os crimes. Em fevereiro, ele convocou o episcopado irlandês ao Vaticano (15) para tratar da crise.

Mas embora evoque o direito canônico e peça "uma ação decidida, levada em frente com total honestidade e transparência", o papa não menciona punição. Tampouco o faz no trecho em que se dirige aos sacerdotes e religiosos que abusaram das crianças, a quem acusa de trair a confiança de vítimas inocentes e de "causar grande dano" à Igreja Católica.

(20) Isso levou um grupo que representa as vítimas na Irlanda a declarar-se "decepcionado" com o texto. "A carta só chega à beira de tratar das preocupações das vítimas", disse Maeve Lewis, diretor do Um em Quatro, segundo a agência Reuters.

Desde que um relatório divulgado em maio de 2009, após nove anos de investigação, expôs a rede de abusos e acobertamento em igrejas, escolas, reformatórios e orfanatos, têm crescido (25) os pedidos pela renúncia do cardeal Sean Brady, chefe da igreja na Irlanda. Na quarta, dia do padroeiro irlandês, ele se desculpou por ter ajudado a acobertar casos nos anos 70, quando era padre, mas rechaçou a renúncia.

A carta de Bento 16 -seu primeiro texto a lidar exclusivamente com esse tema em seus quase cinco anos de pontificado- é objetiva e contrita. Nela, o papa compartilha da vergonha das (30) vítimas e de suas famílias, diz entender a desilusão de muitos fiéis e sacerdotes e afirma ser necessária a revisão e atualização constante das regras para a tutela de jovens. Bento 16 ainda enfatiza que o ocorrido não se restringe à Igreja Católica nem à Irlanda. É uma alusão ao fato de o escândalo ter espocado em diversas partes da Europa, sobretudo em sua Alemanha natal, onde mais de 200 casos emergiram em orfanatos e escolas jesuítas. (35) O líder da Conferência Episcopal Alemã, Robert Zollitsch, disse entender "a advertência do papa aos bispos da Irlanda como uma advertência a nós [alemães] também", ainda que o país não tenha sido citado. Abusos disseminados também estão em investigação na Áustria, na Suíça e na Holanda.

Escândalo semelhante abalou profundamente as arquidioceses americanas de Boston e Los (40) Angeles na última década, culminando com a renúncia do cardeal Bernard Law e com o pagamento de quase US\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 5,5 bilhões) em indenizações e acordos.

A notícia, assinada pela jornalista Luciana Coelho, aborda a carta que Bento XVI enviou aos fiéis da Irlanda para tratar sobre os abusos de menores cometidos por padres católicos, divulgada em 19 de março de 2010. A matéria da *Folha de S. Paulo* traz um panorama do documento e situa o leitor nas denúncias recebidas sobre os crimes protagonizados pelos sacerdotes. Embasado nos critérios de noticiabilidade de Traquina, se observa que o valor-notícia "novidade" está relacionado ao fato de que o Papa se pronuncia oficialmente sobre o escândalo da pedofilia por meio de uma carta aos fiéis irlandeses. Do mesmo modo, o valor-notícia "negatividade", por se tratar de um crime e de vítimas, também é utilizado para chamar a atenção do leitor.

No título "Papa pede em carta perdão por abusos na Irlanda", o jornal utiliza a palavra "perdão" para acentuar a afirmação, a partir de uma modalização assertiva, de que houve algum erro e que nesse momento se pedia desculpas por algo que não tenha agradado alguém.

A mesma frase dá o sentido ao leitor, pela ambiguidade, que parece que o Santo Padre é culpado nos casos, pois, normalmente, quem pede perdão ou desculpas é sempre quem fez determinado ato contra outra pessoa.

Na linha-fina “Bento 16 lamenta ‘falhas graves’ de suspeitos de pedofilia, mas não fala em punir culpados”, há a intencionalidade de colocar Ratzinger como sendo uma autoridade que está preocupada com o pedido de desculpas, mas não em fazer justiça para quem é culpado. Tal característica pode ser percebida pela utilização de um excerto da carta - “falhas graves” - que atribui ao Pontífice o reconhecimento de que algo importante e sério havia acontecido, porém, em “não fala em punir culpados”, deixa margem à interpretação do leitor que Bento XVI não está fazendo nada para julgar e suspender os criminosos. Já em “Texto, primeiro dedicado ao tema por pontífice, vem depois de revelações de décadas de moléstias que vitimaram 15 mil menores”, a *Folha* utiliza a expressão “primeiro dedicado ao tema pelo pontífice”, para mostrar ao leitor o sentido de que a Igreja só se posicionou depois que o escândalo apareceu. Para confirmar a constatação anterior, o diário cita “revelações de décadas”, o que garante que demorou muito tempo para que a instituição viesse em público para falar, acrescentando o número “15 mil menores”, como argumento, possivelmente, para expressar a grande quantidade de casos envolvendo abuso.

No trecho “Perturbação profunda, pavor, traição. As palavras usadas por vítimas de abuso sexual para descrever a sensação quanto ao crime foram evocadas pelo papa Bento 16 ontem em uma carta aos fiéis na Irlanda, país cuja comunidade católica foi abalada pela exposição nos últimos meses de seis décadas de estupros, abusos psicológicos e violência física em instituições regidas pela Igreja Católica”, a jornalista faz uma seleção de palavras que auxiliam, na produção do discurso noticioso, a retratar a carta e a situação na Irlanda. Com as palavras “perturbação profunda, pavor e traição”, o periódico extrai trechos do documento enviado por Bento XVI aos irlandeses, visualização da intertextualidade, para justificar o envio da missiva e que, de certa forma, são palavras expressas de amargor e negatividade. O sentimento que o diário também deseja passar sobre a comoção pode ser percebido na utilização de “abalada”, numa menção à sensação de que os católicos da Irlanda estavam sentindo. Na sequência, a opção do jornal é inserir na notícia os crimes, por meio de “estupros, abusos psicológicos e violência física em instituições regidas pela Igreja Católica”, o que ajuda a reforçar que são atos criminosos graves, que merecem punição. Segundo Traquina (2005b), o valor notícia “dramatização” é utilizado para expressar emoções e conflitos. Nota-se ser esse o valor neste caso, pois a utilização das palavras gera um sentido de sensacionalismo na matéria.

Das linhas 6 a 15, o periódico descreve o conteúdo da carta, apresentando ao leitor recortes das palavras de Bento XVI, apropriando, assim, da intertextualidade, principalmente falando sobre a culpa de autoridades eclesiásticas locais, como os bispos, que não agiram para coibir os crimes. Nessas linhas pode se observar a intenção do jornal de afirmar que a origem dos crimes e a onda de denúncias também têm responsabilidade, numa possível menção de omissão feita pela alta hierarquia católica.

Contudo, no trecho “Mas embora evoque o direito canônico e peça ‘uma ação decidida, levada em frente com total honestidade e transparência’, o papa não menciona punição. Tampouco o faz no trecho em que se dirige aos sacerdotes e religiosos que abusaram das crianças, a quem acusa de trair a confiança de vítimas inocentes e de ‘causar grande dano’ à Igreja Católica”; a *Folha* deixa claro ao leitor que Ratzinger não está preocupado em que a justiça seja feita aos acusados. Tal constatação pode ser percebida através de “papa não menciona punição” e “Tampouco o faz no trecho em que se dirige aos sacerdotes e religiosos que abusaram das crianças”, principalmente sublinhando que se trata de pessoas indefesas como as crianças. Parece que o jornal deseja dizer: “O Papa assume os crimes, porém não faz absolutamente nada com aqueles que tiraram e danificaram a inocência dos pequenos indefesos”.

Para confirmar que Bento XVI não atingiu o objetivo esperado pela carta de desculpas, o diário recorre a um grupo que representa as vítimas da Irlanda para dar voz ao clamor contra o Papa. Em “Isso levou um grupo que representa as vítimas na Irlanda a declarar-se ‘decepcionado’ com o texto. ‘A carta só chega à beira de tratar das preocupações das vítimas’, disse Maeve Lewis, diretor do Um em Quatro, segundo a agência Reuters”, é possível verificar, a partir da intertextualidade com a citação da fonte Maeve Lewis, a conotação de que as vítimas não se sentiram protegidas e nem justificadas pelo escrito do Pontífice, o que também pode ser constatado com a utilização de “decepcionado”.

Das linhas 23 a 27, o diário descreve a situação na Irlanda e acusa o cardeal irlandês, Sean Brady, de ser um dos responsáveis por acobertar os crimes de pedofilia. Já na linha 28, o jornal volta a citar Bento XVI para falar da carta, porém utilizando “seu primeiro texto a lidar exclusivamente com esse tema em seus quase cinco anos de pontificado”, o que dá ao leitor a impressão de que os casos nunca foram vistos pelo Santo Padre.

No trecho “Bento 16 ainda enfatiza que o ocorrido não se restringe à Igreja Católica nem à Irlanda. É uma alusão ao fato de o escândalo ter espocado em diversas partes da Europa, sobretudo em sua Alemanha natal, onde mais de 200 casos emergiram em orfanatos e escolas jesuítas”, verifica-se a intenção da jornalista em lembrar seu interlocutor de que os casos já se

espalham por todo o mundo e não tão isolados. O contexto pode ser percebido pela utilização de expressões, como “não se restringe à Igreja Católica nem à Irlanda” e “espodado em diversas partes da Europa”. A utilização de “espodado”, na frase quer dar sentido que os episódios dos abusos e as denúncias “pipocaram”, ou se espalharam rapidamente. Mais uma vez, a *Folha* tenta aproximar os casos ao Pontífice, lembrando os acontecimentos na Alemanha e reforçando com “em sua Alemanha natal”, o que pode representar ao leitor que o Papa não observou e atuou nos crimes de seu próprio país.

A notícia é finalizada com o trecho “Escândalo semelhante abalou profundamente as arquidioceses americanas de Boston e Los Angeles na última década, culminando com a renúncia do cardeal Bernard Law e com o pagamento de quase US\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 5,5 bilhões) em indenizações e acordos”, em que o emprego de expressões, como “abalou profundamente” imprime uma negatividade ao caso e apresenta alguns culpados, como o Cardeal Bernard Law, e o valor pago às vítimas, o que garante que houve culpa e um possível acobertamento por parte da Igreja.

A carta é um documento importante para se mostrar a preocupação de Bento XVI em apurar os escândalos de pedofilia. Soma-se ao fato, que a Santa Sé divulgou, permanentemente em seu site, todas as informações que são relevantes no combate contra os abusos. Percebe-se que, desde 2005, ano em que assumiu o papado, Ratzinger não se omitiu frente às questões sérias sobre o tema.

5.3 Notícia 3 - Papa barrou julgamento de padre pedófilo – *Folha de S. Paulo* (26/03/2010)

Papa barrou julgamento de padre pedófilo

Jornal revela que o então cardeal Joseph Ratzinger mandou suspender julgamento de acusado de abusar de 200 meninos surdos

Justificativa foi de que o sacerdote estava velho e doente; episódio se soma à onda de denúncias de abusos a menores na igreja

CRISTINA FIBE

DE NOVA YORK

(1)Depois de molestar cerca de 200 meninos surdos, ao longo de pelo menos 20 anos, o padre Lawrence Murphy foi poupado de um julgamento canônico pelo Vaticano, depois que bispos do Estado americano de Wisconsin tiveram suas correspondências ao então cardeal Joseph Ratzinger, atual papa Bento 16, ignoradas.

(5)O padre Murphy, que chegou a admitir alguns dos abusos, foi enterrado com suas vestes religiosas, em 1998, aos 72 anos, sem nunca ter sido punido.

O caso veio à tona ontem, em reportagem do "New York Times", que teve acesso a documentos que detalham as acusações e fazem parte de um processo movido por cinco vítimas contra a Arquidiocese de Milwaukee -cidade onde fica a escola para surdos em que o (10)padre trabalhou de 1950 a 1974.

Em resposta ao jornal, o Vaticano divulgou um comunicado em que atribui a proteção ao sacerdote à denúncia tardia por parte dos americanos. O primeiro apelo dirigido à Congregação da Doutrina e da Fé, organismo comandado por Ratzinger entre 1981 e 2005, data de 1996. Segundo o Vaticano, já era tarde para punir um padre "idoso e com a saúde (15)muito ruim".

Em 1997, oito meses depois do envio da primeira carta à congregação dirigida por Ratzinger, o cardeal Tarcisio Bertone, então segundo no comando do órgão -e atual secretário de Estado do Vaticano-, chegou a instruir o arcebispo de Milwaukee a iniciar um julgamento canônico secreto, que poderia resultar na exoneração do padre.

(20)Mas, após Ratzinger receber uma carta do próprio Murphy, apelando para "viver o tempo que restava com a dignidade do sacerdócio", a congregação mandou suspender o julgamento contra ele.

No comunicado ao "New York Times", o Vaticano argumenta ainda que, nos anos 70, algumas das vítimas denunciaram os abusos do padre "às autoridades civis, que o (25)investigaram; no entanto, de acordo com reportagens, a investigação foi encerrada". Em 1974, depois de receber diversos apelos de estudantes para que afastasse o padre -inclusive com cartazes de "procurado" estampando o rosto de Murphy-, a arquidiocese o transferiu de cidade, e ele continuou a trabalhar com crianças durante os 24 anos seguintes, até a sua morte.

(30)Em entrevista coletiva ontem, em frente à Arquidiocese de Milwaukee, a filha de uma das vítimas afirmou, em nome de seu pai, Arthur Budzinski, 61, que a "inocência dele foi roubada" e que "o papa sabia disso". "Ele era o único que lidava com casos de abuso sexual. Então acho que ele deveria ser responsabilizado, porque não fez nada." Budzinski disse ainda ter levado a denúncia ao arcebispo da cidade, em 1974, junto com (35)outras vítimas. Depois que o religioso duvidou do abuso, eles foram à polícia, que liberou o padre depois de ele negar todas as acusações. O porta-voz da polícia de Milwaukee afirmou ontem que o órgão não possui nenhum registro da queixa.

Onda de denúncias

(40)A reportagem do "New York Times" vem se somar à onda de denúncias de casos de pedofilia na Igreja Católica em vários países europeus e do seu encobrimento por altas autoridades eclesásticas, inclusive o papa -que não teria tomado providências contra um padre alemão suspeito de abusar de menores quando comandava a Arquidiocese de Munique. No sábado, o papa divulgou carta aos fiéis da Irlanda, país mais abalado pelo escândalo, (45)pedindo perdão pelos "atos pecaminosos e criminosos" ocorridos no país ao longo de seis décadas. Ele foi criticado, porém, por não se referir a outros países, como a sua Alemanha natal, e por não anunciar nenhuma punição aos envolvidos.

Na manhã de ontem, quatro líderes de uma associação americana de vítimas de padres (SNAP) protestavam em frente ao Vaticano, pedindo que fossem abertos os arquivos de casos (50)de pedofilia, quando foram detidos pela polícia -segundo agências internacionais, eles foram liberados depois de duas horas.

Na notícia, produzida pela jornalista Cristina Fibe, o jornal *Folha de S. Paulo* faz uma abordagem sobre o caso do padre Lawrence Murphy, sacerdote pertencente à arquidiocese de Milwaukee, Estados Unidos, e que foi acusado de molestar mais de 200 meninos. Para tanto, o diário utiliza informações que foram extraídas do periódico americano *The New York Times* e que mostram uma possível conduta de acobertamento por parte do então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger. A *Folha* faz um paralelo da gestão do cardeal, aproximando-o da figura de Bento XVI, nome assumido por Ratzinger depois da eleição que o tornou Papa, contextualizando, também, para o leitor um panorama das denúncias envolvendo sacerdotes católicos no caso dos abusos de menores.

No título “Papa barrou julgamento de padre pedófilo”, a jornalista, por uma modalização assertiva, já conduz a um juízo de valor sobre a conduta de Bento XVI. No mesmo trecho a expressão “barrou julgamento” passa a impressão que o Papa impediu que fosse feita a justiça no caso de Padre Murphy. A *Folha de S. Paulo*, para também personalizar a matéria, um dos valores-notícia, optou por colocar Papa e não Cardeal Ratzinger, justamente para chamar a atenção do leitor e fazer com que a matéria fosse mais lida e/ou procurada.

Na linha-fina “Jornal revela que o então cardeal Joseph Ratzinger mandou suspender julgamento de acusado de abusar de 200 meninos”, o periódico, a partir da intertextualidade que recorre a um trecho do *New York Times*, quer dizer ao leitor: “Olha, o atual Papa suspendeu o julgamento de um criminoso que molestou mais de duzentas crianças”. O apelo também está não só na quantidade, mas também em colocar que eles eram “surdos”, ou seja, além de incapazes pela idade, tinham um problema físico. Na continuação da linha-fina, há a intenção também de destacar, a partir do trecho “episódio se soma à onda de denúncias de abusos a menores na igreja”, que a crise institucional já não tem precedentes por sua abrangência e importância histórica.

No trecho “Depois de molestar cerca de 200 meninos surdos, ao longo de pelo menos 20 anos, o padre Lawrence Murphy foi poupado de um julgamento canônico pelo Vaticano, depois que bispos do Estado americano de Wisconsin tiveram suas correspondências ao então cardeal Joseph Ratzinger, atual papa Bento 16, ignoradas”, o discurso noticioso destaca que mesmo tendo abusado de incapazes, o sacerdote não foi punido pela Santa Sé, embora os bispos americanos tivessem pedido, pois as solicitações não foram examinadas pelo então Cardeal Ratzinger. A afirmação pode ser caracterizada pelas palavras “poupada”, dando a entender que o Vaticano foi complacente com o criminoso, e “ignoradas”, referente às cartas enviadas e que não tiveram, segundo o jornal, a mesma atenção do prelado alemão. Na

produção do discurso, o diário salienta o papel e o peso da figura do cardeal, sempre colocando junto ao seu nome a expressão “atual Papa Bento 16”.

Para justificar que o padre não havia sido punido pelo Vaticano, a *Folha* destaca, em seu discurso, que o sacerdote foi “enterrado com suas vestes religiosas”, como clérigo, embora tivesse assumido alguns abusos contra menores. Das linhas 7 a 11, o jornal faz uma explicação sobre o caso, contextualizando a notícia surgida no *New York Times* e que trazia documentos comprobatórios que era parte de um processo movido por vítima contra a arquidiocese de Milwaukee. Na linha 11, o trecho “Em resposta ao jornal (*New York Times*), o Vaticano divulgou um comunicado em que atribui a proteção ao sacerdote à denúncia tardia por parte dos americanos”, a jornalista fala sobre uma nota divulgada pela Sala de Imprensa da Santa Sé que argumenta que as denúncias chegaram tardiamente ao Vaticano. Destaca-se a utilização da expressão “atribui a proteção ao sacerdote”, em que pode se dar o sentido de haver uma preocupação com a figura do padre e não com as vítimas. Na nota publicada no *L’Osservatore Romano*, em 27 de março de 2010, não existe a justificativa de que a Santa Sé possa ter protegido o padre.

No trecho “O primeiro apelo dirigido à Congregação da Doutrina e da Fé, organismo comandado por Ratzinger entre 1981 e 2005, data de 1996”, a jornalista escolhe a palavra “apelo”, que dá um sentido de pedido de socorro e liga novamente o caso ao então cardeal com a expressão “comandado por Ratzinger”, fazendo uma alusão ao período em que ele comandou a Congregação para a Doutrina da Fé. Já para fortalecer a constatação, por parte do periódico, que a Santa Sé não havia feito nada, a *Folha* recorre, novamente, à nota por meio da construção “Segundo o Vaticano, já era tarde para punir um padre ‘idoso e com a saúde muito ruim’”, como se a jornalista quisesse afirmar: “Está vendo, a preocupação estava mais com a saúde do padre do que com as vítimas”.

Das linhas 16 a 20, o jornal relata a atenção dada pela Congregação para a Doutrina da Fé, através de seu secretário Tarcísio Bertone, hoje Secretário de Estado do Vaticano, instruindo o bispo de Milwaukee a abrir uma investigação canônica contra Murphy. Contudo, no trecho “Mas, após Ratzinger receber uma carta do próprio Murphy, apelando para ‘viver o tempo que restava com a dignidade do sacerdócio’, a congregação mandou suspender o julgamento contra ele”, a *Folha de S. Paulo* destaca que o julgamento foi suspenso quando uma carta do padre Murphy chegou até as mãos do Cardeal Ratzinger, mostrando, ao leitor, que foi mais importante a justificativa do padre do que o apelo das denúncias de abuso das vítimas.

A partir da linha 30, o diário contextualiza o caso dos abusos de menores a partir do depoimento de vítimas de padres. Numa intertextualidade, pois o jornal se apropriará de alguém para falar, há mais uma vez a tentativa de aliar o nome do Pontífice aos casos de pedofilia. Para tanto, a jornalista utiliza frases proferidas pela filha de uma das vítimas, como “a inocência dele foi roubada”, “o papa sabia disso” e “Ele(Papa) era o único que lidava com casos de abuso sexual. Então acho que ele deveria ser responsabilizado, porque não fez nada”, para referendar que o Santo Padre deveria ser envolvido nos casos, pois havia se omitido na resolução dos mesmos.

Na linha 39, a *Folha de S. Paulo* utiliza o intertítulo “Onda de denúncias” para fazer uma retomada dos casos que ganharam a imprensa durante aqueles dias e que afetavam a imagem da Igreja Católica e do Papa Bento XVI. Com o trecho “A reportagem do ‘New York Times’ vem se somar à onda de denúncias de casos de pedofilia na Igreja Católica em vários países europeus e do seu encobrimento por altas autoridades eclesiásticas, inclusive o papa - que não teria tomado providências contra um padre alemão suspeito de abusar de menores quando comandava a Arquidiocese de Munique”, a utilização de expressões como “vem se somar” dá a dimensão mundial dos crimes que foram divulgados pela mídia. Ressalta-se em “encobrimento (casos) por altas autoridades eclesiásticas, inclusive o papa” a intenção de relacionar os abusos à hierarquia e também salientar ao leitor que nem os principais chefes estavam preocupados com seus fiéis e que não estavam interessados nas denúncias e na apuração dos fatos. Tal perspectiva pode ser percebida pelo trecho “não teria tomado providências contra um padre alemão suspeito de abusar de menores”.

Já em “No sábado, o papa divulgou carta aos fiéis da Irlanda, país mais abalado pelo escândalo, pedindo perdão pelos ‘atos pecaminosos e criminosos’ ocorridos no país ao longo de seis décadas”, a jornalista destaca a carta que Bento XVI enviou aos fiéis da Irlanda, porém acentua, pelo adjetivo “abalado”, a situação do país pelo número de casos. Já em “Ele foi criticado, porém, por não se referir a outros países, como a sua Alemanha natal, e por não anunciar nenhuma punição aos envolvidos”, o periódico demonstra que o Papa não enfrentou o problema como um todo, por isso estava sendo alvo de protestos, e sequer tinha punido alguém, comprovadamente culpado, nem mesmo em seu país de origem, a Alemanha.

No encerramento da notícia o diário se reporta a contar uma manifestação na frente do Vaticano, organizada por uma associação de vítimas de padres, que pediam a abertura da investigação dos casos. A *Folha* sugere em “foram detidos pela polícia”, como uma forma, por meio do não-dito, de que protestos e manifestações, mesmo que legítimos, na Santa Sé não eram bem-vindos e seriam reprimidos por forças militares.

Trazendo à análise a contribuição dos estudos sobre o Jornalismo, embasados nas pesquisas de Nelson Traquina sobre os critérios de noticiabilidade, verifica-se como a seleção dos fatos nas mãos do jornalista passa por filtros de seleção. Na notícia analisada, observa-se como o valor-notícia de construção “dramatização” adquire ponto de destaque na seleção. Isso pode ser percebido pelas escolhas de trechos, como “Depois de molestar cerca de 200 meninos surdos” e também a seleção de frases de uma fonte “a inocência dele [referência ao pai da entrevistada] foi roubada”, o que demonstra a utilização da emoção e do conflito como aspecto de relevância na construção noticiosa.

O aparecimento de documentos que detalham as acusações das vítimas contra o sacerdote Murphy também faz que o valor-notícia “novidade” seja um critério para a seleção do fato para ser noticiado. Aliado à “personalização”, em que o nome de Bento XVI é ventilado como um dos culpados, pela revelação documental, faz o acontecimento ser noticiável. Mesmo se tratando da época em que Ratzinger era Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o jornal *Folha de S. Paulo*, utilizando o mesmo valor-notícia, acrescenta “então cardeal Ratzinger, atual papa Bento 16”, numa iniciativa de se buscar mais público, conforme diz Traquina (2005b). Após ter discorrido sobre o ponto principal da notícia, o periódico faz uma memória ao leitor dos acontecimentos, em que o valor-notícia “consonância” apresenta um contexto conhecido ao leitor, acrescentando algo novo, como o caso da descoberta de documentos que, supostamente, incriminavam Ratzinger por ter acobertado crimes de pedofilia dentro da Igreja.

5.4 Notícia 4 - Papa diz não ser intimidado por “fofocas” – *Folha de S. Paulo* (29/03/2010)

Papa diz não ser intimidado por "fofocas"

Em sermão pelo Domingo de Ramos, Bento 16 responde indiretamente às denúncias de pedofilia envolvendo a Igreja Católica

Sem citar escândalos, pontífice afirma que fé em Deus lhe dá coragem contra "opiniões dominantes"; milhares veem cerimônia

DA REDAÇÃO

(1)Alvo de críticas de acobertamento de casos de pedofilia envolvendo religiosos católicos nos EUA e na Europa, o papa Bento 16 disse ontem, em homilia da missa do Domingo de Ramos, na praça de São Pedro (Vaticano), que sua fé lhe dá coragem para não ser intimidado. De Deus vem a "coragem que não se deixa intimidar pelas fofocas das opiniões dominantes", (5)disse o papa.

Durante a missa, ele também falou de como o homem às vezes pode cair a níveis "vulgares e baixos" e "mergulhar num pântano de pecado e desonestidade". E rezou "pelos jovens e por aqueles que se empenham em educá-los e protegê-los".

Milhares de pessoas estavam presentes à celebração que abre a Semana Santa. Bento 16 não (10) fez referências diretas às denúncias de escândalos sexuais envolvendo a Igreja Católica. Porém, trechos do seu sermão indicam uma resposta às críticas de encobrimento, pela igreja, de casos de abuso sexual de crianças por clérigos, gerando uma das mais graves crises do seu pontificado -que completa cinco anos em 20 de abril.

Os escândalos de pedofilia ganharam notoriedade após denúncias recentes de abusos sexuais (15) contra crianças praticados por padres na Irlanda, entre os anos 1930 e 1990. Em maio de 2009, dossiês resultantes de nove anos de investigações apontaram a existência, no país, de uma prática disseminada de molestamentos e violações por parte da Igreja Católica irlandesa que atingiu mais de 15 mil crianças e adolescentes e resultou, até agora, na renúncia de quatro bispos.

(20) Por isso, Bento 16 enviou, há nove dias, carta aos católicos irlandeses em que pede "perdão e renovação interior" a Deus pela igreja na Irlanda e qualifica os abusos como "atos pecaminosos e criminosos". Nela, Bento 16 ainda ressalta que os episódios não se restringem à Igreja Católica nem à Irlanda.

O escândalo trouxe à tona outras denúncias de pedofilia praticados por padres na Holanda, (25) Áustria, Suíça, Alemanha e EUA. Porém, o papa não se manifestou publicamente sobre os episódios ocorridos nesses países.

Na Alemanha, onde nasceu o papa, a igreja admitiu "erros" na Arquidiocese de Munique na passagem das décadas de 1970 para 1980, quando era dirigida pelo então bispo Joseph Ratzinger. Além disso, ao menos 250 ex-alunos de instituições católicas alemãs sofreram (30) abusos físicos e psicológicos.

Nos EUA, o jornal "The New York Times" revelou novo escândalo, que veio se somar à onda de denúncias, porém com um agravante que aponta para a suspeita de omissão por parte do próprio Ratzinger à época em que chefiava a Congregação para a Doutrina da Fé. O caso envolve abusos praticados pelo padre Lawrence Murphy contra mais de 200 meninos (35) surdos em Milwaukee, no Estado americano de Wisconsin, entre 1950 e 1974. Bispos americanos enviaram cartas ao Vaticano em 1996 relatando o caso ao então cardeal Ratzinger. As correspondências foram ignoradas e o padre Murphy foi poupado de um julgamento canônico depois de Ratzinger ter recebido uma carta do acusado. Nela, o padre apelava para "viver o tempo que restava com a dignidade do sacerdócio". O (40) padre morreu em 1998, aos 72 anos, sem nunca ter sido punido. O Vaticano nega o encobrimento do caso, mas admite os abusos de Murphy.

Em editorial publicado no jornal "Osservatore Romano" na semana passada, a Igreja Católica critica a mídia pela "tentativa ignóbil de atacar o papa Bento 16 e seus assessores mais próximos a qualquer custo".

A *Folha de S. Paulo*, na sua edição do dia 29 de março de 2010, traz uma notícia que diz, sobretudo, sobre a celebração do Domingo de Ramos, abertura das comemorações da Semana Santa, no Vaticano. Para tanto, o diário traz excertos da homilia proferida por Bento XVI, em que o papa relembra a subida de Jesus à cidade de Jerusalém, contextualizando com as denúncias e escândalos envolvendo o abuso de menores cometidos por sacerdotes católicos.

No título "Papa diz não ser intimidado por 'focofocas'", a escolha para o título remete à frase "Ele conduz-nos para o que é grande, puro, conduz-nos para o ar saudável das alturas:

para a vida segundo a verdade; para a coragem que não se deixa atemorizar pelas tagarelices das opiniões dominantes” (BENTO XVI, 2010), em que o Pontífice fala sobre a figura de Cristo que caminha e sobe à Jerusalém e os caminhos que o homem pode percorrer no decorrer de sua vida. Ao ler a homilia, é possível certificar que o Santo Padre não faz nenhuma referência à sua pessoa ou às acusações de acobertamento no caso dos abusos. Com a expressão “não ser intimidado”, o jornal dá a conotação de que existem pressões sobre o Papa para que ele confesse algo sobre o escândalo, ao mesmo tempo em que o uso da palavra “fofoca” parece sugerir que tanto Bento XVI, como a Igreja, não se importam com as denúncias feitas pelas vítimas.

Em “Alvo de críticas de acobertamento de casos de pedofilia envolvendo religiosos católicos nos EUA e na Europa, o papa Bento 16 disse ontem, em homilia da missa do Domingo de Ramos, na praça de São Pedro (Vaticano), que sua fé lhe dá coragem para não ser intimidado”, verifica-se a preocupação do jornal em alinhar a imagem do Papa com os crimes de abuso de menores. Tal constatação pode ser percebida nas palavras “alvo”, no sentido de colocá-lo na mira das denúncias, “acobertamento”, que, por sua vez, pode revelar, a partir do não-dito, que Joseph Ratzinger possa ter escondido algum criminoso da justiça civil e da Santa Sé. Novamente, o periódico volta a citar e instrumentalizar a homilia proferida pelo religioso, em que há o direcionamento do leitor para que ele pense que Bento XVI não cederia à pressão, no caso da utilização da palavra “intimidado”.

Na linha 4 e para referendar o parágrafo anterior, o jornal utiliza-se, da intertextualidade, e insere a frase da homilia “coragem que não se deixa intimidar pelas fofocas das opiniões dominantes”, de maneira descontextualizada. Porém, para o leitor pode parecer que o Santo Padre estava fazendo uma referência direta ao clamor popular das denúncias que, naquele momento, se espalhavam por muitos países, sobretudo pelos canais midiáticos, enfatizado pelo trecho “fofocas das opiniões dominantes”.

No trecho “Bento 16 não fez referências diretas às denúncias de escândalos sexuais envolvendo a Igreja Católica”, por meio de uma modalização assertiva em que há uma constatação de que o Papa não tenha mencionado nenhum caso de abusos, o jornal mostra que Bento XVI talvez não esteja encarando o problema dos abusos de frente. O implícito na frase, ou seja o não-dito, dá a entender que o Pontífice se esquiva das denúncias. Já em “Porém, trechos do seu sermão indicam uma resposta às críticas de encobrimento, pela igreja, de casos de abuso sexual de crianças por clérigos, gerando uma das mais graves crises do seu pontificado - que completa cinco anos em 20 de abril”, o diário apresenta, a partir da conjunção adversativa “porém”, que não de uma maneira direta, Ratzinger dá uma resposta ao

escândalo, principalmente às denúncias de um suposto acobertamento de criminosos. O destaque e ênfase que liga o problema dos abusos pode ser verificado por “gerando uma das mais graves crises do seu pontificado”, o que, de certo modo, salienta que o período em que o Papa governa a Igreja Católica disseminou uma crise institucional penosa.

Das linhas 14 a 20, a *Folha* faz um memorial ao leitor sobre as denúncias de abuso de menores cometidos por padres católicos, principalmente apresentando números que buscam comprovar a seriedade e quantidade dos delitos. Em “Por isso, Bento 16 enviou, há nove dias, carta aos católicos irlandeses em que pede ‘perdão e renovação interior’ a Deus pela igreja na Irlanda e qualifica os abusos como ‘atos pecaminosos e criminosos’”, mostra que o diário faz um retrocesso para falar sobre a carta que o Santo Padre enviou aos católicos irlandeses. O jornal, através da interdiscursividade presente pelos discursos religioso e jurídico, apresenta ao leitor que Ratzinger descreve os fatos como “pecaminosos e criminosos”. Com “Nela, Bento 16 ainda ressalta que os episódios não se restringem à Igreja Católica nem à Irlanda”, o periódico salienta que o líder máximo dos católicos lembra que os escândalos estão presentes não só no país, mas que já são uma constante em todo o mundo. A seguir, o jornal confirma as palavras do Papa com o trecho “O escândalo trouxe à tona outras denúncias de pedofilia praticados por padres na Holanda, Áustria, Suíça, Alemanha e EUA”. Mais uma vez, o diário em “Porém, o papa não se manifestou publicamente sobre os episódios ocorridos nesses países” apresenta ao leitor que Bento XVI não está citando casos espalhados pelo mundo todo. O que pode parecer para quem lê, implicitamente, é que o Pontífice está se escondendo dos problemas, numa tentativa de esconder ou mascarar a onda de denúncias.

Para ficar mais contundente e relacionar os problemas com Ratzinger, a *Folha* concentra seu discurso nos casos cometidos na Alemanha. A constatação pode ser percebida em “Na Alemanha, onde nasceu o papa, a igreja admitiu ‘erros’ na Arquidiocese de Munique na passagem das décadas de 1970 para 1980, quando era dirigida pelo então bispo Joseph Ratzinger”, com a utilização de expressões, como “onde nasceu o papa” e “quando era dirigida pelo então bispo Joseph Ratzinger”, o que demonstra ao leitor que o então Papa já poderia conhecer os casos e, mesmo assim, havia se calado perante eles.

Em “Nos EUA, o jornal ‘The New York Times’ revelou novo escândalo, que veio se somar à onda de denúncias, porém com um agravante que aponta para a suspeita de omissão por parte do próprio Ratzinger à época em que chefiava a Congregação para a Doutrina da Fé”, o periódico utiliza a intertextualidade recorrendo a um assunto noticiado pelo jornal americano *The New York Times* para falar sobre a gestão do Cardeal Ratzinger frente à Congregação para a Doutrina da Fé e, mais uma vez, ligá-lo ao escândalo do abuso de

menores. O uso de palavras, como “agravante”, “omissão” e a expressão “novo escândalo” fortalece o discurso jornalístico produzido e que, com a escolha desses termos e palavras, compromete a figura de Bento XVI como sendo, também, um dos culpados pelos crimes.

O jornal, a partir da linha 33, apresenta o caso envolvendo o padre Lawrence Murphy, acusado de ter molestado mais de 200 meninos surdos na cidade de Milwaukee, Estados Unidos, cujo caso foi comunicado à Congregação para a Doutrina da Fé, guiada pelo Cardeal Joseph Ratzinger.

Com o trecho “As correspondências foram ignoradas e o padre Murphy foi poupado de um julgamento canônico depois de Ratzinger ter recebido uma carta do acusado”, a palavra “ignoradas”, alusiva às cartas enviadas pelo arcebispo de Milwaukee ao cardeal, traz o sentido de que o Papa pudesse não ter dado a atenção devida ao caso. A palavra “poupado” também dá a impressão de que o então Prefeito da Doutrina da Fé havia sido complacente com o criminoso. Salienta-se que na época do envio da carta, na década de 1980, a Congregação para a Doutrina da Fé não possuía jurisdição para julgar ou analisar crimes dessa monta. A competência de cuidar dos casos de abuso passou a ser responsabilidade do departamento do Vaticano em 2001, com o documento *Sacramentorum sanctitatis tutela* (A tutela da santidade dos sacramentos), assinado pelo então Papa João Paulo II. Segundo informações de um documento emitido pelo Vaticano, pelo fato de Murphy já ter uma idade avançada, a Congregação sugeriu que o arcebispo o afastasse do ministério público e que o acusado assumisse a responsabilidade por seus gestos. Padre Lawrence Murphy morreu quatro meses após a correspondência ter chegado à arquidiocese de Milwaukee.

A informação acima, contradiz o que publicou a *Folha* no trecho “O padre morreu em 1998, aos 72 anos, sem nunca ter sido punido. O Vaticano nega o encobrimento do caso, mas admite os abusos de Murphy”. O que pode ser destacado é a expressão “sem nunca ter sido punido”, que dá a impressão que nada foi feito para coibir ou sentenciar o sacerdote acusado.

O trecho “Em editorial publicado no jornal ‘*Osservatore Romano*’ na semana passada, a Igreja Católica critica a mídia pela ‘tentativa ignóbil de atacar o papa Bento 16 e seus assessores mais próximos a qualquer custo’” finaliza a notícia falando sobre uma publicação que saiu no jornal oficial do Vaticano e que coloca a imprensa como sendo a grande articuladora da campanha contra o Papa Bento XVI. Para afirmar a constatação, a *Folha* utiliza, pela intertextualidade, um excerto da publicação do diário vaticano que, ao mesmo tempo, contradiz os dados apresentados pela matéria e deixa para o leitor a conotação de que o Vaticano não quer enxergar o problema e fica colocando a culpa numa onda de difamação gerada pela imprensa.

Do ponto de vista dos critérios de noticiabilidade, percebe-se a presença dos valores-notícia de negatividade e personalização. Tais circunstâncias podem ser percebidas no enfoque dado ao problema das denúncias sobre o abuso de menores por parte dos padres católicos e por colocar o Papa Bento XVI como um dos pivôs do escândalo. A negatividade se observa, principalmente porque o escândalo é um contraponto ao discurso católico, voltado à conservação da moral e dos bons costumes e à personalização na medida em que os casos espalhados pelo mundo fazem sempre menção à condução de Ratzinger como Papa ou no período anterior à sua eleição.

Percebe-se também a “infração”, como valor-notícia relacionado aos escândalos e crimes. A pedofilia no seio da Igreja Católica foi um dos assuntos mais comentados no decorrer do ano 2010, por justamente contradizer os valores cristãos pregados pela instituição. Também, o jornalista, ao selecionar o fato que se refere à homilia proferida pelo Pontífice na missa do Domingo de Ramos, adotou a “relevância”, pois até então o Papa não havia se pronunciado sobre os casos e, mesmo não sendo explícito sobre os casos de abuso, deu pistas, segundo o jornal, de que não se preocupava com os comentários de pessoas que tentavam diminuir o trabalho da Igreja e dos sacerdotes. Ao mesmo tempo, o valor-notícia “novidade” pode ser percebido, pois até então, Bento XVI não falara sobre o assunto em uma celebração religiosa. Dentro dos critérios de noticiabilidade de construção, pelo valor-notícia “amplificação”, para dar mais abrangência ao acontecimento, o jornalista utiliza trechos, como “uma das mais graves crises do seu pontificado”, que dão a visão ao leitor de que o assunto é sério a ponto de comprometer o governo de um líder religioso como o Papa.

5.5 Notícia 5 – Cardeal defende papa na missa de Páscoa– *Folha de S. Paulo* (05/04/2010)

Cardeal defende papa na missa de Páscoa

(5/4/2010)

Folha de São Paulo

Discurso de apoio destoou do silêncio mantido por Bento 16 sobre abusos durante toda a Semana Santa

DA REDAÇÃO / Com agências internacionais

(1) Num gesto provavelmente inédito, o Colégio dos Cardeais abriu as solenidades do Domingo de Páscoa ontem, no Vaticano, com mensagem de apoio ao papa Bento 16, alvo de uma onda de denúncias de encobrimento de casos de abuso sexual de menores por clérigos.

(5) “Sua Santidade não está sozinha”, disse o cardeal Angelo Sodano. “Do seu lado está o

povo de Deus, que não se deixa influenciar pelos murmúrios do momento, pelos julgamentos que às vezes golpeiam os fiéis”. Depois do discurso, Bento 16 abraçou o cardeal. Mesmo assim, não fez nenhuma referência à crise no sermão pascal, a exemplo do que ocorreu durante toda a Semana Santa. (10) Sob chuva, o pontífice disse para dezenas de milhares de fiéis que a humanidade precisa de uma conversão espiritual e moral para sair da crise. Falou também do recrudescimento do narcotráfico na América Latina e no Caribe e dos terremotos ocorridos no Haiti e no Chile, antes de concluir com a bênção *Urbi et Orbi* (à cidade e ao mundo, em latim). O papa tem sido acusado de ter se omitido diante de abusos quando era bispo de Munique e (15) chefe da Congregação para a Doutrina da Fé, antes de ser eleito papa, em 2005. Para a Santa Sé, a difusão dos casos é uma campanha difamatória. Na catedral de Dublin, na Irlanda, pessoas tentaram interromper a missa de Páscoa ontem para depositar sapatos de crianças ao pé do altar, em um protesto contra abusos por padres no país, durante décadas, sem interferência do Vaticano. (20) Na Áustria, a comissão independente criada pela Igreja Católica para examinar denúncias anunciou que pagará por indenizações e terapia.

Antissemitismo

O pregador do Vaticano, Raniero Cantalamessa, que agravou a polêmica em torno do papa ao compará-la ao antissemitismo, pediu desculpas. Ele disse, em entrevista publicada ontem pelo jornal *Corriere della Sera*, que não queria ferir as sensibilidades dos judeus e vítimas de (25) pedofilia e negou que o papa tivesse lido o texto antes.

Constata-se, portanto, ao iniciar a análise pelo título “Cardeal defende papa na missa de Páscoa”, que o jornal retoma um fato, dando-lhe espaço privilegiado na manchete. Entende-se que o periódico situa o leitor, como se estivesse numa conversa próxima entre conhecidos, com o objetivo de recordar o período de crise em que a Igreja Católica se encontrava com as denúncias de pedofilia entre os clérigos e, de modo especial, que recaíram sobre Bento XVI. É como se ouvíssemos: “Lembra da crise em que a Igreja se encontra sobre o abuso de menores cometido pelos padres e que colocam o Papa no meio dos assuntos? Pois é, um cardeal fez a defesa do Pontífice”.

Com a palavra “defende”, o sujeito enunciativo certifica a informação, o que de certa forma a torna credível. Ao se passar para a linha-fina, também conhecida na linguagem jornalística como subtítulo da matéria, “Discurso de apoio destoou do silêncio mantido por Bento 16 sobre abusos durante toda a Semana Santa”, verifica-se que o veículo apresenta um sentido de ato inusitado e que não estava de acordo com o que o líder do catolicismo poderia haver eleito como posicionamento. É na expressão “destoou” que se observa um sentimento de não condizer ou sair do tom de se abster de falar sobre os casos de abuso, também reforçada pela palavra “silêncio”. O ato de silenciar também pode se fazer interpretar com certa conotação de omissão ou de obrigação a se calar por falta de argumentação.

Conforme Rodari e Torielli (2010), o Papa Bento XVI preferiu que as homilias do Tríduo Pascal, estivessem relacionadas com a paixão, morte e ressurreição de Jesus, gestos

celebrados nos dias que antecederam ao discurso do cardeal Ângelo Sodano. Antes, porém, o Papa havia se pronunciado e se encontrado com algumas vítimas de pedofilia. Porém, esperava-se que o Pontífice dirigiria uma das homilias sobre o assunto discutido nos últimos dias. Papa Ratzinger, ao contrário, deteve-se a meditar com os fiéis os pensamentos que foram frutos de seu retiro espiritual da Quaresma. Portanto, a linha-fina dá a impressão, ainda, que o discurso do cardeal Sodano possa ter até transgredido uma regra de “bocas fechadas” imposta pelo Vaticano.

Na linha 1 da matéria (L1), “Num gesto provavelmente inédito, o Colégio dos Cardeais abriu as solenidades do Domingo de Páscoa ontem, no Vaticano, com mensagem de apoio ao Papa Bento 16, alvo de um onda de denúncias de encobrimento de casos de abuso sexual de menores por clérigos”, o enunciador realiza uma modalização, para tomar uma posição ao usar “provavelmente”. Segundo Dota (1994), para Antoine Culioli, pai da Teoria das Operações Enunciativas, a modalização é o processo que compromete o enunciado por uma modalidade, uma emissão de julgamento (tomada de posição). Segundo o linguista, todo enunciado é modalizado, principalmente quando nele se pode observar um julgamento emitido pelo enunciador. Tal característica pode ser percebida por alguns verbos, como “poder”, “dever” e advérbios, como “provavelmente”. A utilização do advérbio “provavelmente” no trecho demonstra que o jornalista julga que o sinal dado pelo Colégio Cardinalício foge de todos os precedentes na história da Igreja, como um fato inédito. Ao mesmo tempo, o ineditismo proposto pelo emissor pode causar o sentido de que o Vaticano vai ao contrário da opinião pública e dá voz a um discurso para defender o Papa dos ataques da imprensa, ao mesmo tempo em que o sujeito enunciador, ao dizer “onda de denúncias”, demonstra que acha alto o número de casos de padres pedófilos para a Santa Sé estar calada.

A partir da L5 observam-se os seguintes enunciados: “Sua Santidade não está sozinha” e “Do seu lado está o povo de Deus, que não se deixa influenciar pelos murmúrios do momento, pelos julgamentos que às vezes golpeiam os fiéis”, artificios de dar voz a outro, no caso o cardeal Sodano, utilizados pelo jornal para se isentar da opinião. Com o trecho do discurso selecionado pelo jornalista é possível diagnosticar o sentido de que os casos de pedofilia e as vítimas são encarados como “murmúrio”, não dando importância para os crimes e a condição psicológica dos envolvidos. Mais uma vez, é uma maneira discreta de ressaltar que nem o Papa e nem os católicos estão se importando com as denúncias.

Na frase, “Depois do discurso, Bento 16 abraçou o cardeal”, seguindo a análise, o veículo diz que o Papa, após o discurso, “abraçou” o purpurado, o que pode deixar claro ao leitor que o Santo Padre concorda com as palavras proferidas, já que o verbo “abraçar” está

relacionado ao sentido de acolhimento. Porém, o jornal, no enunciado seguinte volta, mais uma vez, a lembrar seu receptor que, mesmo assim, Bento XVI continuou calado e não se pronunciou sobre os casos. Ao contrário, em L10 e L11, ao fazer um recorte das palavras do Papa, o periódico dá voz ao Pontífice e escolhe um trecho que diz: “a humanidade precisa de uma conversão espiritual e moral para sair da crise”. O sentido encontrado é que Bento XVI vê crise no mundo e não no seio da Igreja. Tal sentimento é reforçado quando a *Folha de S. Paulo* cita que o papa alemão traz para seu discurso situações sensíveis, como o narcotráfico e catástrofes naturais, porém no parágrafo seguinte o jornal volta a afirmar a omissão do líder católico mediante o crime de pedofilia e o escândalo entre alguns padres. Ao mesmo tempo, em “O papa tem sido acusado de ter se omitido diante de abusos quando era bispo de Munique e chefe da Congregação para a Doutrina da Fé, antes de ser eleito papa, em 2005”, o diário deixa o leitor com a certeza de que Joseph Ratzinger era conivente com a omissão e, posteriormente, sendo também apontado como um criminoso. As palavras “acusado”, que possui uma carga semântica aplicada a quem fez algo errado, e “omitido” ajudam a reforçar o sentido ao leitor de que Bento XVI teria se preocupado com outras coisas, menos em fazer justiça com as vítimas.

Já em L17, a *Folha* volta a se isentar de opinião: “Para a Santa Sé, a difusão dos casos é uma campanha difamatória”, o que afirma novamente que para o Vaticano os casos não são tão importantes. Nota-se também que o jornal utiliza-se de outros fatos e lugares para retratar que a população está se mobilizando para protestar contra as denúncias e, principalmente, é desfavorável ao suposto silêncio da Igreja Católica e de seus líderes. Porém, ao se referir à Irlanda, o diário não cita a carta enviada pelo Papa aos católicos irlandeses (2010), cujo conteúdo diz respeito aos casos de pedofilia. Ao contrário, com a expressão “sem interferência do Vaticano”, o diário reforça, mais uma vez, a suposta omissão da cúpula católica, o que pode também ser percebida por “durante décadas”, que se faz compreender que não foi um caso pontual, mas já perdura por muito tempo. Também, no trecho “Na Áustria, a comissão independente criada pela Igreja Católica para examinar denúncias anunciou que pagará por indenizações e terapias”, na linha 21, através da palavra “independente”, o enunciador atesta novamente que só se chegou a uma resposta para as vítimas, através de uma comissão que não está vinculada com o governo da Igreja. O jornal também, a partir das palavras “indenizações” e “terapias” salienta que o abuso deixou sequelas nas vítimas que deveriam ser reparadas pela Igreja.

Na sub-matéria, o título “Antissemitismo” já traz ao leitor um sentido de perseguição, comparada ao enalço proposto pelos nazistas aos judeus. Para tanto, a *Folha de S. Paulo*

utiliza “agravou” para expressar que a polêmica envolvendo o Papa havia tomado um panorama ainda maior com as palavras do pregador do Vaticano, Frei Raniero Cantalamessa. O periódico torna a usar outra voz e, desse modo, observa-se a intertextualidade, no caso a do jornal italiano *Corriere della Sera*, para dizer que o religioso se desculpou com os judeus e vítimas de pedofilia sobre a comparação entre o holocausto e a perseguição à Igreja Católica. Segundo Sousa (2004, p.196), “[...] os jornalistas socorrem-se de especialistas (pessoas ou organizações), e eventualmente para dizerem aquilo que eles próprios gostariam de dizer (Traquina, 1988), mas também para credibilizar os enquadramentos noticiosos e fornecer explicações autorizadas para os acontecimentos[...]”.

Para enfrentar a rotina de trabalho, a comunidade jornalística elege os valores-notícias ou critérios de noticiabilidade que a ajudam a selecionar os fatos que serão transformados em notícias. No presente trabalho, objetivou-se encontrar, de acordo com Nelson Traquina, os critérios de noticiabilidade presentes nas matérias selecionadas de acordo com o *corpus* da pesquisa.

Na notícia analisada, encontramos alguns critérios substantivos de seleção que auxiliam o profissional a determinar o que estará estampado nas folhas do jornal. O valor-notícia de negatividade está presente de modo geral no material selecionado. Conforme diz Traquina (2005b), esse valor-notícia, o que é negativo, sempre tem um apelo importante à audiência. No caso da matéria, a negatividade está relacionada ao escândalo que envolve a Igreja e o Papa com as denúncias de abuso de menores, por parte dos padres católicos. O critério substantivo notoriedade também se faz presente, pois o Papa, além de ser o líder dos católicos, é um Chefe de Estado, o que apresenta sentido de importância para a sociedade tudo o que está relacionado à figura do Pontífice.

Já os valores-notícia de relevância e inesperado podem ser encontrados na matéria. Tais critérios podem ser percebidos pelo trecho “Num gesto provavelmente inédito”, que apresenta uma novidade em vista do que está sendo noticiado até acontecer o fato, e o inesperado diz respeito, pela imprevisibilidade, às surpresas que colaboram com a audiência. No quesito novidade, o jornalista também insere novos fatos à notícia para atualizar o leitor e trazer o que é novo à discussão do assunto. O valor-notícia novidade pode ser percebido pela citação sobre a interrupção da missa de Páscoa na Irlanda através de uma manifestação contra os abusos.

Ao mesmo tempo, o valor-notícia infração também pode ser percebido, quase unanimemente no material coletado, pois se trata de escândalos envolvendo a Igreja Católica e o Papa. Na notícia 1 também se encontram alguns critérios de construção, como a

personalização e a amplificação. A personalização é observada na utilização da imagem do Papa Bento XVI como principal protagonista da matéria, o que gera uma importância ao discurso. Sobre a amplificação, no sentido de dar abrangência à notícia, o jornal utiliza expressões como “Colégio dos Cardeais” e “Vaticano” que garantem uma amplitude ao fato, relacionando-o à magnitude e poder da Igreja. Também se percebe o valor-notícia de relevância, em que o profissional destaca o motivo pelo qual selecionou o fato para se transformar em notícia. Tal aspecto pode ser percebido por “mensagem de apoio ao Papa Bento 16”, num clima em que a opinião pública apontava o Santo Padre como culpado por ter acobertado crimes de pedofilia no seio do catolicismo.

5.6 Notícia 6 - Papa mandou adiar saída de padre pedófilo – *Folha de S. Paulo* (10/04/2010)

Papa mandou adiar saída de padre pedófilo

Em carta assinada, então cardeal Ratzinger evocou "o bem da igreja" para pedir cautela e estender processo nos anos 80

No documento, obtido pela Associated Press, Bento 16 admite "grave importância" das acusações, mas ordena "o trato paterno" do acusado

DA ASSOCIATED PRESS

(1)O então cardeal Joseph Ratzinger -hoje papa Bento 16- resistiu a apelos para expulsar do clero um padre americano que tinha histórico de abusos sexuais contra crianças, alegando preocupações que incluíam "o bem da igreja universal", de acordo com carta de 1985 que traz sua assinatura.

(5)A carta, obtida pela agência Associated Press, é a mais forte contestação apresentada até agora à insistência do Vaticano em afirmar que o papa não desempenhou qualquer papel no bloqueio à remoção de padres pedófilos durante os anos em que comandou a Congregação para a Doutrina da Fé, antes de assumir o papado em 2005.

O texto foi datilografado em latim e é parte de anos de correspondência entre a Arquidiocese (10)de Oakland e o Vaticano sobre a proposta de expulsar do clero o padre Stephen Kiesle. O Vaticano se recusou a comentar a carta, mas um porta-voz confirmou que tinha a assinatura do cardeal Ratzinger.

"O serviço de imprensa não considera necessário responder a todos os documentos tirados de contexto com relação a situações legais específicas. Não é estranho que existam documentos (15)isolados que portem a assinatura do cardeal Ratzinger", disse um porta-voz. A diocese recomendou que Kiesle fosse expulso em 1981, o ano em que Ratzinger foi indicado para o comando do departamento do Vaticano que partilha a responsabilidade por disciplinar sacerdotes.

O caso ficou quatro anos no Vaticano antes que Ratzinger escrevesse ao bispo John (20)Cummins, de Oakland. E foram necessários mais dois anos para que Kiesle fosse removido.

Na carta de novembro de 1985, Ratzinger dizia que os argumentos para a sua expulsão eram de "grave importância", mas acrescentou que ações como aquela requeriam revisão muito cuidadosa e mais tempo. Ele também instou o bispo a oferecer "tanto tratamento paterno (25) quanto possível" a Kiesle.

Ratzinger também apontou que qualquer decisão sobre expulsar Kiesle precisava levar em conta "o bem da igreja universal" e o "detrimento que conceder essa dispensa pode provocar na comunidade dos fiéis em Cristo, especialmente considerando sua juventude". Kiesle tinha 38 anos na época.

(30) Ele fora sentenciado em 1978 a três anos de liberdade vigiada, após se declarar culpado por delito de conduta obscena, ao amarrar e molestar dois meninos na sacristia de uma igreja. Com o fim de sua sentença, em 1981, Kiesle pediu para deixar de ser padre, e a diocese submeteu a Roma a documentação necessária à sua exclusão.

Kiesle por fim foi expulso do clero em 1987, quando Ratzinger se mantinha à frente da (35) Congregação para a Doutrina da Fé, ainda que os documentos não indiquem como. O ex-padre foi detido em 2002 e acusado por 13 casos de molestamento de crianças nos anos 70. Kiesle se declarou culpado de crime em 2004 por molestar uma menina em sua casa, em 1995, e foi sentenciado a seis anos de prisão.

Seu caso é a evidência mais contundente da atuação de Ratzinger para acobertar episódios de (40) pedofilia na igreja, mas não é o único. O papa tem evitado falar publicamente sobre os escândalos, mas pediu, no mês passado, em carta aos fiéis da Irlanda, onde investigações expuseram milhares de casos de abuso ao longo de décadas, "perdão e renovação interior".

Extraída da agência de notícias *Associated Press*, notícia gerada pelo jornal *Folha de S. Paulo* trata sobre uma carta, em latim, e destinada à diocese de Oakland, Estados Unidos, assinada pelo então Cardeal Joseph Ratzinger, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Na missiva, segundo a agência, há provas de que Ratzinger tenha impedido o desligamento da Igreja Católica de um padre acusado de ter molestado menores. Baseado nos Estudos do Jornalismo, segundo Nelson Traquina, os critérios de noticiabilidade auxiliam o profissional a escolher determinado fato que se tornará notícia. No caso da matéria, os valores-notícia predominantes são a "novidade" e a "relevância". O novo está relacionado ao surgimento da missiva, assinada por Ratzinger e que, segundo a *Folha de S. Paulo*, é a prova de que Bento XVI é culpado pelo acobertamento de padres pedófilos. Já o valor-notícia "relevância" pode ser encontrado pelo teor da carta que, de certo modo, é, para o periódico, a comprovação de que houve o acobertamento de um crime pela pessoa mais influente do catolicismo, o Papa.

No título "Papa mandou adiar a saída de padre pedófilo", o jornal opta por dois verbos "mandar" e "adiar", para expressar a chamada para sua matéria. O periódico também prioriza colocar Papa ao invés de Cardeal Ratzinger para também, pelo valor-notícia da "personalização", atingir um maior número de leitores, pois utilizando o nome de Bento XVI os leitores se interessariam mais pelo assunto e, por sua vez, aumentaria a audiência do canal. Na verdade, a carta, que é motivo da notícia, é datada de 1985, ano em que o prelado estava à frente da Congregação para a Doutrina da Fé. Já na linha-fina, "No documento, obtido pela

Associated Press, Bento 16 admite ‘grave importância’ das acusações, mas ordena ‘o trato paterno’ do acusado”, a *Folha* opta, pela intertextualidade; utiliza trechos da carta para dar um enfoque que pode levar o leitor a achar que, de fato, Bento XVI possa ter barrado a saída do padre e, o que seria mais grave, aconselhar que ele fosse tratado de forma paternal. Também pode ser observado o valor-notícia “inesperado”, pois surgiu uma nova prova do possível envolvimento do Pontífice no acobertamento, movimentando a redação por esse novo fato que poderia elevar o interesse de leitura da matéria.

No lide “O então cardeal Joseph Ratzinger - hoje papa Bento 16 - resistiu a apelos para expulsar do clero um padre americano que tinha histórico de abusos sexuais contra crianças, alegando preocupações que incluíam ‘o bem da igreja universal’, de acordo com carta de 1985 que traz sua assinatura”, o jornalista procura associar o fato ao atual cargo de Ratzinger. Para tanto, ao se referir ao nome, acrescenta “hoje papa Bento 16”. Também pode se destacar a presença do verbo “resistir”, no significado de não ceder, aos “apelos” para tirar do clero um padre pedófilo. A utilização de “apelo” é aliada para dar o sentido de que existia um clamor que solicitava a uma hierarquia superior, no caso Ratzinger, que ajudasse a extirpar o problema da comunidade diocesana de Oakland. O diário também coloca excertos da carta, “o bem da igreja universal”, que tendem a legitimar que o prelado não queria que o escândalo se tornasse público e acrescenta, para demonstrar autenticidade, que a missiva tinha a assinatura do cardeal.

A importância da carta como argumento comprobatório da atuação de Ratzinger é expressa pelo trecho “A carta, obtida pela agência Associated Press, é a mais forte contestação apresentada até agora à insistência do Vaticano em afirmar que o papa não desempenhou qualquer papel no bloqueio à remoção de padres pedófilos durante os anos em que comandou a Congregação para a Doutrina da Fé, antes de assumir o papado em 2005”. A constatação pode ser observada pela escolha lexical “forte contestação”, comparada com a citação seguinte que traz ao leitor o sentido de que o Vaticano estava mentindo que não havia provas, pois agora apareceu uma carta contundente. Expressões como “bloqueio à remoção”, em se tratando dos padres pedófilos, também auxiliam na estereotipização da figura de Bento XVI.

Entre as linhas 9 e 10, o periódico descreve a carta, desde sua grafia até a língua que foi usada, para retratar a troca de correspondências entre a diocese de Oakland e o Vaticano, no caso que tinha como centro o padre Stephen Kiesle. Nas linhas 12 e 13, o jornal apresenta que a Santa Sé não quis comentar o caso, apenas comunicando que a assinatura era mesmo a de Joseph Ratzinger. Para tanto, a *Folha* insere as palavras do porta-voz do Vaticano com o

trecho “O serviço de imprensa não considera necessário responder a todos os documentos tirados de contexto com relação a situações legais específicas. Não é estranho que existam documentos isolados que portem a assinatura do cardeal Ratzinger’, disse um porta-voz”. Nessa intertextualidade, o diário pretende referendar seus argumentos, possivelmente na intencionalidade de dizer ao leitor: “Está vendo, eles não comentam e nem contestam as acusações, o que recordaria o dito-popular: quem cala consente”.

Na linha 17, o trecho “A diocese recomendou que Kiesle fosse expulso em 1981, o ano em que Ratzinger foi indicado para o comando do departamento do Vaticano que partilha a responsabilidade por disciplinar sacerdotes”, pelas expressões utilizadas, há a intenção de, novamente, colocar a culpa em Ratzinger, principalmente o apontando como responsável no Vaticano por impor disciplina aos padres. Já na linha 20, o jornal, com o trecho utilizado, mostra ao leitor que o caso deve ter demorado para ser resolvido, com certa morosidade, na Santa Sé. Com “O caso ficou quatro anos, no Vaticano, antes que Ratzinger escrevesse ao bispo John Cummins, de Oakland. E foram necessários mais dois anos para que Kiesle fosse removido”, o periódico apresenta datas que mostrariam ao leitor que poderia não haver preocupação em se resolver os problemas e punir os culpados.

Para fundamentar a possível culpa do Santo Padre, a *Folha* entre as linhas 22 e 29, traz trechos da carta em que é tratado o caso do padre Kiesle. Entre os períodos estão: “tanto tratamento paterno quanto possível”, levar em conta “o bem da igreja universal” e o “detrimento que conceder essa dispensa pode provocar na comunidade dos fiéis em Cristo, especialmente considerando a sua juventude” (a de Kiesle). Tais trechos levam o leitor a ver que o foco do então Cardeal Ratzinger está em preservar o nome da instituição Igreja Católica e não cuidar das feridas produzidas pelos crimes de padres pedófilos. Contudo há que se destacar, segundo Rodari e Tornielli (2010, p.189), que houve uma tradução errada do latim. Colocando a posição de um especialista na língua latina, Marco Valerio Fabbri, os autores destacam que a tradução que a *Associated Press* faz da carta latina de Ratzinger contém um erro muito grave. A interpretação estava relacionada a uma dispensa que Kiele queria ter para contrair o matrimônio e não sair da Igreja como padre. O que o prelado disse é que, como havia um processo e Kiesle não tinha idade para a dispensa, não poderia sair. Ratzinger, segundo os pesquisadores, dispôs que para o bem da igreja não era o caso de ir a favor do réu.

Na sequência, a partir da linha 30, o diário mostra ao leitor que padre Kiesle é um criminoso. A constatação pode ser observada em “O ex-padre foi detido em 2002 e acusado por 13 casos de molestamento de crianças nos anos 70. Kiesle se declarou culpado de crime em 2004 por molestar uma menina em sua casa, em 1995, e foi sentenciado a seis anos de

prisão”. Parece que o periódico quer dizer: “Ele tem toda essa passagem de crime e ninguém no Vaticano, nem as autoridades competentes fizeram algo para conter os delitos promovidos pelo sacerdote”. Nota-se, também que o valor-notícia de construção “dramatização”, em que elementos que conduzem à emoção e ao conflito, expressos pela quantidade de crimes que foram descritos no trecho acima, induzem o leitor a constatar que Bento XVI pode ser culpado por omissão na perspectiva dos crimes de padres acusados de abusar de menores.

No final da notícia, o trecho “Seu caso é a evidência mais contundente da atuação de Ratzinger para acobertar episódios de pedofilia na igreja, mas não é o único. O papa tem evitado falar publicamente sobre os escândalos, mas pediu, no mês passado, em carta aos fiéis da Irlanda, onde investigações expuseram milhares de casos de abuso ao longo de décadas, ‘perdão e renovação interior’”. Destaque para a afirmação que Bento XVI teve culpa está em “a evidência mais contundente da atuação de Ratzinger para acobertar episódios de pedofilia na Igreja”. Porém, o jornal lança uma incerteza ao leitor com a expressão “mas não é o único”, dando a intenção de que existem muitos mais casos em que os culpados foram escondidos por autoridades eclesiásticas importantes hierarquicamente. A *Folha de S. Paulo* finaliza a matéria dizendo que o Papa não tem falado sobre os assuntos: “O papa tem evitado falar publicamente sobre os escândalos”, o que pode parecer ao leitor que o Pontífice queira esconder sua culpa, mascarando os crimes dos clérigos católicos.

5.7 Notícia 7 - Homossexualidade leva à pedofilia, diz igreja – *Folha de S. Paulo* (13/04/2010)

Homossexualidade leva à pedofilia, diz igreja

Número dois do Vaticano afirma que orientação sexual, e não o celibato, é a causa de abusos contra menores cometidos por padres

Afirmações vêm no mesmo dia em que Santa Sé divulga normas que incentivam que bispos denunciem suspeitos de prática à Justiça comum

**Luciana Coelho
De Genebra**

(1)O Vaticano lançou uma dupla frente de defesa ontem no escândalo das suspeitas de abusos sexuais de menores por padres, com a divulgação de suas diretrizes internas sobre o tema, nas quais recomenda a denúncia à Justiça civil, e com a declaração de seu número dois, no Chile, de que a pedofilia não tem ligação com o celibato e sim com o homossexualismo. (5)"Muitos psicólogos e psiquiatras demonstraram que não há relação entre celibato e pedofilia, mas muitos outros demonstraram que há entre homossexualidade e pedofilia", disse

o cardeal Tarcisio Bertone, secretário de Estado do Vaticano, em entrevista coletiva em Santiago reproduzida por agências de notícias.

"Essa patologia [pedofilia] aparece em todos os tipos de pessoas e, nos padres, em um grau (10)menor em termos percentuais", disse o religioso italiano. "O comportamento dos padres, nesses casos, é negativo, é grave e é escandaloso."

Teólogos reputados como o suíço Hans Küng têm apontado o celibato como uma das razões para exacerbar o problema da pedofilia na igreja.

Desde que um relatório da Igreja Católica na Irlanda, publicado no ano passado, trouxe à tona (15)que cerca de 15 mil crianças sofreram abusos nas mãos de padres e religiosos entre os anos 30 e 90, denúncias e investigações pipocaram pela Europa e voltaram a surgir nos EUA. Uma linha telefônica para denúncias anônimas por vítimas aberta no fim do mês passado na Alemanha -terra natal do papa- recebeu quase 15 mil ligações em uma semana. Uma das principais acusações ao Vaticano é a omissão dos bispos e de outros superiores na (20)hierarquia católica. Documentos do Vaticano revelados pela imprensa americana indicam que, quando comandava a Congregação para a Doutrina da Fé, o próprio Bento 16, então cardeal Joseph Ratzinger, atuou para abafar ao menos dois casos.

Bertone disse que a igreja nunca freou investigações e que o papa em breve tomará novas iniciativas "surpreendentes" contra os abusos.

(25)Ontem, o Vaticano publicou em seu site suas diretrizes para lidar com o problema. Nelas, a Santa Sé recomenda explicitamente que casos com suspeitas fundamentadas sejam tratados pela Justiça canônica e levados aos tribunais civis.

"A diocese local investiga todas as alegações de abuso sexual de um menor por um clérigo", afirma o texto. "Se a alegação tem traços de verdade, o caso é levado à Congregação para a (30)Doutrina da Fé (...) A lei civil relativa à comunicação de crimes às devidas autoridades deve sempre ser seguida."

Embora as regras sigam uma bula de abril de 2001, o Motu Proprio Sacramentorum sanctitatis tutela, e o Código Canônico de 1983, elas nunca haviam sido levadas a público. A divulgação é um esforço do Vaticano para mostrar que tem agido contra o problema. Há (35)três semanas, Bento 16 divulgou uma carta aos fiéis da Irlanda em que exortava os culpados a "responder diante de Deus, assim como diante de tribunais devidamente constituídos".

Outro ponto que fora ressaltado no texto do papa e que as diretrizes explicitam mais é a responsabilidade dos bispos.

(40)Segundo as regras recém-divulgadas, "o bispo local sempre retém o poder para proteger as crianças por meio da restrição das atividades de qualquer padre em sua diocese". "Isso faz parte de sua autoridade ordinária, que ele é incentivado a exercer na medida necessária para assegurar que as crianças não sejam prejudicadas, poder este que pode ser utilizado antes, durante e depois dos procedimentos canônicos", emenda o texto.

(45)De acordo com as denúncias que têm surgido, porém, nem todos os bispos agiram conforme essa regra.

A notícia, produzida por Luciana Coelho, aborda a visita do Cardeal Tarcísio Bertone, Secretário de Estado do Vaticano, ao Chile. O prelado estava no país sul-americano para cumprir uma agenda já prevista, antes do terremoto que atingiu o país, em 2010. A matéria retrata uma resposta dada por Bertone durante uma coletiva de imprensa que foi concedida na sede do Pontifício Seminário de Santiago do Chile. Numa última pergunta, uma jornalista pediu ao cardeal que falasse sobre a questão do celibato sacerdotal e da pedofilia. A resposta

dada por Bertone, se referia a uma pesquisa atribuída a psicólogos e psiquiatras que, por sua vez, afirmavam que não existia relação entre pedofilia e celibato, mas uma relação entre homossexualidade e pedofilia. Para Rodari e Tornielli (2010, p.208), por mais que a resposta de Tarcísio Bertone tenha sido sintética, o cardeal se referia ao caso dos sacerdotes e não estava generalizando, como se todos os homossexuais fossem pedófilos. A informação girou o mundo, tendo a reação da comunidade homossexual. Na notícia, a *Folha* trata do caso que aconteceu no Chile e faz um histórico dos escândalos, principalmente envolvendo a figura de Bento XVI.

No título “Homossexualidade leva à pedofilia, diz igreja”, o jornal seleciona o contexto da frase dita pelo Cardeal Bertone, numa modalidade assertiva, que sugere a afirmação, porém coloca a expressão “diz igreja” para se isentar do contexto. Há que se destacar a intencionalidade do periódico em despertar no leitor o desejo pela leitura, principalmente pelo fato de o tema ser polêmico. Também não se pode deixar de destacar que as palavras proferidas por um prelado do Vaticano, mesmo que instrumentalizadas, não podem e nem são consideradas como pensamento da Igreja Católica. Para tanto, existem os documentos emitidos pela própria Santa Sé ou pelo Papa, que tem jurisdição sobre todos os clérigos e fiéis.

Na linha-fina “Número dois do Vaticano afirma que orientação sexual, e não o celibato, é a causa de abusos contra menores cometidos por padres”, a jornalista utiliza a expressão “número dois” para expressar, hierarquicamente, que as palavras foram ditas por uma pessoa muito influente. O Secretário de Estado do Vaticano é o responsável por auxiliar o Papa no governo da Igreja, principalmente na relação com os Estados que mantêm acordos diplomáticos com a Santa Sé. Com a escolha de tal expressão, a profissional pretende legitimar que a frase foi proferida por alguém importante hierarquicamente dentro de uma instituição.

Da linha 1 até a linha 4, a notícia, a partir do lide, vai apresentar os principais fatos que o decorrer do discurso do noticioso pretende abordar, tratando das diretrizes que a Igreja Católica havia publicado e da resposta a um jornalista que foi dada pelo Secretário de Estado do Vaticano. Contudo, no primeiro parágrafo, a jornalista expressa que tais atos fazem parte de uma reação vaticana aos escândalos do abuso de menores cometidos pelo clero católico. No trecho “O Vaticano lançou uma dupla frente de defesa ontem no escândalo das suspeitas de abusos sexuais de menores por padres, com a divulgação de suas diretrizes internas sobre o tema, nas quais recomenda a denúncia à Justiça civil, e com a declaração de seu número dois, no Chile, de que a pedofilia não tem ligação com o celibato e sim com o homossexualismo”,

se destaca a expressão “dupla frente de defesa”, o que dá a ideia de que a Santa Sé responde às denúncias como se estivesse se justificando pelos crimes de que os sacerdotes estavam sendo acusados. Também se destaca a utilização, novamente, de “número dois” para se referir ao Cardeal Tarcísio Bertone, Secretário de Estado do Vaticano, na intenção de salientar a posição de poder institucional e legítimo, o que pode dar ao leitor a imagem de que a fonte oficial, Bertone, tem um peso maior naquilo que diz e na sua representação enquanto cargo mais importante no governo do Vaticano, depois do Papa.

A partir da linha 5, o periódico insere, a frase dita pelo cardeal, “Muitos psicólogos e psiquiatras demonstraram que não há relação entre celibato e pedofilia, mas muitos outros demonstraram que há entre homossexualidade e pedofilia”, para expressar, por meio da intertextualidade, aquilo que gostaria de destacar no texto, mas se isentando do que foi dito, ao colocar a responsabilidade na fonte, pela declaração, que, por si só, é polêmica.

Já entre as linhas 9 a 11, a jornal dá voz novamente à Tarcísio Bertone, inserindo uma continuação de sua entrevista com o trecho “Essa patologia [pedofilia] aparece em todos os tipos de pessoas e, nos padres, em um grau menor em termos percentuais”, disse o religioso italiano. “O comportamento dos padres, nesses casos, é negativo, é grave e é escandaloso”. De certa forma, o jornal coloca nas palavras do cardeal um sentido que pode gerar dúvida no leitor, pois na citação pode parecer que os sacerdotes não possuem esse desvio de conduta e que poderiam não ser acusados pelo delito do abuso.

Em “Teólogos reputados como o suíço Hans Küng têm apontado o celibato como uma das razões para exacerbar o problema da pedofilia na igreja”, a *Folha* recorre, para fundamentar sua posição, a estudiosos da Teologia como Hans Küng, opositor declarado ao pontificado de Bento XVI, embora os dois tenham sido amigos e estudado juntos. Na mesma sentença a questão do celibato, a abstenção sexual ou castidade, é colocada como um dos fatores para o crime da pedofilia. A utilização do verbo “exacerbar”, utilizada no sentido de agravamento, acentua o posicionamento do jornal ao ligar o tema ao crime de abuso cometido por alguns sacerdotes.

A partir da linha 14 até a linha 17, o jornal faz menção ao Relatório Ryan, publicado pela justiça irlandesa sobre os casos de abuso, o periódico utiliza dados, extraídos no período de 60 anos, como “15 mil crianças sofreram abusos nas mãos de padres e religiosos entre os anos 30 e 90”. A notícia também utiliza informações, como “denúncias e investigações pipocaram pela Europa e voltaram a surgir nos EUA”, para referendar que o escândalo já atingiu várias partes do mundo. A utilização de “pipocaram”, em linguagem coloquial, dá o tom de que os crimes estão aparecendo como pipoca na panela, fazendo uma menção ao

estourar progressivo do milho. Em “Uma linha telefônica para denúncias anônimas por vítimas aberta no fim do mês passado na Alemanha -terra natal do papa- recebeu quase 15 mil ligações em uma semana”, a jornalista situa o escândalo na Europa, precisamente na Alemanha, trazendo o epicentro dos casos e alinhando-os ao Pontífice. Ao citar os casos, o jornal relembra o leitor, como quem quer dizer “naquele país também tem muitos casos, mas esse país, em especial é onde o Papa nasceu”. O trecho “15 mil ligações em uma semana” também reforça que é uma crise sem precedentes na Igreja Católica, o que pode ser confirmada pelo número “15 mil” e pela expressão “em uma semana”.

Nas linhas 19 a 22, o periódico relembra ao leitor as acusações que o Vaticano enfrenta sobre os casos e insere a figura de Bento XVI, principalmente citando-o enquanto Prefeito para a Congregação para a Doutrina da Fé. No trecho “Uma das principais acusações ao Vaticano é a omissão dos bispos e de outros superiores na hierarquia católica. Documentos do Vaticano revelados pela imprensa americana indicam que, quando comandava a Congregação para a Doutrina da Fé, o próprio Bento 16, então cardeal Joseph Ratzinger, atuou para abafar ao menos dois casos”, a palavra “omissão” expressa uma sentença dada pelo jornalista, caracterizando como uma modalização, o que dá ao então Papa Bento XVI o sentido de que ele é culpado nos casos. A expressão “atuou para abafar ao menos dois casos” revela que a jornalista pretende dizer que o Cardeal Ratzinger omitiu ou escondeu o(s) criminoso(s), ao mesmo tempo em que dá margem, com o emprego de “ao menos”, que podem surgir mais situações em que o cardeal tenha escondido mais culpados.

Das linhas 25 a 33, a *Folha de S. Paulo* descreve as normas instituídas pelo Vaticano para coibir e julgar os casos com suspeitas fundamentadas. Nas linhas 34 a 37, “A divulgação é um esforço do Vaticano para mostrar que tem agido contra o problema. Há três semanas, Bento 16 divulgou uma carta aos fiéis da Irlanda em que exortava os culpados a ‘responder diante de Deus, assim como diante de tribunais devidamente constituídos’”, o diário deixa transparecer uma retomada do Vaticano para reverter a onda negativa que o atingiu. Porém, não há uma citação clara de que a Santa Sé ou mesmo o Papa tenham agido antes para conter o problema.

No trecho “De acordo com as denúncias que têm surgido, porém, nem todos os bispos agiram conforme essa regra”, a jornalista volta ao contexto da denúncia, sugerindo que os bispos boicotam as regras e não as põem em prática. Tal expressão é percebida pela conjunção adversativa “porém”, que dá a ideia de que há uma oposição ao que se deseja realmente.

Dentro dos estudos e pesquisas sobre o Jornalismo, a produção das notícias é um ponto em que pesquisadores da área se debruçam para avaliar por que as notícias são como são. Dentro dessa perspectiva, os critérios de noticiabilidade, segundo Traquina(2005b), auxiliam na desconstrução e no entendimento de como um fato por ser trabalhado pelo jornalista e ganhar importância ao ponto de ser eleito e publicado. Dessa maneira, na presente dissertação, amparado pelas Teorias do Jornalismo busca-se encontrar as marcas dos valores-notícia, afim de verificar como o jornal *Folha de S. Paulo* (des)constrói a imagem do Papa Bento XVI.

Percebe-se na notícia em análise que o jornalista utilizou o valor-notícia “notoriedade” para tratar das novas diretrizes da Igreja no combate à pedofilia, mas também a repercussão das palavras do Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Tarcísio Bertone, considerado depois do Papa como o cargo de maior importância na hierarquia católica, em que apresentou a homossexualidade como uma das causas da pedofilia. Também se nota o valor-notícia de seleção “novidade”, pois até então não havia sido publicadas na imprensa, embora já existissem, as normas que regulariam a apuração das denúncias.

Com relação ao valor-notícia de construção “personalização”, o jornalista escolhe teólogos renomados, como Hans Küng, para tratar sobre as declarações do Secretário de Estado e para reverberar a polêmica em cima do celibato, como uma das causas do abuso de menores. Nesse caso, para dar maior visibilidade, o periódico escolhe o Cardeal Bertone para a citação sobre as questões relacionadas às denúncias de acobertamento e omissão de Bento XVI com o tema. Tais escolhas, segundo Traquina(2005b) ajudam que a notícia seja notada pelo leitor, pois segundo o autor as pessoas sempre se interessam por outras pessoas.

5.8 Notícia 8 - Bento 16 “implora perdão” por casos de pedofilia na igreja (12/06/2010) – *Folha de S. Paulo*

Bento 16 "implora perdão" por casos de pedofilia na igreja

Diante de 15 mil padres, Bento 16 afirma que fará "todo o possível" para que episódios nunca voltem a ocorrer

Declarações sinalizam crescente preocupação do Vaticano quanto à extensão da crise no seio da instituição

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

(1)Diante de 15 mil padres do mundo todo, o papa Bento 16 implorou perdão pelos escândalos de pedofilia da Igreja Católica e afirmou que fará todo o possível para que os abusos nunca mais ocorram. "Nós insistentemente imploramos perdão a Deus e às pessoas envolvidas", disse o papa.

(5)As declarações foram feitas em uma missa na praça São Pedro que encerrou o ano sacerdotal -um ano marcado pela revelação de dezenas de casos de pedofilia envolvendo padres de vários continentes.

Bento 16 disse que o diabo influíra no "timing" do escândalo, por querer ver "Deus expulso do mundo". "Neste mesmo ano de alegria pelo sacramento do sacerdócio, os pecados de (10)padres vieram à luz -particularmente o abuso de pequenos."

Foi a primeira vez que o papa pediu perdão pelos escândalos na praça São Pedro, o coração do Vaticano, e perante uma plateia formada por padres.

O pontífice afirmou que, ao admitir e treinar homens para o sacerdócio, a igreja faria "todo o possível para medir a autenticidade da sua vocação e fazer todo esforço para acompanhá-los (15)ao longo do seu caminho".

DECEPÇÃO

Para grupos ligados às vítimas dos escândalos, porém, as frases não bastaram. Em comunicado, o Bishop Accountability, grupo católico baseado nos EUA, classificou as (20)declarações de "grande decepção e uma oportunidade desperdiçada". O grupo exortou o papa a "endossar e facilitar certas medidas externas que aumentariam a transparência", incluindo a divulgação de todos os casos de abuso tratados pelo Vaticano no site da instituição.

Para o órgão americano, o papa deveria ordenar que os bispos colaborem com investigações (25)seculares.

Em abril, o Vaticano aconselhou bispos a cooperar com as autoridades quando intimados. Mas, nos últimos anos, muitos bispos têm dito que não sabem como proceder nessas ocasiões. Apesar das críticas, as declarações do papa sinalizam uma crescente preocupação da igreja quanto à extensão da crise.

(30)Elas ocorrem semanas depois de Bento 16 afirmar, em Portugal, que a maior ameaça ao catolicismo vinha "do pecado dentro da igreja". "O perdão não é um substituto para a justiça", disse o papa.

Em março, o "L'Osservatore Romano", o jornal do Vaticano, qualificou como um "ataque" reportagens que questionavam o papel do papa ao lidar com abusos sexuais enquanto foi o (35)arcebispo de Munique, em 1980, e quando prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé.

Mas, na quinta, o jornal divulgou editorial em que dizia que "a infidelidade de alguns padres em algumas partes do mundo mancham a credibilidade da igreja aos olhos de muitas pessoas". "A ferida levará tempo para cicatrizar, e nada será como se nada tivesse (40)acontecido."

Presente na praça São Pedro, o padre nigeriano Innocent Jooji elogiou o discurso de Bento 16. "Este não é só um problema do Ocidente, é um problema global." "Ele deveria ir a alguns continentes para falar dos abusos sexuais. Assim o impacto seria maior", sugeriu Jooji. "Precisamos de mais diálogo", completou.

A notícia veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* aborda a homilia do Papa Bento XVI pronunciada no dia 11 de junho de 2010, por ocasião do encerramento do Ano Sacerdotal. O ano, proposto pelo pontífice para se refletir sobre a figura, vocação e papel desempenhado pelos padres, aconteceu de 19 de junho de 2009 a 11 de junho de 2010,

também como forma para comemorar os 150 anos no nascimento de São João Maria Vianney, santo francês e patrono dos párocos de todo o mundo. Ao noticiar o fato, o periódico faz menção ao escândalo de abuso de menores cometidos por padres católicos. É importante lembrar que a homilia de Bento XVI é um reflexo das repercussões midiáticas sobre a série de denúncias sobre os abusos de menores que ganharam as páginas de jornais, principalmente durante os meses de março e abril do referido ano de 2010.

No título “Bento 16 ‘implora perdão’ por casos de pedofilia na igreja”, a *Folha* utiliza um trecho da homilia do Papa para acentuar a construção discursiva que daria ao encerramento do evento promovido pela Santa Sé. Com a escolha da expressão “implora perdão”, o periódico deixa claro, por meio de uma modalidade assertiva, a partir de uma afirmação, que o Santo Padre reconheceu a culpa por crimes sexuais cometidos por padres contra os menores. Contudo, pelo título também dá o sentido de que Ratzinger assumiu sua culpa. O jornalista ainda utiliza o recurso à intertextualidade quando coloca palavras extraídas da homilia do Papa Bento XVI. Tal ato serve para reforçar e dar mais credibilidade ao escrito. Já no trecho “Declarações sinalizam crescente preocupação do Vaticano quanto à extensão da crise no seio da instituição”, o jornalista pretende passar o sentido de que a homilia é resultado de um plano estratégico da Santa Sé para tentar solucionar o problema interno da Igreja. Com a utilização da palavra “crescente”, o autor da notícia indica que as autoridades eclesiais aumentaram a incidência de posicionamentos sobre a crise e a exposição feita pelos veículos de comunicação. Também dá o sentido de que há a necessidade da Santa Sé em conter a onda de denúncias contra os padres católicos.

Nas linhas 1 a 3, o trecho “Diante de 15 mil padres do mundo todo, o papa Bento 16 implorou perdão pelos escândalos de pedofilia da Igreja Católica e afirmou que fará todo o possível para que os abusos nunca mais ocorram”, o jornalista sustenta sua afirmação ao apresentar e ressaltar a quantidade de clérigos que estavam presentes na celebração. A escolha da palavra “implorar” dá um sentido de culpabilidade maior e de reconhecimento de erro, pois comumente ela é utilizada para aquelas pessoas que estão em situações extremas. Ao mesmo tempo, a construção da frase também apresenta uma ambiguidade, pois dá a impressão de que o Papa pediu perdão aos padres. No mesmo trecho, o emprego da palavra “escândalo”, ao invés de casos, sugere que há uma quebra das concepções morais estabelecidas. Nesse trecho é possível verificar a interdiscursividade, ou seja, quando outros discursos, no caso do campo moral, são apresentados para justificar a seleção dos argumentos que serão utilizados no discurso jornalístico. A ambiguidade citada acima é completada com uma citação da homilia papal “Nós insistentemente imploramos perdão a Deus e às pessoas envolvidas”, o que

suprime o trecho anterior em que Bento XVI salienta e destaca o mal cometido por alguns padres contra os menores. No trecho citado, ao recorrer ao discurso do Santo Padre, o jornal utiliza o recurso da intertextualidade, incorporando partes de outro texto, no caso a homilia proferida pelo Papa, num texto jornalístico.

Nas linhas de 5 a 7, com o trecho “As declarações foram feitas em uma missa na praça São Pedro que encerrou o ano sacerdotal - um ano marcado pela revelação de dezenas de casos de pedofilia envolvendo padres de vários continentes”, o jornalista apresenta que as declarações fazem parte de um evento da Igreja Católica, porém salienta que o Ano Sacerdotal, não foi apenas um movimento de comemoração e reflexão sobre o sacerdócio, mas que mostrou ao mundo os casos de abuso de menores cometidos pelo clero católico, apresentando que foi um fenômeno mundial. Tal pressuposto pode ser percebido no trecho “envolvendo padres de vários continentes”, em que a palavra “continente” expressa uma grandeza e dimensão de que a crise não estava em um lugar isolado, mas espalhado. Ao utilizar a palavra “revelação” nota-se que a palavra faz menção àquilo que não está à luz, escondido, e pode gerar o sentido de que os crimes cometidos pelos sacerdotes eram ocultos pela própria Igreja.

É com o recurso à interdiscursividade que vemos presente ou reafirmado um vestígio de discurso, no caso da presente notícia nuances do discurso religioso, dentro de outro discurso, o jornalístico. No caso do trecho “Bento 16 disse que o diabo influíra no ‘timing’ do escândalo, por querer ver ‘Deus expulso do mundo’”, o produtor da notícia traz uma menção ao discurso religioso, principalmente na disputa entre o bem, representado por Deus, e o mal, focado na figura do demônio, o que também faz lembrar a Divina Comédia, de Dante. Do mesmo modo, ao leitor parece que o Papa estava colocando a culpa dos crimes no “diabo”, do que reconhecendo a má conduta dos sacerdotes.

Por meio de uma modalidade assertiva, o jornalista constrói seu discurso afirmando que era a primeira vez que Bento XVI pedia desculpas pelos atos dos padres. Para tanto, no trecho “Foi a primeira vez que o papa pediu perdão pelos escândalos na praça São Pedro, o coração do Vaticano, e perante uma plateia formada por padres”, o jornalista sinaliza que o Santo Padre poderia não ter comentado o assunto antes. Há que se destacar que tanto o Pontífice como a Santa Sé já haviam se pronunciado sobre esses problemas. A utilização da palavra “plateia” também está empregada de maneira errada, pois os padres presentes eram co-celebrantes, o que pode dar o sentido de que era um discurso, apenas, e não um ato litúrgico e celebrativo.

Utilizando o intertítulo “Decepção”, título curto para destacar um assunto na matéria, porém sem tirá-lo do contexto, o jornalista, com a palavra empregada, salienta que as declarações do Papa não foram convincentes. Na linha 18, com o trecho “Para grupos ligados às vítimas dos escândalos, porém, as frases não bastaram”, o enunciador do discurso reafirma sua escolha para a palavra do intertítulo. Nesse caso, para afirmar a proposição, é utilizado o recurso do discurso baseado na fonte, o que também revela a intertextualidade lançada como recurso de argumentação. Tais recursos podem ser observados em “Em comunicado, o Bishop Accountability, grupo católico baseado nos EUA, classificou as declarações de ‘grande decepção e uma oportunidade desperdiçada’”. O acento em “grupo católico” para explicar o que é a entidade, ainda ajuda a reforçar que são fiéis da própria Igreja Católica que estão criticando as palavras de Bento XVI. Em “Para o órgão americano, o papa deveria ordenar que os bispos colaborem com investigações seculares”, a palavra “deveria” confere ao enunciado uma modalização intersubjetiva, em que o jornal tenta exercer pressão sobre a figura do Papa.

Nas linhas 33 a 37, a notícia faz menção ao jornal do Vaticano, o *L’Osservatore Romano*, que havia, segundo a *Folha de S. Paulo*, defendido o Papa. No trecho “Em março, o ‘L’Osservatore Romano’, o jornal do Vaticano, qualificou como um ‘ataque’ reportagens que questionavam o papel do papa ao lidar com abusos sexuais enquanto foi o arcebispo de Munique, em 1980, e quando prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé”, a palavra “ataque”, entre aspas, recorrendo ao trecho retirado do jornal do Vaticano, apresenta que a Igreja se sente ofendida mediante as acusações de acobertamento de padres que podem ter cometido abuso contra menores. Ao mesmo tempo, a sentença colocada, que faz uma retomada ao tempo em que o Cardeal Ratzinger, no momento Papa Bento XVI, era o responsável pela diocese em que foram apresentados alguns casos de padres com desvio de conduta, dá a impressão que a Santa Sé não se preocupou com os casos de abuso, mas externou que a imprensa é que estava incitando as pessoas contra a Igreja. Contradizendo o *L’Osservatore Romano*, o jornalista insere na notícia uma informação que destoa do que foi escrito. Tal constatação está no trecho “Mas, na quinta, o jornal divulgou editorial em que dizia que ‘a infidelidade de alguns padres em algumas partes do mundo mancham a credibilidade da igreja aos olhos de muitas pessoas’. ‘A ferida levará tempo para cicatrizar, e nada será como se nada tivesse acontecido.’”. Mais uma vez, a intertextualidade é verificada na produção discursiva, que afirma, pelo uso das palavras “infidelidade”, “mancham” e “credibilidade” que a Igreja reconhece que os erros estavam nos padres e não na imprensa.

Já no período “Presente na praça São Pedro, o padre nigeriano Innocent Jooji elogiou o discurso de Bento 16. ‘Este não é só um problema do Ocidente, é um problema global.’ ‘Ele deveria ir a alguns continentes para falar dos abusos sexuais. Assim o impacto seria maior’, sugeriu Jooji. ‘Precisamos de mais diálogo’, completou”, o jornal utiliza um padre como fonte, mais um sinal de intertextualidade no texto. Porém, as frases da fonte que são utilizadas, como “o impacto seria maior” e “precisamos de mais diálogo” ajudam a reforçar a imagem de que o Papa não estava enfrentando o problema dos abusos de menores com clareza.

Na matéria apresentada, podem ser percebidos alguns critérios de noticiabilidade que foram utilizados pelo jornalista para transformar o fato em notícia. É o caso da “negatividade” em que o assunto pedofilia no clero católico, especialmente envolvendo o Papa, além de ser um ponto para a audiência, e por consequência uma maior venda e renda da empresa jornalística, é um assunto pesaroso em que é envolvida uma instituição milenar e que sempre se pautou por discursos em torno de conceitos morais. Também é possível perceber a “relevância”, como critério de seleção e a “amplificação”, valor-notícia de construção, pelo trecho “Bento 16 ‘implora perdão’ por casos de pedofilia” e também por “Diante de 15 mil padres” o que revela a abrangência de um acontecimento, assim sendo maior percebido pelo leitor. Também se percebe na construção o valor-notícia de “dramatização”, em que se nota o sensacionalismo e o uso da emoção. Tal critério pode ser percebido na palavra “decepção” e com a frase que é atribuída ao grupo católico Bishop Accountability - “grande decepção e uma oportunidade desperdiçada” - em que é dada a voz a um grupo contrário que se vitimiza com as palavras do Papa proferidas na homilia do encerramento do Ano Sacerdotal.

Nessa notícia também é possível verificar uma marca forte do critério “personalização”, ao colocar o Papa Bento XVI como principal protagonista das informações sobre o escândalo que envolveu o clero católico no caso de abuso de menores, destacando o critério “consonância”, acrescentando ao fato sempre fatos novos, como o pedido de perdão do Santo Padre às vítimas, mas também trazendo informações adicionais como a ressonância das palavras de Bento XVI entre grupos contrários ou entre o próprio público católico.

6. Considerações finais

Para a análise da produção dos sentidos encontrados nos jornais, faz-se necessário entender quais são as condições e como ocorre a enunciação do que é produzido pela imprensa. Destarte, é importante também observar os sentidos encontrados na produção noticiosa, com a expectativa de entender como as condições de produção são responsáveis

para a compreensão de significados emitidos no discurso jornalístico, sob a responsabilidade de um enunciador, no caso, o periódico.

Portanto, buscou-se, num primeiro momento, uma abordagem sobre as Teorias do Jornalismo e da Notícia na expectativa de se compreender quais são os fatores que influenciam a produção noticiosa, por meio do trabalho jornalístico. Embasado por pesquisadores como Nelson Traquina e Jorge Pedro Sousa, foi possível refletir que a organização, a profissão, a sociedade e questões pessoais são instrumentos que interferem no trabalho do profissional em jornalismo. Nesse sentido, o foco da presente pesquisa foi o de observar os critérios de noticiabilidade ou valores-notícia, tendo como referencial teórico as Teorias Construcionistas, que tem nos valores-notícia o fundamento da produção noticiosa, como fator de seleção do fato pelo profissional de jornalismo, e, por consequência, do discurso jornalístico. Acredita-se que os jornalistas, a partir destes fatores, observam a realidade, porém selecionando fatos que serão transformados em notícias e impressos nos jornais, de acordo com os interesses próprios ou organizacionais. Na presente dissertação, procurou-se observar se os critérios de noticiabilidade, sobretudo os que são apresentados por Traquina (2005b), determinam as condições de produção das notícias sobre o Papa Bento XVI, na cobertura sobre a pedofilia, do jornal *Folha de S. Paulo*.

Depois de um olhar sobre o jornalismo, buscou-se apresentar o aparato metodológico, no entender deste trabalho o mais adequado, para se compreender quais os sentidos que são encontrados dentro do discurso jornalístico das matérias. Foi nas linhas de estudo da Análise do Discurso que as análises, dentro do recorte proposto pelo *corpus* da pesquisa, desvelaram alguns sentidos produzidos pelo discurso jornalístico, a partir dos conceitos da intertextualidade, da interdiscursividade e do não-dito.

Para tanto, também se procurou contextualizar a pedofilia no mundo e dentro da Igreja Católica. Nessa perspectiva, também foi apresentado um histórico das principais personagens da dissertação, o Papa Bento XVI e a *Folha de S. Paulo*, na expectativa de que se pudesse perceber o motivo pelo qual o presente trabalho elegeu esse tema para ser analisado sob o viés da comunicação midiática. No sentido da comunicação, foi apresentado o panorama comunicacional da Igreja Católica e seus principais pensamentos sobre o assunto, para que se observasse como ela está inserida dentro do contexto de comunicação institucional, em que respostas devem ser dadas aos veículos de imprensa.

Com fundamento nos pressupostos apresentados nos capítulos precedentes, realizou-se a análise de oito notícias do jornal *Folha de S. Paulo* que envolviam Bento XVI e a cobertura do tema pedofilia, sob os fundamentos das Teorias do Jornalismo e da Notícia, precisamente

as Teorias Construcionistas, e com os aparatos metodológicos da Análise do Discurso. Observou-se, portanto, que a utilização das palavras, as construções das frases, em sua maioria, estereotiparam Bento XVI, por vezes o associando a um criminoso que tenha acobertado casos de padres culpados pelo abuso de menores. A presente dissertação não pretendeu analisar quais foram os atos de Joseph Ratzinger para combater os crimes, mas no trabalho, foi possível compreender, a partir de pontos nas análises, que Bento XVI dedicou uma parcela de seu pontificado para combater a pedofilia dentro da Igreja Católica. Percebe-se, então, um juízo de valor emitido pelo jornal para com a pessoa do Santo Padre que o coloca na berlinda, como sendo culpado pelos atos de alguns clérigos. Dessa maneira, a *Folha de S. Paulo* fere a questão ética do jornalismo, principalmente porque na maioria das matérias não dá vez e voz ao outro lado – Bento XVI – também não se preocupando com a apuração dos fatos na sua integralidade, o que deixa o material noticioso carente de mais informações que possam chegar ao leitor com o maior número de dados e constatações para uma emissão de valor. Por vezes, o jornal também lança mão de fontes para se isentar de opiniões, corroborando para que a imagem de Ratzinger estivesse associada aos escândalos. O fato decisivo é a utilização de material vindo de agências de notícias que o traduziram erroneamente, não conferiram o sentido ou a realidade dos fatos, apresentando ao leitor um panorama montado e sem a outra versão dos acontecimentos.

Notou-se, também, que, conforme abordado anteriormente, o jornal carrega uma bandeira de pós-modernidade em que instituições consolidadas e tradicionais como a Igreja são questionadas e colocadas em xeque em função de sua conduta e fundamentos.

Em relação aos valores-notícia foi possível verificar que a *Folha de S. Paulo* explorou os critérios de noticiabilidade, segundo Traquina (2005b) e apresentados na primeira parte do presente trabalho, com maior ênfase selecionando os fatos pela “negatividade”, “notoriedade”, “relevância”, “amplificação” e “personalização”. Observa-se que o escândalo da pedofilia na Igreja Católica é um assunto que ganha grande proporção de audiência, pois o tema, em si, contradiz os princípios do catolicismo, além de ser pertinente à máxima do jornalismo “más notícias são boas notícias”. Atrelado à “negatividade”, o periódico se utiliza, como fator para selecionar o fato, da “notoriedade”, pois o principal alvo das notícias selecionadas está relacionado ao Papa Bento XVI, mesmo que ainda faça um histórico de suas atividades antes de assumir o papado. Além disso, a notoriedade diz respeito, no caso do Brasil, à representação do líder máximo dos católicos e também da religião da maioria dos brasileiros, comprovada por ter aproximadamente 64% de maioria brasileira no catolicismo.

Ao utilizar a “relevância”, o jornal mostra que sua escolha esteve intrinsecamente ligada à importância de se mostrar para os leitores que o discurso religioso, sobretudo o moral, proposto pela Igreja Católica, estava sendo quebrado pela série de escândalos, merecendo ser divulgados pela grande imprensa, principalmente porque poderia envolver o Pontífice Romano. Já o valor-notícia “amplificação” demonstra a escolha da *Folha* de dar abrangência ao acontecimento, utilizando em seu discurso números, personagens importantes, quantidade de casos, dinheiro gasto com indenizações, para mostrar ao público que o caos estava instalado na Igreja. No caso da “personalização”, um dos valores-notícia de construção mais utilizados pelo periódico ao escolher tratar da pedofilia e aventar o nome de Bento XVI no centro dos casos de pedofilia, notou-se que a escolha de uma personalidade também ocasiona que a notícia gere uma importância e noticiabilidade para o leitor, já que pessoas importantes atraem mais a atenção de pessoas comuns.

Acredita-se que as percepções construídas, durante séculos, sobre a figura da Igreja Católica e do Papa são muito fortes no imaginário brasileiro, justamente pela importância e espaço em que a instituição e seus líderes são responsáveis por pautar jornais do mundo todo, especialmente a *Folha de S. Paulo*, objeto desta pesquisa. Tal é o relacionamento que tanto o jornal quanto seus jornalistas têm posicionamentos ideológicos que se expressam em sua produção noticiosa. Produção que é resultado da seleção de fatos, por parte dos jornalistas, pelos critérios de noticiabilidade que determinam as condições de produção das notícias e que, no presente trabalho, de acordo com o que as análises apontaram, buscaram relacionar diretamente o Papa Bento XVI ao escândalo da pedofilia na Igreja Católica.

A um olhar mais apurado, identifica-se a (des)construção da identidade de Bento XVI atrelada à desordem, devido, de acordo com a construção discursiva da *Folha*, à sua maneira de se omitir mediante os casos de pedofilia entre representantes do clero católico, segundo o que fica claro pelas escolhas de palavras e construções frasais do jornal. Nota-se também, dentro da construção discursiva, um apelo tendencioso, por vezes com recursos dramáticos e sensacionalistas que não transmitem a realidade de fatos com precisão e, de acordo com as premissas do jornalismo, de dar voz aos dois lados envolvidos em um fato.

Na construção discursiva da *Folha de S. Paulo* observa-se uma forte subjetivação do ser e fazer jornalístico, talvez por uma iniciativa de manter uma audiência do leitor com fatos que revelam mazelas da sociedade, mostrando, ao menos, a opção por problemas que criam estereótipos para algumas personagens, no caso de Bento XVI. Tais análises confirmam também a condição do jornalismo da *Folha* de ser contrário às instituições tradicionais, bandeira assumida pelo periódico depois da sua última reestruturação editorial.

Por fim, a partir das análises e da fundamentação teórico-metodológica, constata-se que as relações e identidades passam por um processo de construção, sob a base de posicionamentos ideológicos, que ganham escopo na materialização dos textos, estes sendo selecionados sob o olhar pautado do jornalista, com seus filtros de realidade expressos nos valores-notícia. Tal consolidação, enquanto exemplo de texto como prática discursiva, marca na sociedade um momento de encontro de diferentes discursos, produzindo socialmente uma significância no espaço em que se situa. No caso desta dissertação, acredita-se que o discurso da *Folha de S. Paulo* sobre a imagem do Papa Bento XVI, durante a cobertura sobre a pedofilia, construiu representações negativas do Pontífice para o leitor, mostrando um discurso jornalístico em que o perfil do Santo Padre foi construído sob uma realidade alheia projetada pelo periódico, sem, muitas vezes, conforme as notícias analisadas, recorrer a fontes oficiais da Igreja ou interpretando os fatos sem procurar uma investigação mais precisa e apurada. Dessa maneira, acredita-se que este trabalho tenha proporcionado algumas reflexões sobre o papel do jornalismo, num contexto da verdade e da ética, na construção de um panorama comunicacional que objetive novas discussões e ampliações sobre o assunto proposto.

7. Referências bibliográficas

ANNUARIO PONTIFICIO, Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2012.

BACCEGA, M. A. **Comunicação e Linguagem – discurso e ciência**. São Paulo: Moderna. 1998.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação, comunicação**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes. 2008.

BENTO XVI. **Homilia do Domingo de Ramos no ano de 2010**. Disponível em:
http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/homilies/2010/documents/hf_ben-xvi_hom_20100328_palm-sunday_po.html. Acesso em: 14 jun. 2013.

BENTO XVI. **Luz do Mundo: O Papa, a Igreja e os sinais dos tempos – Uma conversa com Peter Seewald**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2011.

BRANDÃO, Helena N. G. **Introdução à Análise do Discurso**. 6 ed. Campinas: Unicamp. 1997.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes, 1993. p.558.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto. 2009.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto. 2004.

INSTRUÇÃO PASTORAL COMMUNIO ET PROGRESSIO. **Encíclica sobre os meios de comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1971.

CONTRERAS, Diego. **La Iglesia Católica en la prensa**. Periodismo, retórica y pragmática. Pamplona: Eunsa. 2004.

DOTA, Maria Inez Mateus. **Das estratégias às operações enunciativas: a modalidade**. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp – Araraquara), 1994. 306p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. New York: Edward Arnold, 1995.

_____, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO NETO, Antônio. **Processos midiáticos e construções de novas religiosidades**. Revista Galáxia, São Paulo, n.3, 2002. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1261/764>. Acesso em: 12 jun. 2013.

FOLEY, John P. **Igreja e Internet**. 2002. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 15 set. 2011.

FOUCAUT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

FOWLER, Roger. **Language in the news: discourse and ideology in the press**. London: Routledge, 1994.

GREGOLIN, Maria R.. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso – diálogos e duelos**. São Paulo: Clara Luz, 2004.

GREGOLIN, Maria R.; BARONAS, Roberto. (Orgs). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Ed. Claraluz, 2007.

HOHFELDT, A. (et al). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013.

INTER MIRIFICA. Decreto Pontifício – Compêndio do Vaticano II. Petrópolis: Vozes, 1968.

JOÃO PAULO II. **Discurso por ocasião do Jubileu dos Jornalistas.** Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2000/apr-jun/documents/hf_jp-ii_spe_20000604_journalists_po.html. Acesso em: 13 jun. 2013.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. **Compêndio do Vaticano II:** Constituições, Decretos e Declarações. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

LA PORTE, José Maria. **Introducción a la comunicación institucional de la Iglesia.** Madrid: Ediciones Palabra, 2012.

LOWENKRON, Laura. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas?. **Sexualidad, Salud y Sociedad:** Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n.5, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/394/804>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

LOPES, Maria I. V. **Pesquisa em Comunicação.** 6 ed. São Paulo: Loyola. 2001.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso.** 3ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes/Ed. Unicamp, 1997.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro** [3ª edição revista e ampliada]. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MOLA, Aline Maria Mendes Caetano. **Comunicação on-line para a Diocese de Bauru.** 2002. 103 f. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) Universidade do Sagrado Coração, Bauru, 2002. 103p.

ORLANDI, Eni P. **Sujeito e texto.** São Paulo: Educ, 1988

_____. **Análise de Discurso.** Campinas: Pontes, 2007.

PARO, Denise. **A decodificação da notícia a partir do lead**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp-Bauru), 2005. 243p.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2 ed. São Paulo: Contexto. 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi et al. Campinas.3 edição.Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M e FUCKS,C. **Por uma Análise Automática do Discurso: Introdução à obra de Michel Pêcheux**. Organização de Françoise Gadet; Tony Hak. Tradução Bethânia S. Mariani et al, Campinas: Ed. Unicamp,1997.

PIGHIN, Cláudio. **La sfida dell’Internet**. c2003. Disponível em: <http://http://www.claudio-pighin.net/it/textos/sfida_int.htm>. Acesso em: 27 mar. 2013.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: Hacker, 1999.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias – Linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular. 2005.

RODARI, Paolo e TORNIELLI, Andrea. **Attaco a Ratzinger: Accuse e scandali, profezie e complotti contro Benedetto XVI**. Milano: Ed. Piemme, 2010.

ROSSI, Jéssica de Cássia. **As representações da mulher brasileira na mídia portuguesa : jornal Expresso**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp-Bauru), 2011. 255p.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **As teorias da comunicação: da fala à internet**. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, C. E. L. da. **Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SOUSA, Jorge Pedro. **Porque as notícias são com são?** Construindo uma teoria da notícia. Universidade Fernando Pessoa. 2002. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

_____. **As notícias e seus efeitos**. Porto: Universidade Fernando Pessoa; Biblioteca on-line de ciências da comunicação (BOCC). 1999.

_____. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação**. Florianópolis: Letras contemporâneas. 2004.

SOUSA, Mauro Wilton de (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Braziliense, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular. 2005a, v. 1.

_____. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade transnacional**. Florianópolis: Insular. 2005b, v.2.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.